

ISEUR

SEMINÁRIO EM ESTUDOS
URBANOS E REGIONAIS

CADERNO DE RESUMOS - MESTRADO

II SEMINÁRIO EM ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS



DE 28/8 A 1/9 DE 2023

REALIZAÇÃO



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS

APOIO



COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR



PRÓ REITORIA DE EXTENSÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE



INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS



PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO



FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Comissão Organizadora

Sara Raquel Fernandes Queiroz de Medeiros – Coordenadora
Claudio Machado Maia – Coordenador Adjunto
Dmitri Feliz do Nascimento – Coordenador Adjunto
Lindijane de Souza Bento Almeida – Coordenadora Adjunta
Raquel Maria da Costa Silveira – Coordenadora Adjunta
Richardson Leonardi Moura da Camara – Coordenador Adjunto
Rylanneive Leonardo Pontes Teixeira – Coordenador Adjunto
Zoraide Souza Pessoa – Coordenadora Adjunta
Alice Leonora de Sousa e Silva
Brunno Costa do Nascimento Silva
Eric Mateus Soares Dias
Erociano Vitor Freitas Morais
Gustavo de Sousa Cardozo Costa
Leticia Danielle Campelo Nunes da Cruz
Wagner Muniz de Araujo

Debatedores

Francisco do O' de Lima Junior (URCA)
Marco Antonio Carvalho Teixeira (FGV-SP)
Maria Camila Loffredo D'Ottaviano (USP)
Raul da Silva Ventura Neto (UFPA)

Comitê Científico

Angela Lucia de Araujo Ferreira
Claudio Roberto de Jesus
Fabio Fonseca Figueiredo
Joana Tereza Vaz de Moura
José Gomes Ferreira
Leandro Vieira Cavalcante
Lindijane de Souza Bento Almeida
Raquel Maria da Costa Silveira
Rodrigo Figueiredo Suassuna
Sandra Cristina Gomes
Sara Raquel Fernandes Queiroz de Medeiros
Winifred Knox
Zoraide Souza Pessoa

Diagramação do Caderno de Resumos

Brunno Costa do Nascimento Silva
Erociano Vitor Freitas Morais
Leticia Danielle Campelo Nunes da Cruz
Sara Raquel Fernandes Queiroz de Medeiros

Apresentadores

Alice Leonora de Sousa e Silva
Ana Fabiola do Nascimento Pontes
Dionaldo Pereira de Souza Junior
Eloisandro Soares da Costa
Erociano Vitor Freitas Morais
Fátima Maria Oliveira Viana
Fernando Miranda da Silva
Gabriel Lucas Leodegário Silva
Jaadiane Rocha dos Santos
Jean Pierre Tertulino Câmara
José Francisco dos Passos Neto
Karolayne Késia Moura da Silva
Laércio Rodrigues de Carvalho
Leticia Danielle Campelo Nunes da Cruz
Loren Cassiane Souza Silva
Miriam Moura Vital
Wesner José da Silva Menezes

Sumário

alice Leonora de Sousa E Silva	2
Ana Fabíola do Nascimento Pontes	7
Dionaldo Pereira de Souza Junior	13
Eloisandro Soares da Costa	24
Eloize Ferreira Costa.....	27
Erociano Vitor Freitas Moraes	33
Fátima Maria Oliveira Viana	39
Fernando Miranda da Silva	42
Gabriel Lucas Leodegário Silva	46
Jaadiane Rocha dos Santos.....	49
Jean Pierre Tertulino Câmara	55
José Francisco dos Passos Neto	60
Karolayne Késia Moura da Silva	64
Laércio Rodrigues de Carvalho	68
Leticia Danielle Campelo Nunes da Cruz.....	77
Loren Cassiane Souza Silva	88
Miriam Moura Vital.....	92
Wesner José da Silva Menezes	99

Alice Leonora de Sousa e Silva

alice16leonora@gmail.com

3. Orientador(a): Claudio Roberto de Jesus**4. Nível:** Mestrado**5. Ano de ingresso:** 2023**6. Realizou alguma qualificação:** Nenhuma das opções**7. Linha de Pesquisa:** CIDADES E DINÂMICA URBANA**8. Vinculação com projeto de pesquisa:**

Inicialmente o projeto de pesquisa foi apresentado ao PPEUR (para a seleção do mestrado) como o projeto de pesquisa intitulado por “Desafios enfrentados pela gestão penitenciária na educação de jovens e adultos no estado do Rio Grande do Norte: A política educacional no sistema penitenciário no contexto das relações federativas”. Atualmente, o projeto se encontra intitulado por “Cenários da Educação de mulheres jovens e adultas em situação de privação de liberdade no contexto do estado do Rio Grande do Norte”.

9. Sobre o que é sua pesquisa?

A minha pesquisa está inserida na temática da oferta da educação básica no sistema penitenciário. Em que, possui como objeto a oferta da educação básica, sob os eixos da educação formal e não formal, para mulheres em situação de privação de liberdade como fator contribuinte para o processo de reintegração social dessas mulheres.

10. Onde/Quando é sua pesquisa? (local e temporalidade):

A pesquisa prevê, inicialmente, o seu desenvolvimento nos seguintes estabelecimentos penais: Complexo Penal Dr João Chaves; Penitenciária Estadual do Seridó; Complexo Penal Dr. Mário Negócio; no Centro de Detenção Provisória Feminino de Parnamirim; no Centro de Detenção Provisória Feminino de Parnamirim; no Centro de Detenção Provisória Feminino de Mossoró e nos 2 estabelecimentos penais mistos do estado. Após o mapeamento e identificação de quais estabelecimentos penais, mencionados acima, compostos pela população carcerária feminina possuem a oferta de atividades educacionais (formal ou informal) serão realizados novos ajustes no recorte territorial mencionado.

11. Qual o problema de pesquisa?

O Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen) de 2018, aponta o aumento da população prisional feminina que, em junho de 2016, “atingiu a marca de 42 mil mulheres privadas de liberdade, o que representa um aumento de 656% em relação ao total registrado no início dos anos 2000, quando menos de 6 mil mulheres se encontravam no sistema

prisional” (BRASIL, 2018 , p. 14).

Considerando que são as mulheres que compõem a população cuja taxa de crescimento foi a mais acelerada nos últimos anos (Instituto Terra, Trabalho e Cidadania, 2017), faz-se necessário direcionar o olhar para a caracterização do encarceramento feminino. Dados do Infopen Mulheres (2018) mostram que a maioria das mulheres encarceradas vive em situação de vulnerabilidade social, muitas vezes extrema, com empregos precários e pouco acesso à educação, sendo que mais de 60% não concluíram o ensino fundamental (BRASIL, 2018). Desta forma, a pobreza entre as mulheres é fator deliberativo para o ingresso de mulheres no tráfico, e por sua vez, o encarceramento em massa exacerba e impossibilita a saída dessas mulheres da pobreza, considerando o cenário específico de dificuldade de acesso a bens e serviços necessários, maior exposição a conflito e violência, baixa escolaridade e oportunidades limitadas de educação e emprego (GERMANO et al, 2018). Dessa maneira, a privação de liberdade abarca outras tantas privações, entre elas está o acesso à escola daquelas que não foram atingidas pela universalização do ensino básico antes do encarceramento, e seguem à margem da garantia do direito humano e social à Educação Básica. De acordo com os dados trazidos pelo INFOPEN Mulheres (2018), para junho de 2016, o Rio Grande do Norte apresentava uma população prisional feminina composta pelos seguintes graus de escolaridade: 20% das mulheres são analfabetas, 23% alfabetizadas sem cursos regulares, 31% possuem o ensino fundamental incompleto, 10% possuem ensino fundamental completo, 11% possuem o ensino médio incompleto, 5% possuem o ensino médio completo, 0% possui o ensino superior incompleto e 0% possui o ensino superior completo. A Lei de Execução Penal estabelece o acesso à educação básica em todo o sistema prisional. No Rio Grande do Norte são raros os estabelecimentos que ofertam educação formal e de forma continuada. Existem ações ligadas à educação que são ofertadas por outras instituições, ou mesmo por policiais penais, mas são informais e descontinuadas, além de não abranger toda a população. Desta forma, busca-se compreender como a interação entre os atores envolvidos na implementação de atividades educacionais, quanto a compreensão e aplicabilidade de leis e direitos, resulta na ausência de progressos expressivos, de forma contínua e ininterrupta para as mulheres em situação de privação de liberdade?

12. Onde você quer chegar com a pesquisa?

OBJETIVO GERAL: Identificar os aspectos que compõem o processo de aplicação de atividades educacionais para mulheres em situação de privação de liberdade.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Identificar tipos de ações que reproduzam menos desigualdades durante a implementação das atividades educacionais

Analisar as diferenças entre as dimensões que afetam a prática e a interação dos atores durante a implementação da educação no estado do Rio Grande do Norte

Verificar a modalidade escolar prevista legalmente voltada para o combate à desigualdade de gênero

13. Como a literatura tem tratado esse problema/tema?

No contexto da garantia do direito à educação é importante destacar que a Lei Penal Brasileira (LEP) (BRASIL, 1984) garante a assistência educacional aos detentos, o que vem sendo ratificado em sucessivas alterações, definindo a responsabilidade pelo provimento e financiamento da educação escolar, ou ampliando a possibilidade de educação nas prisões. Outro marco legal que garante o direito à educação nas prisões é a Constituição Federal de 1988, que afirma como princípio básico a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988). Assumindo os princípios básicos da constituição federal, a Lei de Diretrizes e Fundamentos da Educação Nacional assegura o direito à educação regular da população jovem e adulta, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades” (BRASIL, 1996).

Considerando as características do contexto do encarceramento e as particularidades de cada medida ou regime prisional e as peculiaridades as condições sociais, culturais, de gênero, de raça, de etnia, de credo e de idade, embora assegurados no texto das diretrizes e demais legislações aventadas, ainda assim a inclusão da pessoa jovem e adulta no sistema de Educação formal coloca-se ainda como um desafio (JULIÃO, 2009). Desta forma, as questões envolvidas na educação de mulheres presas encontram-se relacionadas às questões como a crescente quantidade de mulheres nas prisões brasileiras e às desigualdades de gênero historicamente constituídas que impactam seu acesso ao direito à Educação.

Carreira (2009), em seu relatório elaborado sobre a Educação nas prisões brasileiras, apontava para o aumento do público feminino no sistema prisional desde 2002: “a taxa de crescimento das mulheres nas prisões brasileiras é cerca de 2,5 vezes a dos homens” (p. 21). De acordo com o Infopen Mulheres, No Brasil, 74% das mulheres em situação de prisão são mães, 50% possuem entre 18 e 29 anos, a maioria são mulheres negras (62%) e 45% não completaram o ensino fundamental. A maioria responde por delitos ligados ao tráfico de drogas, (62%) cometidos sem violência ou grave ameaça (Infopen Mulheres, 2018; ITTC, 2022). O perfil das mulheres presas no Brasil revela que estamos diante de um processo que a pesquisadora Dina Alves chama de feminização da pobreza e racialização da punição, no qual mulheres com baixas possibilidades e perspectivas de trabalho, são obrigadas ou influenciadas a se submeterem a trabalhos informais, precarizados e muitas vezes considerados criminosos.

14. Como realizará a pesquisa? (procedimentos/instrumentos metodológicos de coleta e de análise

Para a construção deste trabalho, a primeira etapa será composta pela análise documental ou de materiais. Busca-se através da análise documental ou de materiais, de documentos legais que se debruçam sobre a condição e cenário das mulheres em situação de privação de liberdade no estado do Rio Grande do Norte, bem como através da extração de dados secundários de outros estudos sobre gênero e sistema prisional, evidenciar as tramas nas quais as singularidades e as desigualdades de

gênero se entrelaçam no espaço da prisão e adentram as salas de aula.

Após a análise teórica, a segunda etapa irá consistir no mapeamento dos estabelecimentos penais feminino que possuem ofertam educação formal e informal. Com a seleção dos casos (penitenciárias femininas) a serem abordados na pesquisa, serão elaborados os seguintes instrumentos de coleta de dados de pesquisa: roteiros de entrevistas semiestruturadas e questionários.

A terceira etapa da pesquisa será composta pela qualificação da pesquisa, seguida pelo envio da pesquisa ao Comitê de Ética. Seguida da aprovação do projeto pelo Comitê de Ética, a quarta etapa da pesquisa será composta pela coleta de dados e análise. Se prevê, a como instrumento de análise dos dados a metodologia do estudo de caso.

15. Quais os resultados você já tem?

Não possuo resultados.

16. Quais as conclusões dos primeiros resultados e/ou novas perspectivas da pesquisa?

N/A.

17. Qual o seu planejamento para as próximas etapas da pesquisa?

Período de execução (Atividades x Meses)

Revisão bibliográfica: Março de 2023 à Março de 2024

Discussão teórica em função da disseminação dos objetivos: Março de 2023 à Março de 2024

Localização e identificação das fontes de obtenção dos dados ou documentos: Março de 2023 à Março de 2024

Revisão do projeto: Abril de 2024 à Janeiro de 2025

Escrita da qualificação: Agosto de 2023 à Fevereiro de 2024

Coleta de dados e análise: Agosto de 2023 à Fevereiro de 2025

Escrita da dissertação: Agosto de 2023 à Março de 2025

Revisão e conclusão da tese: Setembro de 2024 à Março de 2025

Defesa da tese: Abril de 2025

18. Liste suas principais referências teóricas (Formato ABNT)

ALVES, Enedina do Amparo. Corpografias raciais: uma etnografia das captividades femininas negras em São Paulo / ENEDINA DO AMPARO ALVES. — São Paulo: [s.n.], 2020. 184p; cm.

BRASIL. Regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras (Regras de Bangkok). Brasília, DF, 2016.

BRASIL. Ministério da Justiça. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen mulheres 2000-2014. Brasília, DF, 2014.

CUNHA, E. L. Ressocialização: o desafio da Educação no sistema prisional feminino. Cadernos Cedes, Campinas, v. 30, n. 81, p. 157-178, maio/ago. 2010. <https://doi.org/10.1590/S0101-32622010000200003>

CARREIRA, D. Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação: Educação nas Prisões Brasileiras. São Paulo: Plataforma DhESCA, 2009. Disponível em: » <http://www.plataformadh.org.br/>

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2000.

GARLAND, David. As contradições da “sociedade punitiva”: o caso britânico. Revista de Sociologia e Política. Curitiba, n.13, p. 59-80, nov. 1999.

_____. La cultura del control: crimen y orden social en la sociedad contemporánea. Barcelona: GEDISA Editorial, 2005.

_____. Punishment and Modern Society: a study in social theory. Oxford: Oxford University Press, 1990.

GOFFMAN, Erving. Estigma: Nota sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

_____. Manicômios, prisões e conventos. São Paulo: Perspectiva, 1961.

INSTITUTO TERRA, TRABALHO E CIDADANIA. Mulheres em prisão: desafios e possibilidades para reduzir a prisão provisória de mulheres. São Paulo: 2017

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. Política Pública de Educação Penitenciária: contribuição para o diagnóstico da experiência do Rio de Janeiro. 2003. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Educação, PUC, Rio de Janeiro, 2003 (orientada por Rosália Duarte).

_____. A ressocialização através do estudo e do trabalho no sistema penitenciário brasileiro. 2009. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UERJ, Rio de Janeiro, 2009 (orientada por Ignácio Cano).

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano (Org.). Educação escolar entre as grades. São Carlos: EDUFSCAR, 2007.

PAIVA, Jane. Os sentidos do direito à educação para jovens e adultos. Petrópolis: DP et al. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2009.

PERROT, Michelle. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

REGRAS Mínimas para o Tratamento do Preso no Brasil. Brasília: Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, 1995.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. Em busca das penas perdidas: a perda de legitimidade do sistema penal. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

Ana Fabíola do Nascimento Pontes

fabiola_npontes@hotmail.com

3. Orientador(a): Angela Lúcia Ferreira

4. Nível: Mestrado

5. Ano de ingresso: 2021

6. Realizou alguma qualificação: Qualificação

7. Linha de Pesquisa: CIDADES E DINÂMICA URBANA

8. Vinculação com projeto de pesquisa:

As metrópoles e o Direito à Cidade: plataforma de conhecimento, inovação e ação para o desenvolvimento urbano – PPEUR. Observatório das Metrópoles – Professora Livramento.

9. Sobre o que é sua pesquisa?

As interações e o papel dos agentes sociais urbanos e as tensões do processo de construção do habitat.

10. Onde/Quando é sua pesquisa? (local e temporalidade):

O universo empírico é o Conjunto Habitacional Irmã Terezinha, localizado na região norte do Município do Recife/PE, às margens do Rio Beberibe e inserido na Unidade de Esgotamento 21 (UE21). Os momentos delimitados pelo Cadastro Socioterritorial, Transferência das famílias e os dias atuais definem o recorte temporal (2014 - 2022) e permitem a reconstrução da trajetória do reassentamento habitacional.

11. Qual o problema de pesquisa?

A trajetória iniciada no momento da transferência ao de reassentamento das famílias do Conjunto Habitacional Irmã Terezinha, em Recife, evidencia um cenário de interesses contraditórios que envolvem o Estado e a população. De um lado encontra-se o poder público, em nome da Secretaria de Saneamento – SESAN, e do outro os residentes da beira do Rio Beberibe, na comunidade de Chão de Estrelas, aguardando as unidades habitacionais - UHs. Daí emerge um processo de participação coletiva em meio ao tensionamento das forças atuantes. A Chão de Estrelas está espacialmente localizada em uma área de disputa e foco da intervenção de infraestrutura em obras de saneamento do PAC Beberibe, dentro da malha urbana da cidade. Foi pautado por anseios e inseguranças atinentes ao direito da moradia, que se estabeleceu os tensionamentos entre os moradores, líderes comunitários e gestores. Com opiniões divergentes do reassentamento involuntário, de um lado os moradores sem previsão de entrega das UHs, bem como a não garantia da permanência em seu local de origem e de construção de suas relações sociais: o seu bairro. Em contraponto os líderes comunitários sem compreensão/concordância dos moradores com o estabelecimento dos critérios de

prioridade no atendimento da escolha das famílias para o referido habitacional, se estabelecem as relações variáveis entre os atores. Nesse contexto delimita-se a questão: como os interesses discordantes dos moradores, lideranças comunitárias e os técnicos se manifestaram no percurso da mudança de moradia (comunidade-habitacional)?

12. Onde você quer chegar com a pesquisa?

Objetivo Geral: Compreender os desdobramentos dos conflitos sociais urbanos na gestão do espaço de reprodução social, contribuindo para as discussões acerca do direito à moradia e das políticas de acesso à habitação.

Objetivos Específicos:

- Analisar a forma e inserção dos agentes nas diferentes etapas do processo de reassentamento do Conjunto Habitacional Irmã Terezinha;
- Analisar os desdobramentos dos procedimentos e instrumentos de orientação técnica utilizados na definição das famílias para as unidades habitacionais;
- Entender as influências das tensões dos movimentos de moradores na concretização do espaço habitado;
- Apontar as potencialidades e fragilidades advindas do percurso traçado até a entrega das unidades habitacionais pela SESAN.

13. Como a literatura tem tratado esse problema/tema?

O problema do déficit habitacional no Brasil se torna latente com o processo de industrialização que acelerou o crescimento das cidades ao longo do século XX e fez surgir problemas sociais vinculados à questão habitacional. A oferta de moradia era insuficiente ou atrelada a um alto valor nos aluguéis, fazendo com que a população buscasse áreas sem condições de habitabilidade. Esse formato de moradia se relaciona ao contexto social e refletem as determinações econômicas, sociais e políticas inerentes a cada época (IPEA, 1996). Assim, o processo de urbanização fez emergir tensões que demandaram do Estado respostas para solucionar o contínuo déficit habitacional no país (BOTAS, 2013). Desde as medidas pautadas nos princípios higienistas até as ações mais sistematizadas, a história das políticas habitacionais no Brasil se constrói através do conflito (BOTAS, 2013). Na década de 1960, a criação o Banco Nacional da Habitação – BNH, com a finalidade de incrementar o setor financeiro de habitação, tanto no que se refere à produção da moradia como ao financiamento dos meios para esta produção, não se mostrou suficiente e nem atendia a população de baixa renda, uma vez que era necessária renda para a financeirização do imóvel. Com o declínio do BNH nos anos 1980, assuntos como melhores condições de vida, saneamento, transporte, habitação e acesso à cidade se tornam quase impossíveis numa sociedade formada por relações de poder que fragilizam a democracia (ROLNIK, 2002). O advento da Política Nacional de Habitação (PNH) instituída pelo Ministério das Cidades em 2004 (BRASIL, 2004) trouxe um avanço sobre o conceito de

moradia, e passa a ser utilizada a concepção do desenvolvimento urbano integrado, compreendendo que a habitação não se restringe a casa, incorpora também o direito à equipamentos e serviços urbanos e sociais, buscando garantir o direito à cidade. Mais recentemente, após a PNH planos e programas governamentais a nível nacional foram elaborados a exemplo do FNHIS, 2005; PAC, 2007 e PlanHab, 2009. Como expõe as autoras Maricato (2001, 2015) e Rolnik (2009), a problemática do déficit habitacional atrelado à negação do acesso à moradia para aqueles que por ela não podem pagar, pelo mercado e pelo Estado, ocupar terras desprezadas acaba sendo uma solução. A esta parcela da população cabe a “Não Cidade” ou “Cidade Invisível” (MARICATO 2013). Após 2014 os programas habitacionais de interesse social escapam do cenário nacional, não sendo desenvolvido nenhum empreendimento voltado para a população de baixa renda com repasses governamentais. Para Maricato (2013) o Brasil tem “obra sem plano e plano sem obra”. Rolnik (2015) faz uma crítica ao modo como o setor habitacional foi tomado pelas finanças nas últimas décadas e à forma como isso impactou negativamente o direito à moradia nas cidades. Tal percurso evidencia que as respostas à questão da moradia para a população de baixa renda e para a diminuição do déficit habitacional perpassam por soluções que quase sempre recorrem ao reassentamento involuntário de famílias. O problema da transferência de moradia, como solução habitacional leva ao tema conflito. Nesse contexto emergem os conflitos urbanos (CASTILHO, 2011; CARLOS, 1996) que permeiam as lutas dos movimentos sociais desde 1970. O conhecimento do processo característico de uma urbanização excludente ajuda na compreensão dessas práticas nos assentamentos e em áreas marginais, esquecidas de maneira geral no que tange aos padrões ideais de cidade. Diante desse panorama foram importantes os estudos e aportes sobre a produção da moradia pelos autores já citados, que, aliados a outros, fazem emergir referências teóricas a serem trabalhadas no presente estudo. O conceito de territorialidade (SOUZA, 2008; SAQUET, 2008; RAFFESTIN, 1993), será construído a partir da discussão sobre o direito à moradia (CF, 1988) e as suas formas de acesso. No que se refere ao direito à cidade (LEFEBVRE, 1968; HARVEY, 2014) e ao acesso à moradia (MARICATO, 2015), às relações de poder (GUATTARI, 1986; FOUCAULT, 1998) que permeiam o habitar estão essencialmente presentes na reprodução social (CASTILHO, 2011).

14. Como realizará a pesquisa? (procedimentos/instrumentos metodológicos de coleta e de análise)

Será realizada a triangulação de métodos: 1 – Pesquisa em Base de Dados (sites institucionais, Leis, Registos e documentos oficiais); 2 – Escutas (entrevistas com os técnicos da gestão pública e lideranças comunitárias e Grupos Focais com a comissão de moradores) e 3 – Etnografia, com observação participante, baseada nos princípios descritivos (PEIRANO, 2014) de maneira a realizar uma análise reflexiva nas ações empreendidas no campo vivenciado. Dessa forma utiliza-se o método qualitativo, que possibilita a incorporação de técnicas de pesquisa e coleta de dados que agregam informações e aumentam o grau de veracidade ao estudo em uma realidade multifacetada.

15. Quais os resultados você já tem?

A leitura das relações sociais que permeiam o espaço habitado do Conjunto Habitacional Irmã Terezinha, frutos da experiência

enquanto técnica social, e estudos anteriores, permitem a observação de conflitos de interesses gerados nas formas de vivenciar e se utilizar do habitar deram base para a construção da hipótese. Os dados foram coletados com as entrevistas e estão sendo aprofundados, complementados, atualizados a partir do avanço da pesquisa com grupos focais e da metodologia de análise etnográfica.

16. Quais as conclusões dos primeiros resultados e/ou novas perspectivas da pesquisa?

Como a pesquisa está em desenvolvimento e atualização de dados, as informações iniciais mostram que a produção da morada e assim a construção do espaço urbanizado torna-se frequentemente um processo conflitivo entre os agentes sociais. (CAPEL, 2013). As relações desses agentes (as famílias, líderes comunitários, técnicos e gestores da SESAN) guiadas por interesses distintos na produção do espaço urbano dentro da comunidade de Chão de Estrelas se deu a partir das dissensões tensionadas no mesmo território. No início do reassentamento os moradores se mantinham afastados dos espaços de discussões e tomadas de decisões, ficando o diálogo entre as lideranças comunitárias e os técnicos sociais em um nível de discussão unilateral, como formalidade de para um processo participativo. Em um segundo momento, quando a ameaça da não permanência no território de origem da população se tornou concreta emerge um uma participação social dos moradores, de forma individual, com iniciativa por livre escolha, se tornando uma participação coletiva e voluntária (SAYAGO, 2000). O caminho para a organização comunitária se deu de forma conflitante com interesses diversos que levaram a uma estruturação da organização local comunitária ativa e participante. Essa configuração de conflito evidente e iminente ajudou a formular a hipótese e a pressupor inicialmente que os grupos estudados se organizaram de tal forma muito conflitantes.

17. Qual o seu planejamento para as próximas etapas da pesquisa?

Realização das entrevistas (Abril e Maio)

Coleta de dados secundários (Fevereiro - Julho)

Escrita dos capítulos finais (Agosto - Outubro)

Defesa (Novembro)

18. Liste suas principais referências teóricas (Formato ABNT)

ALMEIDA, Caliane C. (Mal) dita política habitacional social dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) no Brasil: especificidades e contradições da atuação em uma capital do Nordeste (Natal-RN). In: SILACC_2008: Simpósio Latino-americano CIDADE E CULTURA: reflexões e projetualidade hoje, 2008, Santa Fé-Argentina. Simposio Latinoamericano de ciudad y cultura: reflexiones y proyectualidad hoy. Santa Fé-Argentina: Universidad Nacional del Litoral, 2008. Disponível em: https://hcurb.ct.ufrn.br/projetos/almeida-caliane-christie-oliveira-de-mal-dita-politica-habitacional-social-dos-institutos-de-aposentadorias-e-pensoes-iaps-no-brasil-especificidades-e-contradicao-da-atuacao-em-uma-capital-do-nordeste-natal-rn-in-silacc_2008-simposio-latino-am/166/ Acessado em 18/06/2022.

BOTAS y Nilce Cristina Aravecchia (2013). A cidade industrial brasileira e a política habitacional na Era Vargas (1930-1954). XIV

Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras. Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza. Disponível em: <https://cdsa.academica.org/000-010/413.pdf> Acessado em 18/06/2022.

BRASIL. Urbanização de favelas: a experiência do PAC - Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação. - Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério das Cidades. Política Nacional de Habitação. Brasília. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/4PoliticaNacionalHabitacao.pdf> acessado em 14/09/2018.

BRASIL. Ministério das Cidades. Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111124.htm. Acesso em 14/05/2019.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. O Problema Habitacional no Brasil: Déficit, Financiamento e Perspectivas. 1996. Disponível em http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1945/1/td_0410.pdf acessado em 17/06/2022.

BONDUKI, Nabil. Origens da habitação social no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 1998.

CAPEL, Horácio. La morfología de las ciudades. III. Agentes Urbanos y mercado inmobiliario. Ediciones del Serbal. Francesc Tarrega, Barcelona. 2013.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O lugar no/do mundo. São Paulo, Editora HUCITEC. 1996.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A cidade. Coleção Repensando a Geografia. São Paulo. Editora Contexto. 2009.

CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de. Processo de Produção Desigual do Espaço Urbano: Recife – Impasse permanente da coexistência de interesses da “cidade à acumulação de capital” e da “Cidade à realização plena da vida humana”. ACTA Geográfica, Boa Vista, v.5, n.10, jul./dez. de 2011. pp.95-113.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Edições Graal. 13ª Edição. Rio de Janeiro, 1998.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. (organizadoras). Métodos de Pesquisa. 1ª Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GUATTARI, Felix. Espaço e Poder: A criação de territórios na cidade. Rio de Janeiro. Revista Espaço e Debates. Nº 18. 1986.

HARVEY, David. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LEFEBVRE, H. Le Droit à la Ville. Paris: Gallimard, 1968.

MARICATO, Ermínia. Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana. Petrópolis. Editora Vozes. 2001.

MARICATO, Ermínia. As Ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O. et. al. (Org.). A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 121-192.

MARICATO, Ermínia. Para entender a crise urbana. São Paulo. Editora Expressão Popular. 2015.

MONTE-MÓR, Roberto Luiz de Melo. O que é o urbano no mundo contemporâneo. Disponível como Texto para discussão 281 em www.cedeplar.ufmg.br/publicações

MORAES, Demóstenes; MIRANDA, Livia; SOUZA, Mª Ângela de Almeida. Entre camadas de urbanização e intervenções integrais: A urbanização recente de assentamentos precários no Recife a partir do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). In: Urbanização de Favelas no Brasil: um balanço preliminar do PAC. Rio de Janeiro, Letra Capital. 2018.

PEIRANO, Mariza. A favor da etnografia. Série Antropologia, n. 130, 1992.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo, Editora Ática. 1993.

ROLNIK, R. É possível uma política urbana contra a exclusão? Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, ano 23, nº 72, p. 53-61, nov. 2002.

ROLNIK, Raquel. O que é cidade? São Paulo: Brasiliense, 2009.

ROLNIK, Raquel. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo. 2015.

SAYAGO, D. A. V. A invenção burocrática da participação: discursos e práticas no Ceará. Tese (Doutorado) Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. Brasília, 2000. 210p

SANTOS, Milton. Técnica, espaço e tempo. 1994.

8. Vinculação com projeto de pesquisa:

Capacidade Institucional e Gestão Metropolitana: um estudo da Região Metropolitana de Natal

9. Sobre o que é sua pesquisa?

A presente pesquisa tem como objeto a relação entre a transparência pública e a capacidade estatal em âmbito municipal.

O estudo terá como enfoque temático a análise da transparência pública à luz do que estabelece a Lei Federal nº 12.527 de 2011, que vinculou a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso à informação.

10. Onde/Quando é sua pesquisa? (local e temporalidade):

No que tange ao recorte espacial, a pesquisa será realizada nos municípios da Região Metropolitana de Natal (RMN), com enfoque para a região funcional, formada por: Natal (polo); Parnamirim; São Gonçalo do Amarante; Extremoz e Macaíba (RIBEIRO et al, 2012). O recorte foi selecionado a partir de algumas motivações. A primeira delas é que a Lei nº 12.527/2011 prevê exigências mínimas quanto à disponibilidade de dados nos portais de transparência para municípios com população acima de dez mil habitantes (art. 8º, § 4º). Os dados do IBGE (2022) apontam que todos os municípios integrantes da Região Metropolitana de Natal funcional se enquadram nesta categoria, sendo necessário verificar o cumprimento das disposições relativas à transparência. A escolha de municípios que formam um recorte metropolitano se justifica pela possibilidade de estudo de “municípios tão distintos e importantes para o desenvolvimento socioeconômico do estado” (SILVEIRA et al, 2021, p. 3). A RMN funcional abriga alguns dos municípios mais populosos do RN e que, supostamente, têm maior estrutura para viabilizar o funcionamento adequado dos instrumentos de Transparência Passiva e Ativa.

O recorte temporal, por sua vez, abrangerá o período atual (2023/2024), para identificar a existência de condições viáveis para a adequada gestão da transparência nos municípios referidos.

11. Qual o problema de pesquisa?

As Leis federais nº 12.527/2011 e nº 131/2009 foram criadas para definir a disponibilização de informação por parte do governo

(transparência ativa), quanto ao acesso à informação por demanda de indivíduos externos à administração pública (transparência passiva). Essas leis são aplicáveis em todas as esferas de governo. Elas estabelecem os conteúdos e procedimentos necessários para garantir o acesso à informação de forma mais transparente e democrática.

De maneira geral, a transparência ativa engloba as informações que os gestores públicos disponibilizam diretamente à população sem serem demandados previamente, seja por meio de atendimento presencial ou, mais frequentemente, por meio da Internet.

O conteúdo mínimo exigido para as publicações na transparência ativa é estabelecido pelo art. 48-A da Lei Federal nº 131/2009, em conjunto com o art. 8º da Lei Federal nº 12.527/2011. Esses artigos estabelecem que as informações a serem divulgadas incluem dados sobre receita, despesa, repasses, estrutura organizacional, licitações, contratos e relatórios gerenciais. No contexto da transparência ativa, o gestor público disponibiliza não apenas o conteúdo mínimo obrigatório, mas também outras informações que considerar relevantes.

Já a transparência passiva, por sua vez, torna um direito de qualquer pessoa o acesso às informações públicas necessárias, independentemente de justificativa sobre o motivo do pedido (art.10, § 3º, da Lei nº 12.527/2011). A lei veda apenas o acesso a informações de caráter sigiloso, a partir da definição legal.

É possível notar a amplitude do direito de acesso à informação, conforme estabelecido no art. 10 da Lei Federal nº 12.527/2011, que garante a obtenção de informações para qualquer interessado (pessoa física ou jurídica, nacional ou estrangeira).

Logo, entende-se que a administração pública deve estar preparada para disponibilizar informações (transparência ativa) e para responder às solicitações dos cidadãos (transparência passiva). Assim, nota-se a importância de se ter um ente público estruturado e minimamente capacitado para receber as demandas, interpretar os pedidos, analisar a pertinência sobre tema não sigiloso e responder a demanda da melhor forma possível, além de estarem amparados com as ferramentas necessárias para a disponibilização dos dados.

Entre os anos de 2021 e 2022, o Tribunal de Contas da União realizou uma avaliação de transparência ativa e passiva em 2.376 municípios brasileiros e constatou um elevado número de municípios que não atingiram os níveis mínimos de transparência. Dentre as localidades avaliadas, em 66% (sessenta e seis por cento) não havia uma ferramenta adequada para promover a divulgação de informações de forma eficiente (TCU, 2022).

Além disso, a referida auditoria apontou que em muitos sites das prefeituras não era possível realizar consultas de informações básicas, como valores, períodos de execução, empresas contratadas, objeto, empenhos e pagamentos realizados. Também foi apontada a existência de casos em que não foi possível obter respostas suficientes na transparência passiva (TCU, 2022).

Diante disso, a análise acerca da capacidade estatal assume grande valor no âmbito da transparência pública. Nesse sentido, a pesquisa terá como enfoque as capacidades estatais de governos municipais para a adequada gestão da transparência no setor público.

Considerando-se o recorte e a problemática da pesquisa, esta partirá do seguinte questionamento: como os municípios da Região Metropolitana de Natal funcional têm implementado a transparência pública ativa e passiva? Como se caracteriza a capacidade estatal dos municípios da Região Metropolitana de Natal funcional para a gestão da transparência pública?

12. Onde você quer chegar com a pesquisa?

OBJETIVO GERAL:

Compreender a gestão da transparência pública em municípios da Região Metropolitana de Natal, a partir do enfoque da capacidade estatal para o atendimento das diretrizes da Lei 12.527/2011.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Estudar a transparência pública no Brasil e os desafios dos entes municipais para a sua adequada gestão;
- Entender as capacidades estatais, na perspectiva técnico-burocrática, para a gestão da transparência pública;
- Investigar o panorama e os desafios para o cumprimento da Lei 12.527/2011, no que tange à transparência pública ativa e passiva, pelos municípios da Região Metropolitana de Natal funcional;
- Analisar as capacidades estatais dos municípios da Região Metropolitana de Natal funcional para a gestão da transparência pública.

13. Como a literatura tem tratado esse problema/tema?

O conceito de transparência pode possuir diversos sentidos a depender do objeto a ser estudado. No âmbito da Administração Pública, a transparência está vinculada ao relacionamento entre o cidadão com o ente estatal. Logo, seria uma ferramenta importante para os administrados fiscalizarem as ações dos governantes (ZUCCOLOTTO; TEIXEIRA, 2019).

Diante disso, é fundamental que os atos realizados pela Administração Pública sejam transparentes, a fim de que a sociedade esteja plenamente informada sobre as atividades desenvolvidas pelos agentes públicos.

Na concepção de Silva (2011, p. 350), a transparência governamental forneceria “[...] informações de apoio à decisão dos administradores tanto em relação à redução dos custos de monitoramento das ações como à promoção de melhorias na governança [...]”. Assim, poderia ser uma ferramenta de gestão de políticas públicas que levaria a um fortalecimento de práticas de democracia e da cidadania.

Na visão de Anne, Lheureux e Ramos (2015, p. 25) a transparência representaria um amadurecimento da democracia:

O amadurecimento do regime democrático brasileiro, na busca de um sistema cada vez mais representativo, tem permitido a

ampliação de mecanismos de controle social e do exercício da cidadania. O Estado brasileiro e, por conseguinte, a legislação pátria, acompanhando a tendência mundial, tem procurado tornar-se adequada às mudanças exigidas pela sociedade, ajustando o arcabouço legal nacional aos novos tempos. Faz-se importante conhecer a gênese do fenômeno do país, acompanhar sua evolução. De forma a melhor compreender o estágio.

Assim, a instrumentalização da transparência por meio dos portais virtuais acaba por ser uma fonte de informações públicas, permitindo que a cidadania seja materializada e desenvolvida, além de formar indivíduos conscientes e conhecedores de seus direitos e deveres (MARTINS; VÉSPOLI, 2013).

Diante disso, a transparência pública confere vantagens para: a) o Estado que passa a ter diversos fiscais acompanhando a sua gestão; b) para o empresariado que pode participar de forma justa de processos de contratações públicas; c) principalmente para a sociedade que pode acompanhar a exata aplicação dos impostos pagos (VIANA, 2012).

A transparência como elemento da publicidade estaria ligada ao processo de socialização e comunicação de coisas, ideias e projetos, com o objetivo de que o público receptor se aproprie desses objetos (ZEPEDA, 2012).

Nesse aspecto, a publicidade dos atos de governo é fundamental não apenas para permitir que os cidadãos conheçam as ações daqueles que detêm o poder e, assim, possam exercer o controle sobre eles, mas também porque a publicidade é, por si mesma, uma forma de controle (BOBBIO, 2000).

Assim, a publicidade como princípio da Administração Pública está estabelecida no artigo 37 da Constituição de 1988 e apresenta os seus objetivos em seu § 1º:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

§ 1º - A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Portanto, com a promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988, passou-se a exigir um modelo de maior transparência para a Administração Pública. No artigo 5º, XXXIII, a CF esclarece que todos têm o direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou coletivo (BRASIL, 1988). Essa exigência foi ganhando força ao longo do tempo, à medida que a sociedade evoluiu e sua cultura se transformou.

Esse processo de exigência de transparência foi fundamental para garantir o Estado Democrático de Direito e fortalecer a cultura da transparência no setor público.

Na Administração Pública, há a preocupação recente e atual em se criar meios para que o cidadão tenha acesso transparente à

informação e tenha plena oportunidade de exercer seu direito de controle social sobre os atos de seus governantes, podendo se dar de maneira ativa ou passiva.

É entendida como transparência ativa aquela em que existe uma disponibilização da informação de maneira espontânea. É o que ocorre, por exemplo, com a divulgação de informações na Internet, de modo que qualquer cidadão possa acessá-las diretamente (CGU, 2022).

Por outro lado, a modalidade passiva depende de uma solicitação do cidadão. Ela ocorre, portanto, por meio dos pedidos de acesso à informação. Desse modo, o órgão ou entidade solicitado deve se mobilizar no sentido de oferecer uma resposta à demanda (CGU, 2022).

Além disso, não basta a simples disponibilização de informações na internet. É preciso que as páginas de transparência tenham efetividade, isto é, possam tornar claras e acessíveis ao maior número possível de cidadãos as informações de interesse público produzidas ou custodiadas pelos órgãos e entidades governamentais (GONÇALVES, 2016).

Nota-se que nas duas, pode existir uma dificuldade em se tomar conhecimento da informação pública devido à ineficácia do fluxo comunicacional entre o Estado e a sociedade, por isso a importância dos entes públicos estarem preparados e capacitados para atender essas demandas - especialmente na transparência passiva em que a informação precisa estar clara, íntegra e completa (BRASIL, 2012).

Nesse sentido, a discussão sobre transparência deve também ser feita de forma relacionada com o debate sobre as capacidades estatais. A concepção de capacidade estatal surge a partir de duas abordagens distintas. A primeira delas nasce na década de 1960, com foco na autonomia estatal e no reconhecimento do Estado como um agente neutralizador entre o capital e trabalho (CINGOLANI, 2013).

Já a segunda aparece entre as décadas de 1970 e 1980 e toma como base abordagens de modelos burocráticos, em que duas características se tornam centrais: a importância de um poder coercitivo de uma administração central e a formação profissional do servidor público (CINGOLANI, 2013).

Assim, pode-se dizer que capacidades estatais podem envolver as habilidades e competências políticas e administrativas na formulação de metas, disponibilidade financeira, nos esforços e na implementação de políticas para o alcance dos resultados planejados.

Nesta pesquisa, será considerado o enfoque das capacidades técnico-burocráticas, uma vez que este tenta visualizar o desenvolvimento de sistemas de gestão capazes de formular, implementar e aprimorar políticas com a presença de profissionais especializados (GOMIDE; PEREIRA, 2017). Assim, será voltado para analisar a presença de corpo técnico especializado e o preparado para a gestão da transparência pública.

Nesse sentido, Marengo (2017) concluiu que a profissionalização da burocracia municipal pode ampliar a capacidade estatal para implementar políticas públicas. Isso se deve ao fato de que o “insulamento provocado pela autonomia e estabilidade de carreiras públicas permite uma redução de custos de transação política associada à implementação de políticas regulatórias” (MARENGO, 2017, p. 1048).

Portanto, os burocratas de carreira por não estarem sujeitos aos ciclos políticos e eleitorais, o que lhes confere maior motivação para lidar com vetos e resistências resultantes da implementação de alguma política pública (MARENGO, 2017).

Diante disso, a importância de abordar a capacidade estatal reside na compreensão de que as vontades individuais dos agentes públicos não são suficientes para alcançar os objetivos pretendidos. É necessária a implementação de mecanismos que possibilitem a viabilização das ações do Estado (SOUZA, 2017).

Sendo assim, a temática de capacidades estatais tem sido utilizada em pesquisas que analisam como os governos mobilizam e combinam seus recursos humanos, financeiros e informacionais a fim de entregar serviços de qualidade.

14. Como realizará a pesquisa? (procedimentos/instrumentos metodológicos de coleta e de análise)

Trata-se de pesquisa eminentemente qualitativa, com estudo de caso a partir do enfoque da transparência pública ativa e passiva, em que serão analisados municípios distintos da RMN funcional, de forma relacionada com as capacidades técnico-burocráticas desses.

O estudo de caso é amplamente reconhecido como uma abordagem adequada para descrever fenômenos, desenvolver teorias e testar conceitos teóricos acerca da sua ocorrência, oferecendo uma contribuição significativa para a compreensão de fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos (YIN, 2001).

Inicialmente, para desenvolver o objetivo de “estudar a transparência pública no Brasil e os desafios dos entes municipais para a sua adequada gestão”, será realizada uma revisão narrativa da literatura a respeito do tema transparência pública em nível nacional, bem como uma revisão sistemática sobre os desafios municipais relacionados à transparência pública. Em seguida, quanto ao objetivo de “entender as capacidades estatais, na perspectiva técnico-burocrática, para a gestão da transparência pública”, será realizada uma revisão narrativa sobre as teorias e dimensões de capacidades estatais e sua relação com a transparência pública. Assim, em ambos os objetivos, foram escolhidos métodos de pesquisa bibliográfica de estudo.

A terceira fase da pesquisa estruturará o objetivo específico “investigar o panorama e os desafios para o cumprimento da Lei 12.527/2011, no que tange à transparência pública ativa e passiva, pelos municípios da Região Metropolitana de Natal”. Nesta etapa, primeiramente se analisará a transparência ativa e depois a transparência passiva dos municípios, a partir dos requisitos da Lei nº 12.527/2011 e de referência da metodologia de avaliação de transparência municipal da atuação da Força Tarefa Cidadã do Tribunal de Contas da União (2022).

No que diz respeito à transparência ativa, será feita uma consulta aos portais de transparência dos municípios e uma análise acerca da observância ou não dos critérios legais estabelecidos na Lei 12.527/2011, o qual dispõe das informações mínimas que devem ser divulgadas pelo municípios com mais de dez mil habitantes, além das ferramentas que devem estar acessíveis ao público nos portais da transparência, como os registros de repasses ou transferências de recursos financeiros, registros de despesas, informações relativos à licitações, dados sobre ações, programas e projetos, atualização periódica das informações, dentre outras (art. 8º, Lei 12.527/2011).

Quanto à análise da transparência passiva, serão solicitadas informações idênticas aos municípios estudados, a partir das ferramentas da Lei de Acesso à Informação, e, conforme a resposta recebida, elas serão classificadas de acordo com as seguintes categorias: não atende, atende parcialmente ou atende, tendo por base os requisitos estabelecidos nos arts. 10 e seguintes da Lei 12.527/2011. Além disso, será analisado o tempo de resposta dos pedidos, meio de solicitação e a disponibilidade de formulários ou indicações/informações para o cidadão. Esta etapa também terá como base a metodologia de avaliação de transparência municipal da atuação da Força Tarefa Cidadã do Tribunal de Contas da União (2022).

Por fim, quanto ao objetivo de “analisar as capacidades estatais dos municípios da Região Metropolitana de Natal para a gestão da transparência pública”, esta fase da pesquisa se dará em duas etapas:

1º) levantamento de dados acerca do perfil profissional dos agentes públicos responsáveis pela transparência pública nos municípios, tendo por base a metodologia de pesquisa de Marengo (2017). Neste momento serão coletados dados junto aos municípios sobre serviços públicos e funcionalismo público que atua diretamente com a transparência ativa e passiva, a partir de duas dimensões analíticas: (a) vínculo com a administração pública (observando o elemento de autonomia, fundada em carreiras estáveis e recrutamento baseado em mérito, com base em Marengo (2017); e, (b) nível de formação dos servidores públicos que atuam com a transparência pública, considerando a proxy elaborada por Marengo (2017), que considera a importância do grau de escolaridade.

2º) realização de entrevista semiestruturada acerca da percepção dos servidores públicos sobre a presença, em seus órgãos de trabalho, de condições que determinam o sucesso ou não das atividades relacionadas com a transparência pública.

Nesta última etapa, a estrutura dos questionários partirá de uma adaptação da metodologia utilizada por Pereira et al (2019) em estudo do Ipea sobre qualidade do governo e capacidades estatais. Na referida pesquisa, os questionamentos estiveram voltados para captar a percepção dos funcionários públicos sobre a presença, em seus órgãos de trabalho, de condições que determinam o sucesso organizacional, além de conter dimensões e perguntas, consideradas como fatores críticos, para a compreensão do processo de transformação de insumos governamentais em resultado

15. Quais os resultados você já tem?

Ainda não possui resultados.

16. Quais as conclusões dos primeiros resultados e/ou novas perspectivas da pesquisa?

Ainda não possui resultados.

17. Qual o seu planejamento para as próximas etapas da pesquisa?

- Revisão Sistemática sobre os desafios municipais relacionados à transparência pública (agosto-setembro/2023)
- Revisão narrativa sobre transparência pública no Brasil (setembro-outubro/2023)
- Elaboração de capítulo metodológico e dos instrumentos de coleta da pesquisa (outubro-novembro/2023)
- Qualificação da dissertação (dezembro/2023)
- Submissão da pesquisa ao Comitê de Ética (janeiro/2024)
- Elaboração da revisão narrativa sobre a teorias e dimensões de capacidades estatais e sua relação com a transparência pública (fevereiro-março/2024)
- Pesquisa nos portais da transparência dos municípios da RMN (abril-maio/2024)
- Pesquisa sobre a transparência passiva nos municípios da RMN (maio-junho/2024)
- Realizar levantamento de dados acerca do perfil profissional dos agentes públicos responsáveis pela transparência pública nos municípios (julho-agosto/2024)
- Entrevista com os funcionários públicos (setembro-dezembro/2024)
- Análise dos dados coletados e redação final da dissertação (janeiro-fevereiro/2025)
- Defesa (fevereiro-março/2025)

18. Liste suas principais referências teóricas (Formato ABNT)

ANJOS, Luiz Carlos Marques; BARTOLUZZIO, Allan Inaldo Silva de Sá. Análise de

Conglomerados do Nível de Transparência Pública e Indicadores Socioeconômicos dos Municípios Pernambucanos. XIII Congresso USP. São Paulo, 2016.

BOBBIO, Norberto. Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

BARROS, A. J. S.; LEHFELD, N. A. S. Fundamentos de metodologia científica. 3. ed. São Paulo. Pearson Prentice Hall, 2007.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em:

<<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 05 jul. 2023.

_____. CONTROLADORIA Geral da União (CGU). Manual da lei de Acesso à Informação para Estados e Municípios. 2013. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/transparencia-publica/brasiltransparente/arquivos/manual_lai_estadosmunicipios.pdf>. Acessado em: 10 jul. 2023.

_____. Lei nº. 12.527/11, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 10 jul. 2023.

_____. Lei Complementar nº 131/2009, de 27 de maio de 2009. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 20 jun. 2023.

CAMPOS, A. M. Accountability: quando poderemos traduzi-la para o português? Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p 30-50, 1990.

CGU. Aplicação da Lei de Acesso à Informação na Administração Pública Federal. 3ª Edição. Revista e Ampliada. Brasília: Controladoria-Geral da União, 2016. Disponível em: < http://www.acessoinformacao.gov.br/central-de-112-conteudo/publicacoes/arquivos/aplicacao_lai_2edicao.pdf> Acesso em: 12 jun. 2023.

CINGOLANI, L.. The State of State Capacity: a review of concepts, evidence and measures. UNU- MERIT Working Papers , Maastricht, 53(Working Paper Series on Institutions and Economic Growth IPD WP13), 1-58, 2013.

COELHO, T. R; CANTONI, S.L; CUNHA, M.A; TEIXEIRA, M.A.C. Transparência

governamental nos estados e grandes municípios brasileiros: uma “dança dos sete véus” incompleta?? XXXIX Encontro ANPAD. Belo Horizonte, 2015.

CRUZ, C. F. Transparência da gestão pública municipal: referenciais teóricos e a situação dos grandes municípios brasileiros, 2010. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

GOMIDE, Alexandre de A.; PEREIRA, Ana Karine; MACHADO, Raphael. Apresentação - O conceito de capacidade estatal e a pesquisa científica. Sociedade e Cultura, v. 20, n. 1, 27 dez. 2017.

DINIZ, Eli. Estado e sociedade no Brasil. Rio de Janeiro. Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas Estratégias e Desenvolvimento, 2016.

GONÇALVES, Rodrigues Amadeu. Democracia e Transparência Pública: um Estudo Multicaso sobre a Efetividade das Páginas de Transparência de três Órgãos Públicos. 130f. 2016. Trabalho de Conclusão Final (Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande/MS, 2016.

GRUMAN, M. Lei de acesso à informação: notas e um breve exemplo. REVISTA DEBATES, Porto Alegre, v.6, n.3, p.97-108, set.-dez. 2012.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . Censo Brasileiro de 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 17 jul. 2023.

JANSSEN, Marijn; HOVEN, Jeroen van den. Big and Open Linked Data (BOLD) in government: A challenge to transparency and privacy? Government Information Quarterly. Ed 32, p. 363-368, 2015. Disponível em: < <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0740624X15001069> >. Acesso em: 05 jul. 2023.

JANUZZI, Paulo M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. Revista do Serviço

Público. Brasília 56 (2): 137-160, Abr./Jun. 2005.

LOUREIRO, M. R.; TEIXEIRA, M. A. C.; PRADO, O. Construção de instituições democráticas no Brasil contemporâneo: transparência das contas públicas. *Organizações & Sociedade*, 15(47), 107–119, 2008.

MACADAR, Marie Anne; FREITAS, Jorge Lheureux de; MOREIRA, Cristiano Ramos. Transparência como elemento fundamento em governo eletrônico: uma abordagem institucional. *Revista Gestão & Tecnologia*, Pedro Leopoldo, v. 15, n. 3, p. 78-100, set./dez., 2015.

MARENCO, André. Burocracias Profissionais Ampliam Capacidade Estatal para Implementar Políticas? Governos, Burocratas e Legislação em Municípios Brasileiros. Dados [Internet]. 2017 Oct;60(4):1025–58. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/001152582017141>. Acesso em 14 jul. 2023.

MARTIS, Pablo Luiz; VÉSPOLI, Bianca de Souza. O Portal da Transparência como Ferramenta para a Cidadania e o Desenvolvimento. *Revista de Administração da Fatea*, v. 6, n. 6, p. 93-102, jan./jul., 2013.

PEREIRA, A. K., MACHADO, R. A., CAVALCANTE, P. L. C., GOMIDE, A. D. Á., BERSCH, K., MAGALHÃES, A. G., ... PIRES, R. R. C. (2019). Qualidade do governo e capacidades estatais: Resultados do survey sobre governança aplicado no Brasil: projeto de pesquisa governança. Brasília: Ipea. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9500/1/Qualidade_do_governo%20e%20capacidades%20estatais.pdf. Acesso em 18 jul. 2023.

RIBEIRO, C. P. P.; ZUCCOLOTTI, R. Identificação dos fatores determinantes da transparência na gestão pública dos municípios brasileiros. Concurso Nacional de Monografias Conselheiro Henrique Santillo. 1º Lugar. Tribunal de Contas do Estado de Goiás. 2012.

RIBEIRO, Luiz Cesar; MOURA, Rosa; DELGADO, Paulo; SILVA, Érica. Níveis de integração dos municípios brasileiros em RMs, RIDEs e AUs à dinâmica da metropolização. Observatório das Metrôpoles: Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrôpoles.net.br/wp-content/uploads/2020/01/N%C3%8DVEIS-DE-INTEGRA%C3%87%C3%83O-DOS-MUNIC%C3%8DPIOS-BRASILEIROS-EM-RMs-RIDEs-e-AUs-%C3%80-DIN%C3%82MICA-DA-METROPOLIZA%C3%87%C3%83O.pdf#:~:text=Sendo%20assim%2C%20os%20n%C3%BAcleos%20das%2059%20unidades%20analizadas,diversidade%20social%2C%20econ%C3%B4mica%20e%20funcional%20das%20unidades%20analizadas>. Acesso em: 14 jul. 2023.

SILVA, Lino Martins. Contabilidade governamental: um enfoque administrativo da nova contabilidade pública. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SILVEIRA, Raquel Maria Da Costa et al.. Capacidades Estatais Em Âmbito Metropolitano: Um Olhar Sobre A Burocracia Da Área Ambiental Nos Municípios Da Região Metropolitana De Natal (Rmnatal).. In: Anais Do Encontro Nacional De Ensino E Pesquisa Do Campo De Públicas. Anais...Brasília(Df) Associação Nacional De Ensino E Pesquisa Do Campo De Públicas, 2021. Disponível em: <<https://www.Even3.Com.Br/Anais/Enepcp2021/363018-Capacidades-Estatais-Em-Ambito-Metropolitano--Um-Olhar-Sobre-A-Burocracia-Da-Area-Ambiental-Nos-Municipios-Da-Reg>>. Acesso em 14 jul. 2023.

SOUZA, C.. Modernização Do Estado E Construção De Capacidade Burocrática Para A Implementação De Políticas Federalizadas. *Revista De Administração Pública*, Rio de Janeiro, 2017.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. ACÓRDÃO 2050/2022 - PLENÁRIO. Relatório de acompanhamento para avaliar e propor ações para melhoria de transparência nos municípios e implementar estratégia de atuação de controle do TCU no sentido de coibir e corrigir práticas em desacordo com a transparência pública em entes das esferas estadual e municipal quando da gestão de recursos federais, 2022. Disponível em: https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/acordao-completo/*/NUMACORDAO%253A2050%2520ANOACORDAO%253A2022/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDA0INT%2520desc/0/%2520. Acesso em 12 jul. 2023.

VIANA, Giovanni Bogéa. Um Framework para Adaptação de Conteúdo e Navegação em Portais de Governo Eletrônico. 2012. 180 f.

Tese (Doutorado em Ciência da Computação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

WRIGHT, Gabriel Aragão. Análise dos fatores determinantes da transparência fiscal ativa nos municípios brasileiros, 2013. 123f. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis UnB/UFPB/UFRN. 2013.

YIN, Robert K.. Estudo de caso: Planejamento e métodos (2 Ed.). Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZEPEDA, Jesús Rodríguez. Estado y transparencia: un paseo por la filosofía política. Cuadernos de Transparencia, v.4. Cidade do México, Institu federal de Acceso a la Información y Protección de Datos, 2012.

ZUCCOLOTTO, R.; TEIXEIRA, M. A. C. Transparência: aspectos conceituais e avanços no contexto brasileiro. Brasília: Enap, 2019.

8. Vinculação com projeto de pesquisa:

Estado e Políticas Públicas

9. Sobre o que é sua pesquisa?

De forma abrangente, o minha área de estudo é a relação intergovernamental entre os governos estaduais e municipais nas políticas educacionais, que pode se constituir na forma de coordenação, cooperação, que aqui podem ser tomados como sinônimos.

O meu caso analítico é o estado do Rio Grande do Norte (RN) onde, conforme demonstra a bibliografia da área (SEGATTO, 2015; SILVA, 2020), não há esse tipo de relação ou, se há, são ações fragmentadas e pouco institucionalizadas.

A nossa ideia é mobilizar a produção bibliográfica para dela extrair fatores que explicam o desenvolvimento da coordenação do governo estadual na educação e a partir disso analisar o caso do RN para entender quais desses fatores têm potencial para explicar por que nele não há a tradição de coordenar os seus municípios.

10. Onde/Quando é sua pesquisa? (local e temporalidade):

Estado do Rio Grande do Norte, ano em curso.

11. Qual o problema de pesquisa?

A nossa ideia é mobilizar a produção bibliográfica para dela extrair fatores que explicam o desenvolvimento da coordenação do governo estadual na educação e a partir disso analisar o caso do RN para entender quais desses fatores têm potencial para explicar por que nele não há a tradição de coordenar os seus municípios. Assim, partimos da pergunta "por que o estado do Rio Grande do Norte não tem a tradição de coordenar a política educacional junto aos municípios?"

12. Onde você quer chegar com a pesquisa?

O nosso objetivo é identificar os fatores que explicam, na política educacional, a forma de atuação intergovernamental do estado do Rio Grande do Norte em relação aos municípios potiguares com ênfase na identificação dos elementos explicativos que são

levantados pela literatura brasileira para explicar os casos em que a cooperação. Com o seu desenvolvimento esperamos contribuir para literatura acadêmica da área tanto ao reunir os fatores explicativos, quanto na análise de um caso diferente do Ceará, que é o mais estudado.

13. Como a literatura tem tratado esse problema/tema?

A agenda de pesquisa sobre a atuação dos governos estaduais no Brasil ainda é incipiente. Dentre os seus temas a questão da coordenação estado-municípios, nas políticas educacionais, tem bastante foco no caso do Ceará, posto que seja um caso de sucesso.

14. Como realizará a pesquisa? (procedimentos/instrumentos metodológicos de coleta e de análise)

Vamos utilizar uma abordagem metodológica qualitativa com foco em pesquisa bibliográfica, para perscrutar os fatores que explicam o fenômeno, e a pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas para entender o caso do RN em profundidade. Além disso, vamos utilizar a abordagem quantitativa para analisar os indicadores educacionais do RN, por etapa e rede de ensino, ao longo do tempo.

15. Quais os resultados você já tem?

Não possuo resultados.

16. Quais as conclusões dos primeiros resultados e/ou novas perspectivas da pesquisa?

Não possuo resultados.

17. Qual o seu planejamento para as próximas etapas da pesquisa?

Pesquisa bibliográfica e documental: agosto de 2023.

Análise bibliográfica e documental: agosto e setembro de 2023.

Seleção de entrevistados: setembro de 2023.

Comitê de ética: setembro de 2023.

Levantamento e tratamento de dados quantitativos: setembro de 2023.

Análise de dados quantitativos: outubro de 2023.

Entrevistas: novembro e dezembro de 2023.

Análise das entrevistas: dezembro de 2023.

18. Liste suas principais referências teóricas (Formato ABNT)

ARRETCHE, M. Políticas Sociais no Brasil: descentralização em um Estado Federativo. RBCS, Vol. 14, nº 40, junho/99, p. 111-141.

LICIO, E. C; PONTES, P. Papel dos governos estaduais no ensino fundamental: coordenação intergovernamental importa?. In: JACCOUD, L (Org.). Coordenação e relações intergovernamentais nas políticas sociais brasileiras. Brasília: IPEA, 2020. p. 387-412.

SEGATTO, C. I. O papel dos governos estaduais nas políticas municipais de educação: Uma análise dos modelos de cooperação intergovernamental. 2015, 188 p. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo). EAESP/FGV, São Paulo, 2015.

SEGATTO, C.; ABRUCIO, F. L. A cooperação em uma federação heterogênea: o regime de colaboração na educação em seis estados brasileiros. Revista Brasileira de Educação, [S.L.], v. 21, n. 65, p. 411-429, jun. 2016.

SILVA, A. L. N. Os estados importam! Determinantes da cooperação subnacional nas políticas de educação e saúde do Brasil. 2020, 321 p. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo). EAESP/FGV, São Paulo, 2020.

SOUZA, C. Coordenação, uniformidade e autonomia na formulação de políticas públicas: experiências federativas no cenário internacional e nacional. Cad. Saúde Pública 2019; 35 Sup 2, p.

8. Vinculação com projeto de pesquisa:

Violência, Trabalho e Ilegalismos.

9. Sobre o que é sua pesquisa?

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo-SINASE, é uma política pública brasileira que visa estabelecer diretrizes e orientações para o atendimento socioeducativo de adolescentes em conflito com a lei. Foi instituído pela Lei nº 12.594/2012, e seu principal objetivo é garantir que os adolescentes a quem foram atribuídos atos infracionais recebam atendimento adequado, pautado na garantia de direitos fundamentais e na promoção da ressocialização. Apesar dos avanços trazidos pelo SINASE, existem desafios na sua implementação, e a busca por seu aprimoramento passa pela necessidade de avaliações, visto que à medida que avançamos na estruturação de uma política pública, surge a necessidade de avaliações dessa política (LAISNER, 2014). Dessa forma, este trabalho tem o objetivo de avaliar o impacto da política da socioeducação a partir da perspectiva dos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas (MSE) de internação.

10. Onde/Quando é sua pesquisa? (local e temporalidade):

A pesquisa de campo se dará em uma unidade socioeducativa de internação masculina, o Centro de Atendimento Socioeducativo CASE - Pitimbu, localizado no município de Parnamirim/RN e com a gerência técnica da FUNDASE. Entre Julho e dezembro de 2023.

11. Qual o problema de pesquisa?

A política de socioeducação no Brasil se baseia na doutrina da proteção integral, que reconhece crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e demanda sua proteção pelo Estado, sociedade e família. A Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) consagram essa abordagem. O ECA estabelece medidas socioeducativas para lidar com atos infracionais cometidos por crianças e adolescentes, visando à ressocialização.

Para aprimorar o atendimento socioeducativo, foi criado o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) por meio da Lei 12.594/2012. Esse sistema regulamenta o cuidado aos adolescentes em conflito com a lei, com enfoque nos direitos humanos

e fundamentais.

O SINASE adota uma abordagem que não trata os menores como criminosos, mas como autores de atos infracionais, levando em conta suas particularidades de desenvolvimento. Eles são responsabilizados por suas ações, mas a legislação especial visa a ressocialização através de políticas públicas específicas.

O SINASE busca a articulação de diversos órgãos e instituições, como o poder judiciário e as secretarias de assistência social, educação e saúde, para promover uma abordagem integrada e efetiva na ressocialização dos adolescentes em conflito com a lei.

E como saber se estas ações estão respondendo ao desenho inicial da política pública? As medidas socioeducativas de privação de liberdade têm tido o impacto esperado na realidade dos adolescentes que a cumprem? Partindo dessas indagações, iniciou-se a presente pesquisa, intitulada "Vozes juvenis: uma avaliação da política de socioeducação sob a ótica dos adolescentes e jovens em unidades de internação em Parnamirim" a qual propõe realizar uma avaliação da política da socioeducação, sob a perspectiva dos próprios adolescentes que estão em cumprimento de medida socioeducativa de internação.

12. Onde você quer chegar com a pesquisa?

Objetivo geral

Avaliar a eficácia da política da socioeducação focando no impacto percebido pelos adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação em Parnamirim/RN.

Objetivos específicos

Investigar a execução da política socioeducativa do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo SINASE, na unidade de internação estudada analisando os programas, projetos e ações direcionadas a fim de compreender o seu alcance e efetividade de sua implementação.

Identificar os desafios enfrentados pelos adolescentes e jovens submetidos à medida socioeducativa de internação, decorrentes da política socioeducativa, bem como analisar as práticas existentes com o objetivo de identificar possíveis lacunas que possam limitar o impacto positivo percebido pelos jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação.

avaliar a efetividade da política socioeducativa na promoção da ressocialização dos socioeducandos em medida socioeducativa de privação de liberdade utilizando indicadores como taxa de reincidência infracional; taxa de escolarização; taxa de qualificação profissional alcançada pelos jovens durante o período da medida socioeducativa;

13. Como a literatura tem tratado esse problema/tema?

A concepção histórica sobre a infância juventude e os estudos sobre as várias formas de atenção a esse público têm sido objeto de reflexão por parte de diversos pesquisadores ao longo do tempo. Reconhecidos trabalhos como Áries (1986), Abramo (1994), Souza (2006), Rizzini e Pilotti (2011) Misse (1999) e Diogo Lyra (2014) são alguns exemplos de produções sociológicas que trataram sobre as concepções da juventude. Nessa trajetória de investigações, é possível identificar transformações na percepção de juventude ao longo da história mundial. Phillipe Ariès (1986), em sua obra seminal “História Social da Criança e da Família” lançou luz sobre o processo de construção social da infância e como a noção de adolescência se delineou ao longo da história.

No período colonial, a juventude não era reconhecida como uma fase distinta, e os filhos rapidamente assumiam responsabilidades de adultos. Porém, ao longo do tempo, houve transformações na percepção da juventude, moldando a forma como os adultos enxergavam as crianças. A escola desempenhou um papel fundamental nesse processo, buscando profissionalizar os jovens e ao mesmo tempo discipliná-los e controlá-los, especialmente os jovens pobres, que eram considerados uma ameaça à ordem social. Essa perspectiva levava a uma juventude mais curta para os jovens pobres, que eram submetidos a um processo de disciplina desde cedo, direcionando-os para o trabalho como forma de ascensão social.

A obra de Misse sobre a delinquência juvenil buscou inverter a perspectiva ao focar os problemas enfrentados pela juventude, em vez de considerar a juventude como o problema em si. Zaluar também contribuiu com importantes insights sobre juventude e violência no Brasil, destacando a desestruturação familiar e a revolta da nova geração como elementos-chave na adesão juvenil ao crime.

Diogo Lra (2014) utiliza desses conhecimentos e faz uma crítica à produção acadêmica recente sobre juventude e violência, apontando que muitos estudos ainda reduzem a relação entre os jovens e o crime à precariedade material e moral, deixando de ampliar seu campo de visão e considerar outras dimensões importantes na compreensão desse fenômeno. Ele destaca a necessidade de ouvir os jovens em seus diversos contextos para evitar lacunas inaceitáveis na pesquisa acadêmica

14. Como realizará a pesquisa? (procedimentos/instrumentos metodológicos de coleta e de análise)

O enfoque predominante na condução deste estudo é de natureza essencialmente qualitativa, uma vez que o âmago da investigação abarca aspectos subjetivos, percepções e experiências. Diversas abordagens serão empregadas para alcançar tal objetivo, como entrevistas em profundidade com os adolescentes, análise documental por meio de prontuários e Planos Individuais de Atendimento (PIA), observação participante, além de entrevistas realizada com a Gerência de Articulação Interinstitucional (GAI) da FUNDASE, bem como com a gerência técnica na unidade de internação CASE Pitimbu.

15. Quais os resultados você já tem?

Não possuo resultados.

16. Quais as conclusões dos primeiros resultados e/ou novas perspectivas da pesquisa?

Não se aplica.

17. Qual o seu planejamento para as próximas etapas da pesquisa?

Ajustes e envio do texto para qualificação: Julho

Qualificação: Agosto

Realização da pesquisa de campo (CASE-Pitimbu: Entre Agosto e Outubro

Tratamento dos dados/análises: Entre Agosto e novembro

Revisão Bibliográfica: Julho a Dezembro

Produção do texto: Julho a dezembro

Envio para correção do orientador: Julho; Agosto; Setembro; Outubro

Revisão do texto: Dezembro

Envio para a banca de defesa: Janeiro

Defesa da dissertação: Fevereiro

18. Liste suas principais referências teóricas (Formato ABNT)

AQUINO, Rita Catalina et al. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo¹ qualitative research: discourse analysis versus content analysis investigación cualitativa: análisis del discurso versus análisis del contenido. *Texto Contexto Enferm*, Florianópolis, 2006 Out-Dez; 15(4): 679-84

AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de; CASTRO, Jorge Abrahão de. *Juventude e políticas sociais no Brasil / organizadores: Jorge Abrahão de Castro, Luseni Maria C. de Aquino, Carla Coelho de Andrade – Brasília : Ipea, 2009. 303 p.*

ARAÚJO, Alana de Carvalho. *Efeito do cumprimento da medida socioeducativa em meio aberto: uma análise a partir da perspectiva de adolescentes egressos em natal – RN. 2017. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Centro de Ciências Humanas Letras e Artes.*

ARAÚJO, Edgilson Tavares de; BOULLOSA, Rosana. *Avaliação e Monitoramento de Projetos Sociais. Curitiba, PR: IESDE, 2009. 264 p.*

ARIES, Philippe A *História social da criança e da família. Tradução Dora Flaksman — 2ª.ed. — Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.*

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo. Edição revista e atualizada. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2021.*

BRASIL. Código de Mello Mattos. Decreto n. 17.943-A, de 12 de outubro de 1927. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Rio de Janeiro, RJ, 12 out. 1927. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6697.htm>. Acesso em: 24.fev.23.*

- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei 8.069/1990. São Paulo, Atlas, 1991,
- BRASIL. Orientações técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Brasília, Secretaria Nacional de Assistência Social Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. 2011
- BRASIL. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE. Brasília –DF: CONANDA, 2012
- BRASIL. Tipificação nacional de serviços Socioassistenciais. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. Reimpressão. Brasília. 2013.
- BRASIL. Relatório de Pesquisa Nacional das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto no Sistema Único de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social – MDS. 2018.
- BRASIL. Pesquisa de Avaliação do SINASE. Avaliação da dimensão resultados do SINASE. (etapa Survey). Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS. Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. 2020.
- BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). disponível em:<<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/acoes-e-programas/atendimento-socioeducativo>>. Acesso em 29/06/23.
- BECKER, Howard S. 2008 [1963]. Outsiders. Estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar. 232pp.
- CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. Formulação de políticas públicas. Coleção governo e políticas públicas. -Brasília: Enap, 2018. 151 p.
- CRESWELL, John.W. Projeto de pesquisa. Métodos qualitativos, quantitativos e mistos. 3ed. Porto Alegre: Artmed. 2010.
- COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. Avaliação de projetos sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade: métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas, v-1, -2-85, 2005.
- FASSIN, Didier. Punir: uma paixão contemporânea. Editora yiné. Belo Horizonte. 2021
- FALEIROS, V. de P. Infância e adolescência: trabalhar, punir, educar, assistir, proteger. In Revista Ágora: Políticas Públicas e Serviço Social, Ano 1, nº1, outubro de 2004 ISSN - 1807-698X. Disponível em <http://www.assistentesocial.com.br>.
- FEFFERMANN, Marisa. Criminalizar a juventude: uma resposta ao medo social. In:Infância e juventude em contextos de vulnerabilidade e resistências/organizadores Ilana Lemos de Paiva...[et al]. – São Paulo: Zagodoni, 2012. 286p.
- FIGUEIREDO, Marcus Faria; FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub. Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica. Anal & Conj., Belo Horizonte, 1 (3), 107.127, .et./du. 1986 nº1.
- GERTLER, Paul J., Sebastián Martínez, Patrick Permand, Laura B. Rawlings e Christel M.J. Vermeersch.2018. Avaliação de Impacto na Prática. 2ªed. Whashington, DC:Banco Interamericano de Desenvolvimento e Banco Mundial. Licença: Creative Commons Attribution CC BY 3.0 IGO
- GODOI, Renan Saldanha. Jovens do sistema socioeducativo: percursos biográficos, singularidades e experiências de escolarização – 1ed, Jundiaí [SP]:Paco, 2021.188p.
- JANNUZZI, Paulo. Nexo Jornal. Título do vídeo. Avaliação de políticas públicas: método e relevância. | Festival Nexo + Nexo Políticas Públicas. YouTube, 27 de out. de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zTiXEiBWf4>.
- LAISNER. Regina Cláudia; Mario, Camila Gonçalves de. Os desafios da avaliação de políticas públicas como instrumento estratégico de gestão e controle social. Revista. Pol. Públicas. São Luís, v. 18, n. 2, p. 619-630, jul./dez. 2014
- LEJANO, Raul P. Parâmetros para a análise de políticas: a fusão de texto e contexto. Trad. Letícia Heineek Andriani – Campinas, SP: Arte escrita, 2012.
- LYRA, Diogo. A república dos meninos, juventude, tráfico e virtude. Rio de Janeiro: Mauad X : FAPERJ, 2013. 304 p

MARSHALL, T.H. Cidadania, Classe Social e Status. Rio de Janeiro: Zahar, 1967

MENICUCCI, Telma; GOMES, Sandra. Políticas Sociais: conceitos, trajetórias e a experiência brasileira – Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde. Rev. bras. saúde matern. infant., Recife, 1(2):91-102, maio-ago., 2001

MISSE, Michel. Acusados e acusadores: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações – Rio de Janeiro: Revan, 2008. 272p

MOREIRA, Fábio Mallart. Cadeias dominadas: Dinâmica de uma instituição em trajetórias de jovens detentos. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

PAIVA, Ilana Lemos. et al.[org] A vigência do SINASE no RN: uma experiência de extensão com adolescentes e familiares. In:Justiça juvenil: teoria e prática no sistema socioeducativo / Organizadoras: Ilana Lemos de Paiva, Candida Souza, Daniela Bezerra Rodrigues. – Natal, RN: EDUFRN, 2010.

RIO GRANDE DO NORTE. Contribuições para a Elaboração do Projeto Político Pedagógico de Atendimento Socioeducativo em Meio Aberto. Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social Órgãos vinculados: Fundação de Atendimento Socioeducativo – FUNDASE; Companhia Estadual de Habitação e Desenvolvimento Urbano – CEHAB. Natal, 2020.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. A Arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil / Irene Rizzini, Francisco Pilotti, (orgs.). - 3.ed. - São Paulo : Cortez,2011.

8. Vinculação com projeto de pesquisa:

Habitação social no Rio Grande do Norte: do Banco Nacional de Habitação ao Programa Minha Casa Minha Vida

9. Sobre o que é sua pesquisa?

A pesquisa aborda o crescimento populacional ocorrido entre 2010 e 2022 no município de Extremoz, situado na Região Metropolitana de Natal. O estudo objetiva analisar as causas desse aumento, considerando tanto as dinâmicas internas, como aspectos econômicas e a produção habitacional, quanto as dinâmicas externas, incluindo o fenômeno de transbordamento populacional de Natal para Extremoz.

10. Onde/Quando é sua pesquisa? (local e temporalidade):

Onde: Extremoz

Quando: 2010 a 2022

11. Qual o problema de pesquisa?

Como Extremoz teve um crescimento populacional de mais de 150% entre os censos de 2010 e 2022: este crescimento está relacionado a uma oferta de trabalho e a produção habitacional ou está mais relacionado a um transbordamento do município de Natal (polo da Região Metropolitana)?

12. Onde você quer chegar com a pesquisa?

Objetivo Geral

Analisar as causas do aumento populacional de Extremoz, no período entre os censos de 2010 e 2022, compreendendo a dinâmica urbana do município e o transbordamento de Natal para o eixo metropolitano norte.

Objetivos Específicos

Compreender como se deu a produção habitacional de Extremoz, considerando os investimentos do Programa Minha Casa Minha Vida;

Compreender a dinâmica econômica de Extremoz, com ênfase nos dados de emprego, renda e estabelecimentos empresariais;

Analisar a dinâmica do município com o município polo da RMN, considerando os dados do censo: a partir da moradia, emprego, expansão da malha urbana por meio dos setores censitários e observação do movimento pendular entre Extremoz e a RMN.

Analisar o padrão de ocupação do espaço urbano de Extremoz, identificando as áreas e sentidos de expansão, através de imagens de satélite e setores censitários urbanos.

13. Como a literatura tem tratado esse problema/tema?

O Brasil passa por um processo de transição demográfica, quando, a partir da modernização da sociedade, as taxas de natalidade e mortalidade estão em constante declínio, as vezes descompassadamente (Vasconcelos e Gomes, 2012). A cada dez anos o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realiza o censo com o universo da população brasileira, onde apresentam-se diversos dados da população. A cada censo, este processo de transição demográfica se confirma, a projeção do IBGE é que o país teria em 2021 cerca de 213 milhões de habitantes, com os dados do censo, esse número se tornou menor. De toda forma, o país cresceu, passando de cerca de 190 milhões de habitantes em 2010 para os 208 milhões de habitantes em 2022.

Ao analisar dados de alguns municípios brasileiros, foram encontradas disparidades no ritmo de crescimento e na projeção do crescimento populacional. Diversos fatores podem explicar essas disparidades, nesta pesquisa, analisa-se uma delas: Extremoz. Estimava-se em 2021 que a população de Extremoz seria de 29.282 habitantes, sendo o 19º maior município do estado e o sétimo município da RMN em termos populacionais, com a divulgação dos resultados preliminares do censo de 2022 (IBGE 2023), Extremoz cresceu além das expectativas, passando para uma população de 61.571 habitantes e saltando no ranking dos municípios para sétimo e sexto lugar no estado e na RMN, respectivamente. Um crescimento de cerca de 151% e um incremento de quase 38 mil habitantes a mais na cidade, sendo, em termos percentuais, o terceiro município que mais cresceu no país ficando atrás dos municípios de Canaã dos Carajás (189%) e Abadia de Goiás (178%).

A vila de Extremoz junto da vila de Arez foram os primeiros municípios do Rio Grande do Norte, criados em 1760. Em 1855 a sede da vila de Extremoz foi transferida para o povoado Bôca da Mata onde foi renomeada para vila de Ceará-Mirim (Casculo, 1968). Foi apenas em 1963 por meio da Lei Estadual nº 2.876 de 04 de abril de 1963 que o município foi desmembrado de Ceará-Mirim e passou a existir novamente. O município integra a “Região Metropolitana de Natal” (RMN) desde 1997, ano de criação da RMN, pela Lei Complementar nº 152/1997.

Dentre os municípios da Região Metropolitana de Natal Extremoz, foi o que menos teve gastos urbanos em termos percentuais, gastando cerca de 2% em relação a despesa total do município no ano de 2018 (Silva et al, 2021). Supondo que neste ano o processo

de aumento populacional já estava intensificado, é difícil imaginar como o município trabalhou para regular a expansão dos domicílios e da população, pois, certamente os gastos urbanos (saneamento, transporte, iluminação pública, resíduos sólidos etc.) aumentaram. Três pontos poderiam explicar a expansão de Extremoz: o transbordamento de Natal; e/ou uma dinâmica economia punjante; e/ou, a expansão imobiliária por meio dos subsídios do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), que serão tratados a seguir no texto. Outro elemento que poderia explicar, mas não é foco da análise seriam os investimentos turísticos no município, por meio de recursos do Prodetur (Programa Regional de Desenvolvimento do Turismo) e do PDITS (Plano de Desenvolvimento do Turismo Sustentável), através de investimentos nas praias de Genipabu e de Pitangui (Ferreira, 2009).

Um dos pontos que poderiam explicar o aumento populacional de Extremoz, seria o transbordamento de Natal. Desde o final do século XX e início do século XXI, observa-se um transbordamento de Natal para os seus municípios vizinhos com destaques para Natal – Parnamirim, Natal – Macaíba, Natal - São Gonçalo do Amarante e Natal – Extremoz, cada um desses em diferentes intensidades. Este transbordamento ocorre quando um município central periferiza um município vizinho (Clementino, 2008). Na Região Metropolitana de Natal este transbordamento pode ser explicado por diferentes fatores, segundo Clementino (2008), o fenômeno ocorre em parte pelo tamanho do território de Natal e em outra parte pelas atividades que se concentram no município.

Para Extremoz, no início do século XXI, o transbordamento poderia ser explicado pelo crescimento populacional da zona norte da cidade, pelo turismo e pela existência do Distrito Industrial de Natal (DIN). Mas, nessa época, o transbordamento era mais intenso em direção a Parnamirim, Macaíba e São Gonçalo do Amarante, no primeiro o transbordamento sendo mais evidente pela conurbação com Natal, e o segundo e terceiro com a reestruturação da indústria através da instalação, nos anos 1990, do Centro Industrial Avançado (CIA). Ao final da primeira década do século XXI alguns elementos poderiam confirmar ou modificar a tendência de transbordamento de Natal para os municípios vizinhos, como os investimentos de infraestrutura na RMN e no estado como um todo, a exemplo: da instalação de um novo aeroporto em São Gonçalo do Amarante, uma nova ponte no Rio Potengi, a ponte Newton Navarro, a duplicação da BR 101 no trecho de Natal – Recife etc. (Clementino, 2008).

Outro ponto que poderia explicar o crescimento populacional de Extremoz seria a oferta de produção habitacional por meio de subsídios governamentais através do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Mais de 15 mil unidades, nas diferentes modalidades do programa, foram entregues em Extremoz por meio de subsídios do Programa Minha Casa Minha Vida. Brito e Souza (2005), apresentam considerações sobre o crescimento populacional em áreas periféricas da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), os autores entendem que o crescimento populacional de municípios periféricos da RMBH se deu por conta da “redistribuição espacial da população mais pobre, sob o comando do capital imobiliário e supervisão do poder público” (Brito e Souza, 2005, p. 63). Esse também poderia ser o caso de Extremoz? Tendo em vista que o PMCMV beneficiou o setor da construção civil e conseqüentemente o mercado imobiliário (Cardoso e Aragão, 2012).

Extremoz por ser um município que possui um litoral extenso carrega sua urbanização através do seu litoral, conforme é verificado por Medeiros et al (2021), o aeroporto de São Gonçalo de Amarante também conduz a mancha urbana para o seu entorno, o que

atinge também o município de Extremoz. Outros estudos desenvolvidos nos empreendimentos do PMCMV também servirão para situar e elucidar mudanças e ocupações do uso do solo em Extremoz, como é o caso das pesquisas conduzidas por Moura (2016), Rodrigues (2018), Fontenele (2019) e Fontenele, Chaves e Medeiros (2019).

Uma terceira ótica que, de partida parece ser a menos provável, para explicar o crescimento de Extremoz seria a relação entre o aumento populacional e a expansão da economia da cidade (Singer, 2002). Esta terceira via poderia ser explicada por um aumento no número de estabelecimentos empresariais da cidade, a um aumento do emprego e ainda a um aumento de Microempreendedores Individuais (MEIs). Sendo assim, a análise do crescimento de Extremoz pode elucidar que/quais transformações foram resultantes para o crescimento de mais de 150% de sua população.

14. Como realizará a pesquisa? (procedimentos/instrumentos metodológicos de coleta e de análise)

A pesquisa utiliza-se de diferentes bases de dados para a construção da dissertação. Dentre as bases de dados utilizadas está a base de dados de empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida (todas as faixas). A Relação Anual de Informação Social (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A base de dados da Receita Federal dos cadastros no sistema de MEIs; Censo demográfico 2010 e 2022; levantamentos utilizados pelo Núcleo Natal do Observatório das Metrôpoles sobre investimento em turismo, gasto público e outras variáveis. Também serão feitas análises da expansão urbana por meio de imagens de satélite e uma revisão narrativa da literatura sobre as dinâmicas das regiões metropolitanas e sobre a região metropolitana de Natal.

15. Quais os resultados você já tem?

Foram levantados alguns dados da produção habitacional onde identificou-se que o município foi o terceiro que mais recebeu produções do Programa Minha Casa Minha Vida na região metropolitana, com 15.327 unidades entregues.

Também foram levantados dados da Relação Anual de Informação Social (RAIS) onde o município, no acumulado de 2010 a 2021, foi o que mais cresceu no número de empregos formais na RMN, com uma taxa acumulada de 146,78%.

Outros dados ainda estão sendo coletados.

16. Quais as conclusões dos primeiros resultados e/ou novas perspectivas da pesquisa?

Ainda analisando

17. Qual o seu planejamento para as próximas etapas da pesquisa?

Planejamento indicado por semestre

2023.2

Conclusão das disciplinas;

Docência assistida;

Leitura da literatura;

Escrita do primeiro capítulo;

Curso de R.

2024.1

Revisão do primeiro capítulo;

Qualificação;

Levantamento e organização de todos os Bancos de dados.

2024.2

Escrita do segundo e terceiro capítulo;

Escrita da Introdução e Conclusão;

Revisão e formatação da dissertação.

2025.1

Defesa da dissertação.

18. Liste suas principais referências teóricas (Formato ABNT)

BRITO, Fausto; SOUZA, Joseane de. Expansão urbana nas grandes metrópoles: o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. *São Paulo em perspectiva*, v. 19, p. 48-63, 2005.

CARDOSO, Aduino Lúcio; ARAGÃO, Thêmis Amorim. A reestruturação do setor imobiliário e o Programa Minha Casa Minha Vida. In: MENDONÇA, Jupira Gomes de (Org); COSTA, Heloisa Soares de Moura (org). *Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro*. Belo Horizonte: C/Arte, p. 81-106, 2012.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Nomes da terra: geografia, história e toponímia do Rio Grande do Norte*. 1. ed. Natal, RN: Fundação José Augusto, 1968. 321 p. (Coleção Cultura)

CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. Como Anda Natal. In: CUNHA, Egláisa Micheline Pontes (org); PEDREIRA, Roberto Sampaio (org). *Como andam as Regiões Metropolitanas*. Ministério das Cidades, 2008.

FERREIRA, Larissa da Silva. *Planejamento e ordenamento territorial do turismo na região metropolitana de Natal-RN*. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

FONTENELE, Beatriz Medeiros. *A casa como ativo: os usos não regulamentados no PMCMV- Faixa 1 na RMNatal*. 2019. 170f. Dissertação (Mestrado em Estudos Urbanos e Regionais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do

Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

FONTENELE, Beatriz Medeiros; CHAVES, Carina Aparecida Barbosa; MEDEIROS, Sara Raquel Fernandes Queiroz de. Mudança de uso e comercialização no PMCMV faixa 1. In: CARDOSO, Adauto Lúcio; D'OTTAVIANO, Maria Camila Loffredo. Habitação e direito à cidade: desafios para as metrópoles em tempos de crise. 2021.

MEDEIROS, Sara Raquel Fernandes Q.; CHAVES, Carina; FREITAS, Mariana Fernandes. Um sonho à venda: a comercialização dos imóveis do PMCMV—faixa 1. Cadernos MetrÓpole, v. 24, p. 1187-1213, 2022.

MEDEIROS, Sara Raquel Fernandes Queiroz; FRANÇA, Rosana Silva de; MOURA, Jéssica Moraes; SILVA, Gabriel Rodrigues da. Uso do solo na Região Metropolitana de Natal: conflitos e medidas para uma governança metropolitana. In: CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda (org); ALMEIDA, Lindijane de Souza Bento (org). Governança de Regiões Metropolitanas: contribuições à luz do Estatuto da MetrÓpole. Rio de Janeiro, Letra Capital. 2021.

MEDEIROS, Sara; BARBOSA, Jane Roberta de Assis; FONTENELE, Beatriz Medeiros. O CIRCUITO INFERIOR RESIDENCIAL EM HABITAÇÃO SOCIAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL, RN. Revista Contexto Geográfico, v. 7, n. 15, p. 1-14, 2022.

MOURA, Jéssica Moraes de. Programa minha casa, minha vida e plano diretor: habitação e política urbana na região metropolitana de Natal. 2016. 159f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

RODRIGUES, Diana Araújo. Casa nova, vida nova? Mobilidade urbana nos empreendimentos minha casa minha vida (faixa 1) na região metropolitana de Natal. 2018. 163f. Dissertação (Mestrado em Estudos Urbanos e Regionais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

SILVA, Brunno Costa do Nascimento; BARROS, Terezinha Cabral de Albuquerque Neta; SILVEIRA, Raquel Maria da Costa; ALMEIDA, Lindijane de Souza Bento; CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda; Câmara Richardson Leonardi Moura da. In: CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda (org); ALMEIDA, Lindijane de Souza Bento (org). Governança de Regiões Metropolitanas: contribuições à luz do Estatuto da MetrÓpole. Rio de Janeiro, Letra Capital. 2021.

SINGER, Paul. Economia política da urbanização. São Paulo: Contexto, 2002.

VASCONCELOS, Ana Maria Nogales; GOMES, Marília Miranda. Transição demográfica: a experiência brasileira. Epidemiologia e Serviços de Saúde, Brasília, v. 21, n.4, p.539-548, out./dez. 2012. Disponível em:

<<http://scielolab.iec.pa.gov.br/pdf/ess/v21n4/v21n4a03.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2023. doi: 10.5123/S1679-49742012000400003

8. Vinculação com projeto de pesquisa:

Indicadores e Estratégias de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte

9. Sobre o que é sua pesquisa?

Tema: Energia renovável e desenvolvimento/ Objeto: A produção de hidrogênio verde no Rio Grande do norte no contexto da transição energética.

10. Onde/Quando é sua pesquisa? (local e temporalidade):

No Rio Grande do Norte.

11. Qual o problema de pesquisa?

A agenda de enfrentamento da crise climática global tem impulsionado o desenvolvimento de energias renováveis trazendo um impulso no sentido da transição energética capaz de alcançar emissões zero de carbono até 2050. O Hidrogênio verde vem trazer novas oportunidades e desafios, uma vez que permite o armazenamento da energia verde para uso posterior. Nesse contexto, no qual o Rio grande do Norte se destaca como grande gerador de energia eólica, importa identificar como a ampliação da geração de energia com os parques eólicos offshore para a produção de Hidrogênio Verde pode contribuir para o desenvolvimento do estado e dos seus municípios.

12. Onde você quer chegar com a pesquisa?

OBJETIVO GERAL: Analisar como a demanda por Hidrogênio Verde contribui para o aprimoramento das políticas públicas no Brasil e no Rio Grande do Norte, destacadamente em relação ao planejamento de desenvolvimento do Estado potiguar.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

- Situar a partir da literatura e da discussão pública o debate internacional sobre energias de baixo carbono, com destaque para o Hidrogênio Verde;

- Mapear os projetos que estão sendo apresentados no Rio Grande do Norte e as localizações preferenciais para a produção de Hidrogênio Verde;
- Analisar o processo decisório para a produção de Hidrogênio verde no Rio Grande do Norte, no contexto da transição energética brasileira e mundial;
- Analisar o posicionamento dos atores locais em relação à perspectiva da produção de Hidrogênio Verde no Rio Grande do Norte.

13. Como a literatura tem tratado esse problema/tema?

No avanço para a transição energética, diversos países têm liderado a produção de energias renováveis. A geração de energia pós Protocolo de Quioto destacou-se pelo investimento em eletricidade a partir de energia eólica e solar. A aceleração dos impactos das mudanças climáticas e a conjuntura internacional de procura pela autonomia energética e pelo fim das energias fósseis levam à busca de soluções de armazenamento, transporte e uso das energias eólica e solar. Nesse sentido, em paralelo à discussão sobre o papel do lítio no armazenamento, os investimentos avançam rapidamente para a produção de hidrogênio verde, por meio de projetos híbridos com as energias renováveis. O Rio Grande do Norte, que já se destaca no território nacional pelo potencial de produção e capacidade instalada para a geração de energia elétrica por fonte eólica, se insere no debate do Hidrogênio verde como potencial produtor a partir da energia eólica offshore e da eletrólise da água. Entretanto, não se conhece em detalhe os projetos locais relacionados ao uso de Hidrogênio verde nem os objetivos do Estado com a pretendida produção, se o destino será a exportação e se haverá benefícios para as comunidades locais.

14. Como realizará a pesquisa? (procedimentos/instrumentos metodológicos de coleta e de análise)

A pesquisa será realizada a partir de: a) Revisão da literatura internacional e nacional, à luz da teoria sobre desenvolvimento e planejamento regional; b) Acompanhamento das políticas públicas relacionadas ao tema, coleta documental e análises da narrativa; c) Acompanhamento e coleta de informações do setor específico e da academia; d) Coleta e análise dos dados estatísticos do setor (eólico e fotovoltaico) no Brasil e no Rio Grande do Norte.

15. Quais os resultados você já tem?

A pesquisa ainda não possui resultados.

16. Quais as conclusões dos primeiros resultados e/ou novas perspectivas da pesquisa?

A pesquisa ainda não possui resultados.

17. Qual o seu planejamento para as próximas etapas da pesquisa?

2023.2: cursar disciplina obrigatória; Participar do II Seminário em Estudos Urbanos e Regionais (Ago/23); Participar do SPG4 - ANPOCS (Set/23); Coleta e análise das fontes.

2024.1: Coleta e análise de dados; Participar de seminário interno e de evento externo; Qualificação da dissertação.

2024.2: Submeter artigo em periódico científico; Conclusão e defesa da dissertação.

18. Liste suas principais referências teóricas (Formato ABNT)

VILBERGSSON, K. V. et al., Can remote green hydrogen production play a key role in decarbonizing Europe in the future? A cradle-to-gate LCA of hydrogen production in Austria, Belgium, and Iceland, *International Journal of Hydrogen Energy*. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ijhydene.2023.01.081>. Acesso em 15 mar. 2023.

KAKRAN, Shubham et al. Hydrogen energy in BRICS-US: A whirl succeeding fuel treasure. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.apenergy.2023.120670>. Acesso em: 15 mar. 2023.

VALLEJOS-ROMERO, A. et al. Green Hydrogen and Social Sciences: Issues, Problems, and Future Challenges. *Sustainability* 2023, 15, 303. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su15010303>. Acesso em 15 mar. 2023.

BAIRRÃO, D. et al. Green Hydrogen and Energy Transition: Current State and Prospects in Portugal. *Energies* 2023, 16, 551. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/en16010551>. Acesso em 15 mar. 2023.

XIANG, P.-P et al., Role of hydrogen in China's energy transition towards carbon neutrality target: IPAC analysis, *Advances in Climate Change Research*. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.accre.2022.12.004>. Acesso em 15 mar. 2023.

DILLMAN, K.; HEINONEN, J. Towards a Safe Hydrogen Economy: An Absolute Climate Sustainability Assessment of Hydrogen Production. *Climate* 2023, 11, 25. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/cli11010025>. Acesso em: 15 mar. 2023.

HOFSTAETTER, Moema. Energia eólica: entre ventos, impactos e vulnerabilidades socioambientais no Rio Grande do Norte. Dissertação – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-graduação em Estudos Urbanos e Regionais. Natal/RN, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/22145/1/MoemaHofstaetter_DISSERT.pdf Acesso em: 22/08/2022.

SILVA, Rebeca Marota da. Dinâmica socioeconômica das eólicas no Rio Grande do Norte (2000 - 2015): microrregiões e políticas de desenvolvimento local. Dissertação - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-graduação em Estudos Urbanos e Regionais. Natal/RN, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/23604>. Acesso em: 6 jun. 2022.

BERMANN, Célio. Crise ambiental e as energias renováveis. *Cien. Cult.* [on-line], São Paulo, v. 60, n. 3, set. 2008. Disponível em: <http://www.iee.usp.br/sites/default/files/biblioteca/producao/2008/Artigos%20de%20Periodicos/bermanncrise.pdf>. Acesso em: 08 out. 2022.

NUNES, João Paulo Costa e Silva. Energia eólica offshore: um estudo de caso para análise da viabilidade técnico-econômica de uma usina próxima à costa do Rio Grande do Norte. 2020. Dissertação – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção. Natal/RN, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/30709/1/Energiaeolica_Nunes_2020.pdf. Acesso em: 20 ago. 2022.

8. Vinculação com projeto de pesquisa:

Grupo de Estudos em Populações Pesqueiras e Desenvolvimento Regional- GEPPER

9. Sobre o que é sua pesquisa?

A presente pesquisa é intitulada - JUVENTUDE E ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER E CULTURA: ESTUDO SOBRE OS PROCESSOS DE USO E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM SÃO MIGUEL DO GOSTOSO - RN, dessa forma, busca analisar e refletir sobre as formas como os jovens moradores da cidade de São Miguel do Gostoso utilizam e se apropriam dos espaços de lazer e cultura da cidade mediante as transformações impostas pela atividade turística, sobretudo, nos últimos 15 anos.

A hipótese levantada é de que enquanto vila de pescadores a sensação geral era de que a cidade era de todos, e mediante as intensas transformações do espaço urbano, ocasionadas, sobretudo, pelas "modernizações" trazidas pelo avanço do turismo a partir dos últimos 15 anos, foram introduzidas mudanças significativas nas formas de uso e apropriação dos espaços públicos de lazer e cultura da juventude.

10. Onde/Quando é sua pesquisa? (local e temporalidade):

A pesquisa desenrola-se no espaço urbano da cidade de São Miguel do Gostoso - RN, e, além de discutir os processos de uso e apropriação dos espaços públicos de lazer e cultura pela juventude da atualidade, também faz um resgate histórico dos últimos 15 anos através da memória social dos "mais velhos" das formas de uso e apropriação desses espaços pela juventude anteriormente as mudanças impostas pela atividade turística.

11. Qual o problema de pesquisa?

A cidade de São Miguel do Gostoso nos últimos 15 anos, aproximadamente, começou a se notabilizar como um dos principais destinos turísticos do RN sendo, segundo a Pesquisa do Perfil do Turista do RN 2021, o terceiro destino mais procurado do Estado.

Porém, até a primeira década do século XXI, a cidade ainda caracterizava-se como um pequeno vilarejo de pescadores e agricultores

de cotidiano simples e noites tranquilas, que se alteravam apenas durante os festejos do santo padroeiro ou outras festividades tradicionais em que os jovens se planejavam o ano inteiro para sua realização.

Contudo, atualmente essa localidade recebe um grande fluxo de turistas anualmente, além de contar com um considerável número de eventos e possuir uma sofisticada infraestrutura turística, com bares, restaurantes, meios de hospedagem e entre outros.

A chegada do turismo naquela comunidade mudou intensa e rapidamente a realidade provocando uma série de mudanças estruturais, econômicas, políticas, culturais, sociais e etc. que transformaram significadamente o espaço urbano e as formas de uso e apropriação dos espaços públicos em São Miguel do Gostoso, pois, "o turismo é capaz de reorganizar sociedades inteiras para que ele possa acontecer" (CRUZ, 2003, p. 25), ou seja, o turismo ao apropriar-se do espaço insere objetos, ou até mesmo apropria-se de objetos preexistentes, os atribuindo novos significados e funções, visando a sua realização.

Mediante a esse cenário, o turismo está proporcionando muitas vezes a privatização dos espaços públicos de lazer e cultura, sobretudo aqueles utilizados pela juventude gostosense, resultando assim em relações de exclusão e/ou marginalização dos jovens no uso e apropriação desses espaços.

Sendo assim, esse contexto provoca uma série de questionamentos e o principal é o seguinte: de que maneira o espaço urbano é apropriado pelos jovens em São Miguel do Gostoso - RN, em suas atividades de lazer e cultura, no contexto do crescimento da atividade turística no município a partir dos últimos 15 anos? A busca pela resposta dessa pergunta guiará a realização do referido trabalho.

12. Onde você quer chegar com a pesquisa?

O objetivo geral dessa pesquisa é analisar e refletir sobre a compreensão das formas de uso e apropriação dos espaços públicos de lazer e cultura da juventude de São Miguel do Gostoso-RN, a partir dos últimos 15 anos.

Para isso, pretende-se conhecer as formas de uso e apropriação dos espaços de lazer e cultura pela juventude, realizar mapeamento dos principais locais de uso e apropriação do espaço pela juventude durante a realização de suas vivências na cidade e interpretar e discutir a percepção dos jovens sobre sua participação no uso e apropriação dos espaços de lazer e cultura em Gostoso, no contexto da atividade turística.

13. Como a literatura tem tratado esse problema/tema?

O estudo sobre a temática de "o direito à cidade" ganha grande notoriedade em 1968 com o lançamento da obra de Henri Lefebvre e até hoje é discutida por inúmeros teóricos como Carlos (2020) e Harvey (2012). Quando discute-se sobre a temática juventude Clarisse Cassab é uma referência no assunto e por isso seus textos são utilizados em nosso texto, assim, como a utilização da legislação presente como Estatuto da Juventude, Estatuto da Criança e do adolescentes entres outros documento que asseguram o

direito do uso e apropriação dos espaços de lazer e cultura pelos jovens. Para analisar a influência do turismo sobre o espaço contamos com a obra de Rita de Cássia Ariza da Cruz.

14. Como realizará a pesquisa? (procedimentos/instrumentos metodológicos de coleta e de análise)

A metodologia será composta por uma pesquisa etnográfica que, permitindo maior vivência do pesquisador em aproximações/distanciamentos com os sujeitos pesquisados, poderá desenvolver uma visão de caráter holístico, a compreensão da questão da memória social do espaço vivido e transformado, com a participação do público objeto de estudo. Propõe-se dinâmicas coletivas com os jovens, mas também interações intergeracionais, provocando uma reflexão ativa, dinamizadora da memória do processo, assim como a percepção diferenciada sobre as diferentes relações com o espaço, sua cultura e tradições no curto tempo da infância e juventude em transformações diversas. Além das observações ativas durante as visitas de campo, para a obtenção de dados o estudo se utilizará, além das dinâmicas lúdicas em grupo, de entrevistas semiestruturadas tratadas de forma quali-quantitativa. Também contará com um levantamento bibliográfico para a discussão das categorias de espaço urbano e juventude.

15. Quais os resultados você já tem?

Os resultados preliminares demonstram que mediante as transformações impostas pela atividade turística os processos de usos e apropriação dos espaços de lazer e cultura estão sendo reconfigurado ao longo do tempo, e, isso implica na mudança de horários e nas formas de uso e de apropriação dos espaços públicos de lazer e cultura. Outro ponto, é que Apesar da mudança de hábitos na utilização dos equipamentos públicos, a praia ainda representa o principal ponto de encontro e de socialização dos jovens em São Miguel do Gostoso-RN.

16. Quais as conclusões dos primeiros resultados e/ou novas perspectivas da pesquisa?

As conclusões até aqui identificadas refletem as mudanças dos processos de forma, uso, e apropriação dos espaços de lazer e cultura. Esses espaços hoje em dia possuem novos horários de convivência juvenil e novas funcionalidades, porém, é identificável também locais públicos que deveriam ser de acesso de todos, no entanto, muitos vezes são negados ao público juvenil gerando sentimentos de exclusão e marginalização do público juvenil.

17. Qual o seu planejamento para as próximas etapas da pesquisa?

A pesquisa encontra-se no atual momento em processo de finalização. Quase todas etapas já foram realizadas, tudo indica que até final de agosto eu possa estar a defendendo.

18. Liste suas principais referências teóricas (Formato ABNT)

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. Ser jovem no Brasil hoje: políticas e perfis da juventude brasileira. Flacso Brasil, 2015.

BRASIL, CASA CIVIL. . Estatuto da Juventude. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm#:~:text=%C2%A7%201%C2%BA%20Para%20os%20efeitos,e%20nove\)%20anos%20de%20idade.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm#:~:text=%C2%A7%201%C2%BA%20Para%20os%20efeitos,e%20nove)%20anos%20de%20idade.)> Acesso em: 16 jul. 2022.

BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A Cidade. 8ª Edição. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

_____, Ana Fani Alessandri. (Re)produção do espaço urbano: o caso de Cotia. São Paulo: EDUSP, 2008.

_____, Ana Fani Alessandri. Segregação socioespacial e o "Direito à Cidade". GEOUSP Espaço e Tempo (Online), v. 24, n. 3, p. 412-424, 2020.

CASSAB, Clarice. Contribuição à construção das categorias jovem e juventude: uma introdução. Locus: revista de história, v. 17, n. 2, p. 145-149, 2011.

CORRÊA, Roberto Lobato et al. O espaço urbano. Ática, 1989.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Introdução a geografia do turismo. 2 ed. São Paulo: Editora Roca, 2003.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. – O direito social ao lazer na cidade do nosso tempo. In: GOMES, Christianne Luce., ISAYAMA, Hélder Ferreira. O direito social ao lazer no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2015, p. 7-22.

8. Vinculação com projeto de pesquisa:

Sustentabilidade, Adaptação Climática, Energias e Sociodiversidade dos territórios: uma análise comparativa de estudos de casos de governo no contexto do nordeste brasileiro

9. Sobre o que é sua pesquisa?

Adaptação e Capacidade Adaptativas às Mudanças Climáticas: uma análise sobre as regiões metropolitanas de João Pessoa-PB e Natal-RN

10. Onde/Quando é sua pesquisa? (local e temporalidade):

A pesquisa aplica-se para um recorte de duas regiões metropolitanas, sendo a Região Metropolitana de João Pessoa, no estado da Paraíba, e a Região Metropolitana de Natal, no estado do Rio Grande do Norte. O estudo volta-se para o atual contexto destas regiões, utilizando como base o ano de 2022.

11. Qual o problema de pesquisa?

O problema de pesquisa parte de duas questões centrais:

- as regiões metropolitanas que compreendem capitais regionais podem manifestar similaridades no arranjo urbano-regional de suas cidades a partir da capacidade adaptativa?

- Existem atributos institucionais capazes de influenciar na capacidade adaptativa e caracterizar regiões metropolitanas?

12. Onde você quer chegar com a pesquisa?

Objetivo Geral:

Compreender as relações da capacidade adaptativa às mudanças climáticas com as particularidades urbano-regionais e institucionais de regiões metropolitanas de capitais regionais, partindo da análise das regiões metropolitanas de João Pessoa-PB e de Natal-RN.

Objetivos Específicos:

- I. Identificar as características urbano-regionais e institucionais das regiões metropolitanas;
- II. Medir a capacidade adaptativa dos municípios que compõem as regiões metropolitanas;
- III. Verificar relações entre as características dos municípios e os resultados de capacidade adaptativa.

13. Como a literatura tem tratado esse problema/tema?

Como forma de medição para o potencial de adaptação, a capacidade adaptativa surge como um tema que recentemente vem sendo explorado e ganhando visibilidade no campo científico, principalmente a partir da publicação do Quarto Relatório de Avaliação (AR4) do International Panel on Climate Change (IPCC) em 2007 (GIULIO; MARTINS; LEMOS, 2016). No AR4, se define que a adaptação se configura por ações que antecedam os possíveis impactos resultantes das mudanças climáticas, com o intuito de se reduzir a vulnerabilidade socioambiental.

14. Como realizará a pesquisa? (procedimentos/instrumentos metodológicos de coleta e de análise)

O trabalho se estabelece a partir de quatro etapas metodológicas:

- Revisão bibliográfica: realizada através de revisão integrativa de literatura;
- Caracterização do recorte de estudo: identificação das atuais características urbano-regionais e institucionais dos municípios estudados através da coleta de dados secundários;
- Aplicação dos índices de capacidade adaptativa: medição da capacidade adaptativa através de dois índices, sendo eles, o Índice de Adaptação Urbana (UAI – Urban Adaptation Index) e o Índice de Gestão de Capacidade Adaptativa (IGCA);
- Análise dos resultados: vai se dar através de três etapas, tais como, comparação entre os resultados dos índices nas regiões metropolitanas, agrupamento de cluster e formação de um esquema conceitual gráfico.

15. Quais os resultados você já tem?

Ainda não possui resultados.

16. Quais as conclusões dos primeiros resultados e/ou novas perspectivas da pesquisa?

Ainda não possui resultados.

17. Qual o seu planejamento para as próximas etapas da pesquisa?

2023:

- Julho: Caracterização do recorte de análise
- Agosto: Qualificação
- Setembro: Aplicação do UAI
- Outubro: Aplicação do IGCA
- Novembro: Análise dos resultados
- Dezembro: Escrita do trabalho

2024:

- Janeiro: Debate do projeto
- Fevereiro: Escrita do trabalho
- Março: Escrita do trabalho
- Abril: Banca de dissertação

18. Liste suas principais referências teóricas (Formato ABNT)

ESPÍNDOLA, Isabela B.; RIBEIRO, Wagner C. Cidades e mudanças climáticas: desafios para os planos diretores municipais brasileiros. *Cad. Metrópole*, São Paulo, v. 22, n. 48, p. 365-395, mai./ago. 2020. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/cm/a/ZY47nWVQJfMfCFcx7Q9hywn/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 12 de janeiro de 2022.

GIDDENS, Anthony. *A política da Mudança Climática*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2010.

IWAMA, Allan Yu; BATISTELLA, Mateus; FERREIRA, Lúcia C.; ALVES; Diogenes S.; FERREIRA; Leila C. Risco, Vulnerabilidade e Adaptação às Mudanças Climáticas: uma abordagem interdisciplinar. *Ambiente & Sociedade*, v. 19, n. 2, p. 95-118, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/asoc/a/XDRpNhhYqsYKHTFsRqwyXjS/?lang=pt>>. Acesso em: 17 de maio de 2022.

MOTTA, Diana M.; MUELLER, Charles C.; TORRES, Marcelo de O. A dimensão urbana no desenvolvimento econômico-espacial brasileiro. *IPEA*, n.530, p.01-48. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2389>>. Acesso em: 18 de julho de 2023.

MOURA, Rosa. A dimensão urbano-regional na metropolização contemporânea. *Artículos*, v.38, n.115, p. 5-31, 2012. Disponível em: <A dimensão urbano-regional na metropolização contemporânea - CORE>. Acesso em: 18 de julho de 2023.

NOBRE, C. A.; et al. Vulnerabilidades das Megacidades Brasileiras às Mudanças Climáticas: Região Metropolitana de São Paulo. In: MOTTA, R. S.; HARGRAVE, J.; LUEDEMANN, G.; GUTIERREZ, M. B. S. (org.). *Mudança do Clima no Brasil: aspectos econômicos, sociais e regulatórios*. Brasília: IPEA, 2011. p. 233-260. Disponível em: . Acesso em: 19 de março de 2023.

TEIXEIRA, Izabella; TONI, Ana. A crise Ambiental-climática e os Desafios da Contemporaneidade: o Brasil e sua política ambiental. *Revista CEBRI*, ano 1, n. 1, p. 71-93, jan.-mar. 2022. Disponível em: <<https://cebri.org/revista/br/artigo/21/a-crise-ambiental-climatica-e-os-desafios-da-contemporaneidade-o-brasil-e-sua-politica-ambiental>>. Acesso em: 30 de outubro de 2023.

8. Vinculação com projeto de pesquisa:

CAPACIDADES ESTATAIS

9. Sobre o que é sua pesquisa?

PATRULHA MARIA MARIA DA PENHA EM NATAL RN

10. Onde/Quando é sua pesquisa? (local e temporalidade):

NATAL RN DE 2017 A 2020

11. Qual o problema de pesquisa?

Como o modelo dos múltiplos fluxos pode explicar o processo de inclusão da Patrulha Maria em Natal RN na agenda decisional do município?

12. Onde você quer chegar com a pesquisa?

Analisar o processo de inclusão da Patrulha Maria em Natal RN na agenda decisional do município, a partir do modelo dos múltiplos fluxos

13. Como a literatura tem tratado esse problema/tema?

Para Celina Souza (2006, p. 26): “a formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real”.

Somado a isso, Saravia (2006) destaca que o contexto em que se desenvolvem as atividades estatais é dinâmico. Isso se dá pelo fato de envolver tanto indivíduos quanto organizações variadas, além de permitir a interação entre nações, proporcionada pela globalização. Tudo isso coloca o papel do Estado em foco e requer que se adote o planejamento como base de suas ações.

A fim de metodizar o estudo das políticas públicas, os autores chegaram à concepção de um ciclo para a elaboração de políticas públicas. Contudo, a quantidade de fases pode variar de um autor para outro. Marta Rodrigues (2013) divide o ciclo em seis fases, aqui descritas de forma sucinta:

1. Preparação da decisão política- alguns autores chamam essa fase de identificação do problema. Consiste em identificar que existe um problema e que esse problema exige intervenção por parte do governo e deve ser incluído na agenda governamental.
2. Formação da agenda- nessa fase, o problema torna-se público e ganha prioridade sobre outros problemas que não se mostraram tão relevantes por razões de escassez de recursos, tempo e pressão social, por exemplo.
3. Formulação- aqui surgem as alternativas para a solução do problema, envolvendo os diversos atores interessados que podem formar coalizões para defender sua alternativa.
4. Implementação- essa fase corresponde à aplicação da política pelo aparato estatal, onde ocorre também a constatação da existência ou não de recursos materiais e humanos para realizar as ações da política.
5. Monitoramento- acompanhar as ações é importante para verificar se elas estão conforme o planejado e fornece subsídios para que se avalie a política.
6. Avaliação- permite identificar se os resultados e objetivos planejados foram alcançados e se os recursos empregados estão sendo gastos com eficiência e de modo eficaz.

Uma das formas de se analisar uma política pública é através do seu ciclo, podendo-se escolher olhar a política inteira ou apenas uma de suas fases. No que toca ao presente trabalho, o foco será em apenas uma fase do ciclo, uma vez que tem a intenção de analisar o processo de inclusão da Patrulha Maria da Penha em Natal RN na agenda decisional.

Sobre a inclusão de um determinado problema na agenda, Capella (2005) ressalta que:

Uma questão passa a fazer parte da agenda governamental quando desperta a atenção e o interesse dos formuladores de políticas. No entanto, dada a complexidade e o volume de questões que se apresentam a estes formuladores, apenas algumas delas são realmente consideradas num determinado momento. Estas compõem a agenda decisional: um subconjunto da agenda governamental que contempla questões prontas para uma decisão ativa dos formuladores de políticas, ou seja, prestes a se tornarem políticas (policies). (CAPELLA, 2005)

O interesse na fase de agenda, é algo recente entre pesquisadores brasileiros da Ciência Política e das Políticas Públicas e de acordo com Zahariadis (2016, apud CAPELLA, 2020) existem cinco grandes razões pelas quais se deve estudar a fase de agenda:

- a) a agenda permite que se identifique os valores que são caros à sociedade em um determinado período da história;
- b) propicia a percepção de alinhamento entre o que a sociedade e o governo enxergam como prioritário;
- c) torna possível visualizar quais grupos priorizam o quê e quem sai vencendo no jogo político;
- d) permite compreender como se dá a escolha e a decisão política, diante das opções que se apresentam; e
- e) traz à tona atores e instituições envolvidos, ainda que informalmente.

Consciente da importância de se estudar a fase de agenda, a análise de políticas públicas também exige a eleição de um modelo que forneça categorias analíticas a serem estudadas, sendo o modelo dos múltiplos fluxos, um dos mais utilizados para o estudo dessa fase. Idealizado por John Kingdon nos anos 1980, esse modelo analítico tem a intenção de explicar o porquê de certas temáticas encontrarem espaço na agenda, enquanto outras são preteridas. Ele propõe que se analise a política através de três fluxos: o fluxo dos problemas; o fluxo das soluções e o fluxo da política. (MARQUES E FARIA, 2018)

É no fluxo dos problemas que esse modelo analítico busca compreender que uma determinada questão é reconhecida como um problema público, passível de intervenção do Estado e recebe posição de destaque em relação a outros problemas. O fluxo das soluções apresenta as muitas alternativas possíveis para o problema, envolvendo conhecimento técnico e soluções tecnológicas. O fluxo da política diz respeito a todas as negociações e alianças dos atores envolvidos a fim de que a política seja incluída na agenda. (MARQUES E FARIA, 2018 e CAPELLA, 2006)

É na convergência desses três fluxos que surge o momento propício para uma mudança na agenda, fazendo com que uma determinada questão ganhe prioridade sobre outras.

Neste momento, um problema é reconhecido, uma solução está disponível e as condições políticas tornam o momento propício para a mudança, permitindo a convergência entre os três fluxos e possibilitando que questões ascendam à agenda. (CAPELLA, 2005)

Kingdon (2007) faz separação da agenda em dois momentos: agenda governamental que é lista de temas que recebem atenção e agenda decisional que se refere às questões que são alvo de deliberação e ganham status de política pública.

Capella (2010) chama a atenção para o papel desempenhado pelos empreendedores políticos para que ocorra uma mudança na agenda. São eles que trabalham para que os três fluxos entrem em confluência, defendendo uma ideia e criando uma janela, “que se constitui em uma oportunidade, para que os defensores de uma determinada causa ofereçam suas soluções, ou para chamar atenção para problemas que considerem especiais” (KINGDON, 2007, p.236), conceito muito importante dentro do modelo dos múltiplos fluxos.

Nas palavras da autora:

Além da promoção das idéias, os empreendedores desempenham um papel crítico no modelo de Kingdon, mais diretamente relacionado com a mudança na agenda governamental. No modelo de agenda-setting do autor, a mudança na agenda governamental é resultado de uma complexa combinação de fatores, incluindo a forma pela qual um problema é percebido, as possibilidades de utilização de um conjunto de soluções disponíveis e as alterações na dinâmica política e da opinião pública. (CAPELLA, 2010)

Na visão de Kingdon (2007), o empreendedor político tem certas características que o destacam e o colocam em posição de defender uma ideia, apresentar soluções e contribuir para o surgimento de uma janela de oportunidade. Ele destaca três: a primeira característica do empreendedor é a credibilidade pública proporcionada por se tratar de especialista no assunto, por ter uma posição privilegiada dentro do processo de decisão ou ainda por ter um bom poder de convencimento oral. Em segundo lugar, ele deve ter habilidade de negociação e boas conexões políticas. Por fim, ele deve ser persistente e estar disposto a investir na ideia. Esse empreendedor pode ainda estar inserido em uma comunidade política.

Esse é o termo usado por Kingdon, mas cada modelo analítico tem um termo diferente para dizer mais ou menos a mesma coisa. “As comunidades teriam as seguintes características principais: participação limitada, alta integração entre os membros, consistência ao longo do tempo, controle de recursos e distribuição balanceada de poder.” (CAPELLA E BRASIL, 2015, p.63)

Isto posto, o modelo dos múltiplos fluxos, aplicado à fase de agenda, requer que se analise o fluxo dos problemas; o fluxo das soluções e o fluxo da política, o surgimento de uma janela de oportunidade e a ação de um empreendedor político, inserido ou não em comunidade; constituindo-se como um modelo propício para o objetivo deste projeto que visa analisar a inclusão da Patrulha Maria da Penha na agenda do município de Natal RN.

14. Como realizará a pesquisa? (procedimentos/instrumentos metodológicos de coleta e de análise)

A pesquisa pretendida é de caráter qualitativo, tendo em vista que se trata de uma análise do processo de inclusão da Patrulha Maria da Penha em Natal RN na agenda decisional, a partir do modelo dos múltiplos fluxos, caracterizando-se como um estudo de caso, que segundo Fonseca (2002), pode ser utilizado como forma de conhecer um determinado fenômeno de modo mais

aprofundado.

Inicia-se com um levantamento bibliográfico-documental utilizando os sites da Câmara Municipal, da prefeitura de Natal/RN e do Ministério Público com informações acerca da Patrulha Maria da Penha em Natal/RN, seguindo os passos do próprio Kingdon (CAPELLA, 2020) que se utilizou das técnicas de estudo de caso, entrevista e análise de documentos do governo, relatórios, artigos acadêmicos e outras fontes escritas, em suas pesquisas.

De acordo com Cellard (2008), a análise documental é de suma importância em qualquer pesquisa no campo das ciências sociais, pois diferente de outras técnicas da pesquisa qualitativa, permite que o pesquisador desfrute de um certo distanciamento do seu objeto de estudo, o que contribui para sua imparcialidade.

Ainda como técnica de pesquisa, será feito uso da entrevista semiestruturada com a vereadora proponente da lei que criou a Patrulha, e outros membros do legislativo, bem como representantes do executivo e do judiciário envolvidos na querela, a fim de colher a percepção dos atores acerca do processo, uma vez que essa técnica permite que o pesquisador conduza um roteiro, sem limitar demais a expressão do entrevistado, que se sente livre para fazer desdobramentos a partir do tema principal. (GERHARDT e SILVEIRA, 2009)

Quanto à técnica de análise de dados escolhida, será a análise de conteúdo das entrevistas com os atores mais proeminentes, sendo essa "uma técnica de pesquisa e, como tal, tem determinadas características metodológicas: objetividade, sistematização e inferência" (GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p.84) e também a análise de discurso que "objetiva realizar uma reflexão sobre as condições de produção e apreensão do significado de textos produzidos em diferentes campos" (GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p.85), será utilizada para analisar os discursos do prefeito e de membros do legislativo ligados à política no período de 2017 a 2020, período de duração da disputa entre executivo e legislativo.

15. Quais os resultados você já tem?

ainda não possuo resultados

16. Quais as conclusões dos primeiros resultados e/ou novas perspectivas da pesquisa?

ainda não possuo resultados

17. Qual o seu planejamento para as próximas etapas da pesquisa?

Levantamento bibliográfico- mar a dez/23

Aplicação da metodologia de pesquisa- mar a jul/24

Análise e sistematização dos dados- mar a jul/24

Qualificação da dissertação- jul/24

Redação final da dissertação- ago a out/24

Defesa da dissertação- nov/24

18. Liste suas principais referências teóricas (Formato ABNT)

CAPELLA, Ana C. N. Formação da Agenda Governamental: Perspectivas Teóricas. XXIX Encontro Anual da ANPOCS GT19 - Políticas Públicas 2005. São Paulo

_____. Transformando Idéias em Ação: O Papel dos Empreendedores de Políticas Públicas. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 34,2010, Caxambu. Anais. . . São Paulo: Anpocs, 2010.

_____. Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas. São Paulo, BIB, nº 61. 2006. p. 25-52

_____. Estudos sobre formação da agenda de políticas públicas: um panorama das pesquisas no Brasil. REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Rio de Janeiro 54(6):1498-1512, nov. - dez. 2020

_____ e BRASIL, Felipe Gonçalves. ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA REVISÃO DA LITERATURA SOBRE O PAPEL DOS SUBSISTEMAS, COMUNIDADES E REDES. NOVOS ESTUDOS 101 .MAR. 2015

CELLARD, André. Análise documental. In: Vários Autores. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002.

FREITAS, Sheyla e PESSOA, Udymer. Com quantas Marias se faz uma Patrulha. Natal. RN Editora, 2022.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). Métodos de pesquisa. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2009. 120p. (Educação a Distância).

KINGDON, John W. Como chega a hora de uma idéia. In: SARAVALIA, Enrique (Org.); FERRAREZI, Elisabete (Org.). Políticas Públicas - Coletânea Volume 1. 2007. p. 219-224.

KINGDON, John W. (1995). Agendas, Alternatives, and Public Policies. 2nd Edition. Harper Collins CollegePublishers.

MARQUES, E; FARIA, CAP. A política pública como campo multidisciplinar. São Paulo: Editora Unesp, Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013. 978-85-393-0401-1. Editora Unesp, 978-85-7541-422-4. Editora Fiocruz

RODRIGUES, Marta Maria Assumpção. Políticas Públicas. São Paulo: Publifolha, 2013. - (Folha Explica)

SARAVALIA, Enrique e FERRAREZI, Elisabete. Políticas públicas. Coletânea / Brasília: ENAP, 2006. 2 v.

8. Vinculação com projeto de pesquisa:

PVF20685-2023 - QUESTÃO AGRÁRIA, MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: ESCALAS, AÇÕES E REPERTÓRIOS

9. Sobre o que é sua pesquisa?

Este trabalho busca percorrer o cotidiano das Bodegas Solidárias, localizadas em dez municípios do Rio Grande do Norte, visando analisar a contribuição que esta tecnologia social tem dado a um número significativo de famílias em situação de vulnerabilidade social e fome. Partindo da compreensão de que o direito humano à alimentação adequada se materializa de forma concreta na vida destas famílias na medida que acontece a promoção, a acessibilidade e disponibilidade de alimentos saudáveis em um sistema alimentar que conecta as dimensões da produção, do abastecimento e do consumo de alimentos no território. Desta forma, a pesquisa terá por objetivo: Compreender o papel que as Bodegas Solidárias desempenham nas famílias assistidas em dez municípios do Rio Grande do Norte.

10. Onde/Quando é sua pesquisa? (local e temporalidade):

A pesquisa utilizará o método quanti-qualitativo realizado em dez municípios: Natal, Ceará-Mirim, João Câmara, Macau, São Tomé, Lagoa Salgada, São José de Mipibu, Pedro Velho, Nísia Floresta e Montanhas) no período de 2020 a 2024 por meio do Projeto Bodega Solidária, iniciativa desenvolvida pelo Serviço de Assistência Rural e Urbano – SAR.

11. Qual o problema de pesquisa?

A pesquisa buscará responder como as Bodegas Solidárias contribuiu para segurança alimentar e nutricional de famílias em situação de vulnerabilidade social nos territórios onde esta tecnologia social foi implantada? Identificando como a sociedade civil organizada, por meio da implementação da Bodega Solidária, uma tecnologia social simples e de baixo custo, adaptadas a contextos de vulnerabilidade social e ambiental ofereceram soluções efetivas para que famílias e comunidades rurais que tivessem mais acesso à alimentação.

12. Onde você quer chegar com a pesquisa?

Objetivo Geral: Compreender o papel que as Bodegas Solidárias desempenham nas famílias assistidas em dez municípios do Rio Grande do Norte

Objetivos específicos: 1) Identificar os perfis sociodemográficos de famílias residentes nos municípios em que há Bodegas Solidárias implantadas no período de 2020 à 2024.

2) Descrever os motivos que levaram à insegurança alimentar e a fome citadas pelas famílias nos anos do estudo.

3) Analisar o processo de implantação das Bodegas Solidárias e sua contribuição para segurança

alimentar e nutricional e a melhoria da qualidade de vida de famílias rurais e urbanas nos

territórios onde esta tecnologia social foi implantada.

13. Como a literatura tem tratado esse problema/tema?

No Brasil, estudos apontam que há uma maior prevalência de insegurança alimentar nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, em populações pobres e de baixo nível de escolaridade e com baixo índice de desenvolvimento humano. Além disso, diversos fatores como local de moradia, número de moradores da casa, renda familiar, participação em programas de transferência de renda e outras políticas públicas, podem influenciar na insegurança alimentar (BEZERRA et al., 2020; LIGNANI; PALMEIRA; ANTUNES; SALES-COSTA, 2020).

Na história brasileira muitos foram os momentos de acirramentos entre a população e seus governantes, por garantia de direitos como alimentação, saúde, moradia, trabalho, educação, ou seja, direitos que definem a condição de saúde e vida do indivíduo e de sua família. (VALENTE, 2002). A luta por garantir o direito à alimentação envolveu vários movimentos, organizações, instituições, grupos e atores sociais que tiveram como objetivo trazer a fome para o cenário político e social. Esse movimento exigiu dos governantes a implementação de políticas públicas que combatessem a miséria e, superassem o caráter clientelista e paternalista geralmente presentes nas políticas sociais. (VASCONCELOS, 2005)

14. Como realizará a pesquisa? (procedimentos/instrumentos metodológicos de coleta e de análise)

Com vista a alcançar os objetivos da investigação proposta será necessário basear-se na

elaboração de instrumentos mistos (quantitativo e qualitativo). A produção e a aplicação dos instrumentais de coleta junto ao público atendido pelas Bodegas Solidárias serão desenvolvidas em uma abordagem qualitativa. Considerando que se trata de um tema de caráter social a investigação terá como base documentos, gráficos, tabelas com respostas das famílias, informações mais abrangentes e específicas da realidade local, no âmbito do acesso à alimentação e o enfrentamento à fome, que permitirão uma

abordagem mais quantitativa. A abordagem buscará compreender como as bodegas solidárias vêm promovendo a segurança alimentar das famílias que apresentam maior vulnerabilidade social em dez municípios do Rio Grande do Norte. De forma geral, a investigação seguirá a seguinte metodologia: Revisão bibliográfica, construção de instrumentos de coleta Entrevistas, Observação direta, Tratamento das informações recolhidas e análise

15. Quais os resultados você já tem?

Pesquisa em fase inicial

16. Quais as conclusões dos primeiros resultados e/ou novas perspectivas da pesquisa?

Pesquisa em fase inicial

17. Qual o seu planejamento para as próximas etapas da pesquisa?

1. Cursar as disciplinas até o mês 22; Revisão e definição do

problema até o 4o mês; Revisão bibliográfica para

fundamentação teórica até o 9o mês; Definição do método da

pesquisa até o 9o mês; Finalizar do projeto e

qualificação até o 14o mês; Aplicação dos instrumentais e coleta de dados

(entrevistas e visitas de campo), até o 17o mês; Tratamento das informações recolhidas e

análise dos dados até o 20o mês; Contribuições teóricas e práticas da pesquisa até o mês 21o; Finalização da escrita e diálogo com

o(a) orientador(a) até o mês 23o; Defesa da Dissertação no 24o mês; Participar de eventos, seminários e congressos relacionados

ao curso - durante todos os semestres; Elaboração de artigos a partir do segundo semestre; Assistir defesas de mestrado e/ou

doutorado - durante todos os semestres.

18. Liste suas principais referências teóricas (Formato ABNT)

_____. Gabinete da Presidência da República - Conselho Nacional de Segurança Alimentar. A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil – Indicadores de Monitoramento da Constituição de 1988 aos dias atuais. Brasília: CONSEA, 2010b.

_____. Lei de Segurança Alimentar e Nutricional – Conceitos. Brasília, DF: CONSEA, 2006b disponível em: .
Acessado em 10 set. 2022. 2020.

ALIAGA, M. A.; RIBEIRO, M. S.; SANTOS, S. M. C. D.; TRAD, L. A. B. alimentar e nutricional. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16, p. 187-199, 2011.

- ALMEIDA FILHO, Neimeyer et. al. Segurança alimentar: evolução conceitual e ação das políticas públicas na América Latina. XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER. Londrina, 22 a 25 de julho de 2007. Apresentação oral. Disponível em < <http://sober.org.br/palestra/6/1138.pdf>> Acessado em: 12 outubro 2022.
- ANJOS, Luiz Antonio dos; BURLANDY, Luciene. Construção do conhecimento e formulação de políticas públicas no Brasil na área de segurança alimentar. *Ciênc. saúde coletiva* [on line] v.15, n.1, p. 19-22 ISSN 1413-8123 Disponível em <http://dx.doi.org/101590/s1413-81232010000100003> Acessado 12 outubro 2022.
- ARAÚJO, M. L.; MENDONÇA, R. D.; PEREIRA, S. C. L.; et al. Dimensões da escala brasileira de insegurança alimentar na atenção primária à saúde. *DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde*, v. 16, p. 56822, 2021.
- BEZERRA, M. S.; JACOB, M. C. M.; FERREIRA, M. A. F.; VALE, D. et al. Insegurança alimentar e nutricional no Brasil e sua correlação com indicadores de vulnerabilidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25, p. 3833-3846, 2020.
- BURITY, V. et al. (Orgs.). *Direito Humano à Alimentação Adequada no Contexto da Segurança Alimentar e Nutricional*. Brasília, DF: ABRANDH, 2010. 204 p.
- BURITY, Valéria et al. *Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional*. Brasília, DF: ABRANDH, 2010.
- CARNEIRO, H. *Comida e sociedade: uma história da alimentação*. 4 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, CONSEA. *A segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação adequada no Brasil: indicadores e monitoramento da constituição de 1998 aos dias atuais*. Brasília, DF: CONSEA/ABRANDH/MDS/SISAN, 2010a.
- ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social – SETHAS. *Relatório de Gestão do SUAS 2021*
- IBGE. *Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: análise da segurança alimentar no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE–Coordenação de Trabalho e Rendimento; 2020.
- IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: segurança alimentar 2013*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; 2014.
- KEPPLE, A. W.; SEGALL-CORRÊA, A. M. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16, p. 187-199, 2011. 15
- LABORDE, D.; MARTIN, W.; VOS, R. *Poverty and food insecurity could grow dramatically as COVID-19 spreads*. International Food Policy Research Institute (IFPRI), Washington, DC, 2020.
- LEÃO, Marília (org.) *O Direito Humano à Alimentação Adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional*. Brasília: ABRANDH, 2013.
- LIGNANI, J. D. B.; PALMEIRA, P. D. A.; ANTUNES, M. M. L.; SALLES-COSTA, R. Relationship between social indicators and food insecurity: a systematic review. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 23, p. e200068, 2020.
- MALUF, R. S. J. *Segurança Alimentar e Nutricional*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2007.
- NIEMEYER CB, SILVEIRA VCA. Da pandemia à agroecologia: redes de solidariedade na construção de um novo paradigma socioecológico. *Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes). Saúde Debate*. Rio de Janeiro, V. 46, N. Especial 2, P. 377-390, jun. 2022.
- REDE PENSSAN. *VIGISAN, Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil*. 2020. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_inseguranca_alimentar.pdf. Acessado em 11 de outubro de 2022.
- RIAL, Carmen. As práticas alimentares e suas interpretações In: GUIVANT, Julia S.; SPAARGAREN, Gert; RIAL, Carmen (org.) *Novas práticas alimentares no mercado global*. Florianópolis: Ed.UFSC, 2010. p. 107-129.

SANTOS, A. B. M. V. et al. O desmonte das iniciativas governamentais para a Segurança Alimentar e Nutricional: estudo de caso do município de Cuité—Paraíba, entre 2014 e 2019. *Segurança Alimentar e Nutricional*, v. 28, p. e 021025-e 021025, 2021.

Serviço de Assistência Rural e Urbano – SAR. Relatório de Atividade. Natal, dez. 2020

VALENTE, F. L. S. Segurança Alimentar e Nutricional: transformando natureza em gente. In: *Direito a alimentação: desafios e conquistas*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 103-134.

Vasconcelos FdAGd. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. *Revista de Nutrição*. 2005.

YAZBECK, Maria carmelita. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. *Sev. Soc. Soc.*, São Paulo, n.110, p.288-322, abr./jun. 2012 Disponível em Acessado em 12 de outubro 2022.

8. Vinculação com projeto de pesquisa:

Projeto Pedal/ SEMAPA

9. Sobre o que é sua pesquisa?

Pretendemos realizar um estudo de caso, com a finalidade de compreender as dinâmicas de desigualdade socioespaciais no que se refere às infraestruturas cicloviárias presentes no município de Natal. Tendo em vista que a ODS 11 da ONU circunscreve a mobilidade urbana sustentável como item importante no sentido de se mitigar os efeitos negativos das mudanças climáticas no cenário das cidades. Frente a uma tendência de ordem global, o Brasil se mobiliza no sentido de privilegiar os meios não motorizados de deslocamento e o transporte público coletivo. É o que prevê a Política Nacional de Mobilidade Urbana (2012). Nesse sentido, a ciclomobilidade desponta como um meio de locomoção sustentável, democrático e humano. Verificamos, então, as condições de ciclomobilidade no município de Natal, tendo em vista quem realiza tais deslocamentos (numa perspectiva interseccional, compreendendo as dinâmicas de classe, raça e gênero). E percebemos em que medida a PNMU está sendo efetiva no município de Natal e quais as diferenças socioespaciais a respeito das atuais infraestruturas cicloviárias implementadas atualmente no município. A coleta de dados foi obtida através da realização de entrevistas semiestruturadas com atores sociais que realizam deslocamento em bicicleta, bem como com atores políticos responsáveis pela mobilidade urbana no município.

10. Onde/Quando é sua pesquisa? (local e temporalidade):

Onde: Município de Natal/ Temporalidade: desde a efetivação da Política Nacional de Mobilidade Urbana (2012).

11. Qual o problema de pesquisa?

Qual as condições de ciclomobilidade no município de Natal?

12. Onde você quer chegar com a pesquisa?

Perceber os entraves para a aplicação do que preconiza a PNMU, do ponto de vista dos atores políticos responsáveis pela mobilidade

em Natal;

Verificar as tendências de deslocamento em bicicleta no município de Natal;

Problematizar questões de classe, raça e gênero;

Entender as dinâmicas de quem reivindica o direito ao pedal na cidade, isto é, o ponto de vista dos atores sociais, os cicloativistas.

13. Como a literatura tem tratado esse problema/tema?

Há uma lacuna do ponto de vista da raça e gênero, sobretudo, nas pesquisas que tratam sobre ciclomobilidade. Faltam dados nesses aspectos. Há trabalhos que tratam a ciclomobilidade enquanto forma de reivindicar o espaço urbano, do ponto de vista do transporte e humano (e suas subjetividades); outros se referem ao ponto de vista estritamente do transporte e da engenharia, no qual a abordagem é da democratização do espaço para todos os modais.

Na dimensão espacial, há trabalhos que tratam da ciclomobilidade em pequenas, médias e grandes cidades.

O debate nacional se insere na ODS da ONU, em sua meta 11 sobre cidades e comunidades sustentáveis. Ou seja, acompanha a dinâmica global da ciclomobilidade enquanto mitigador e atenuante dos problemas acarretados pela emergência climática. É o que justifica as políticas públicas nacionais, estaduais e municipais de priorização da mobilidade ativa e o transporte coletivo.

14. Como realizará a pesquisa? (procedimentos/instrumentos metodológicos de coleta e de análise)

Estudo de caso. Entrevistas semi-estruturada e em profundidade com atores sociais (bicicleteiros das 4 zonas administrativas do município de Natal e cicloativistas) e atores políticos (responsáveis pela mobilidade urbana no município de Natal).

15. Quais os resultados você já tem?

Não possui.

16. Quais as conclusões dos primeiros resultados e/ou novas perspectivas da pesquisa?

Não possui.

17. Qual o seu planejamento para as próximas etapas da pesquisa?

Segundo semestre (2023):

- Elaboração de revisão sistemática de literatura sobre o tema - ciclomobilidade urbana;
- Elaboração dos roteiros de entrevista e submissão no comitê de ética;
- Proeficiência;

1º semestre de 2024:

- Entrevista com os atores sociais e políticos;

- Escrita da dissertação;

2º semestre de 2024:

- Escrita da dissertação;

- Qualificação;

- Defesa.

18. Liste suas principais referências teóricas (Formato ABNT)

BAESSE, Gabriela. Os bastidores da política pública de mobilidade urbana em Natal: as relações dos atores sociais. Dissertação (Mestrado em Estudos Urbanos e Regionais) – Programa de Pós-graduação em Estudos Urbanos e Regionais. Natal, p. 105. 2019.

BARCELLOS, Fernando Henrique Guimaraes. Cicloativismo, planejamento urbano e direito à cidade. Sessão temática 6 – Cultura, saberes e identidades. In: XVI ENANPUR – ESPAÇO, PLANEJAMENTO & INSURGÊNCIAS, 2015, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: 2015.

BADERNA, M. Apresentação. In: LUDD, Ned (org.). Apocalipse motorizado: a tirania do automóvel em um planeta poluído. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2005. p. 09-14.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

GEHL, Jan. Cidades Para Pessoas. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

HARKOT, Marina. A bicicleta e as mulheres: Mobilidade ativa, gênero e desigualdades socioterritoriais em São Paulo. Dissertação (Mestrado em arquitetura e urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 192. 2018.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. In: VAINER, Carlos et al. Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013. p. 30-37.

JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. 3. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

LEFEBVRE, Henri. La production de l'espace. 4 éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

MORAIS, Tamms Maria da Conceição. Espaços de Pobreza e mobilidade urbana: os deslocamentos da população de baixa renda em Natal – RN. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Natal, p. 184. 2010.

RODRIGUES, Juciano Martins. Mobilidade urbana no Brasil: crise e desafios para as políticas públicas. R. TCEMG, v. 34, n 3, jul./set. 2016.

ROLNIK, Raquel. O que é cidade. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SENNETT, R. Corpos em movimento. In: SENNETT, R. Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2008, p. 261-289.

SOARES, A.; GUTH, D. (Org.). O Brasil que pedala: a cultura da bicicleta nas cidades pequenas. Rio de Janeiro: Jaguatirica, 2018.

SPECK, Jeff. Cidade Caminhável. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

8. Vinculação com projeto de pesquisa:

Nenhum

9. Sobre o que é sua pesquisa?

A pesquisa é sobre coleta de resíduos sólidos urbanos, e o objeto de pesquisa são as cooperativas de reciclagem dos catadores de resíduos.

10. Onde/Quando é sua pesquisa? (local e temporalidade):

Em Natal/RN, no ano de 2024

11. Qual o problema de pesquisa?

As cooperativas de reciclagem são primordiais na busca por um desenvolvimento mais sustentável, unindo social e ambiental, mas a falta de incentivo para tais iniciativas tem enfraquecido o crescimento desta atividade no município, sendo, então, necessário estudar os desafios e potencialidades enfrentados, para ir em busca de melhores condições de trabalho e de funcionamento para as cooperativas, e de expansão dos benefícios ambientais fomentados pela coleta seletiva.

12. Onde você quer chegar com a pesquisa?

Considerando as cooperativas como fundamentais na busca por um desenvolvimento sustentável, configura-se a pergunta norteadora do trabalho: a gestão sustentável dos resíduos sólidos urbanos, no que tange as atividades das cooperativas de Natal, é efetiva?

2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar os efeitos das atividades das cooperativas de catadores de Natal/RN para a gestão de resíduos sólidos, como preconiza a PNRS;

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- I. Conhecer o debate nacional sobre gestão de resíduos sólidos conforme critérios de sustentabilidade;
- II. Entender os principais aspectos da PNRS no que tange a participação de cooperativas de catadores nos planos municipais de gestão de resíduos;
- III. Identificar como se dá a gestão municipal de resíduos sólidos onde há participação efetiva de cooperativas de catadores nessa gestão;
- IV. Analisar as cooperativas de catadores de Natal/RN observando os aspectos relacionados a condições socioeconômicas e ambientais da atividade, com base na PNRS.

13. Como a literatura tem tratado esse problema/tema?

A aplicação de metodologias sustentáveis na gestão de resíduos nas cidades brasileiras ainda é um desafio: quase 40% dos resíduos coletados no Brasil ainda tem destinação inadequada (ABRELPE,2021). O crescimento populacional das cidades conjunto ao crescente consumo torna-se uma grande barreira para a gestão de resíduos sólidos urbanos. Para Rebehy et al. (2017), nos países em desenvolvimento, aspectos como o processo de urbanização, a desigualdade, o crescimento econômico, a cultura, questões políticas e socioeconômicas retardam a gestão adequada dos resíduos.

No Brasil, temos que 74,4% dos municípios existentes no país apresentam alguma iniciativa de coleta seletiva (ABRELPE 2021), entretanto, tais iniciativas demonstram-se enfraquecidas ou insuficientes em algumas localidades. Há um elevado índice de resíduos recebendo, ainda, destinação incorreta; o relatório da ABRELPE de 2021 mostrou que 40% dos resíduos coletados no Brasil são dispostos incorretamente, incluindo em lixões ou aterros controlados.

A Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS), Lei 12.305/2010, formulada para regulamentar o gerenciamento de resíduos sólidos no Brasil, responsabiliza o poder público por lidar adequadamente com os resíduos, dando uma destinação final correta. A PNRS vem tratar também da iniciativa do poder público na implementação de sistemas de coleta seletiva, objetivando a reutilização e a reciclagem dos materiais coletados.

Em Natal, há iniciativas para a promoção de uma gestão de resíduos sólidos eficiente, conforme recomendações da PNRS. Em 2009, uma iniciativa do poder público transformou as organizações de coleta seletiva, de associações para cooperativas. Apesar dessa iniciativa, a coleta seletiva no município ainda é limitada, não atingido todos os bairros, nem funcionando em todo seu potencial. Apenas 2% dos resíduos descartados são efetivamente desviados para a indústria da reciclagem, segundo dados de 2020 do Sindicato das Indústrias de Reciclagem e Descartáveis do Estado (SindRecicla-RN), assim, 98% dos resíduos deixam de ser destinados à coleta seletiva.

14. Como realizará a pesquisa? (procedimentos/instrumentos metodológicos de coleta e de análise)

A presente pesquisa se caracteriza como exploratória, buscando explorar mais o problema e torná-lo mais explícito (GIL, 1998), e descritiva, pois buscará apresentar a descrição do perfil social dos catadores em questão. A abordagem será do tipo quantitativa, utilizando de elementos estatísticos para o alcance da análise detalhada do objeto de estudo. A abrangência do estudo será limitada as cooperativas de catadores e administração municipal da cidade de Natal/RN.

3.1 INSTRUMENTOS DE COLETA

A coleta de dados para o desenvolvimento desse trabalho dar-se-á por meio de pesquisa bibliográfica existente sobre cooperativas de reciclagem em Natal e a gestão municipal de resíduos sólidos urbanos, e por meio de pesquisa de campo, com aplicação de questionários para os integrantes das cooperativas de reciclagem delimitadas.

Também serão selecionados alguns gestores públicos e atores sociais importantes no contexto local que estão inseridos, direta ou indiretamente, na gestão de resíduos sólidos de Natal, para compreender os impactos e dificuldades na gestão local de resíduos.

3.2 INSTRUMENTOS DE TRATAMENTO E ANÁLISE DE DADOS

Os dados descritivos serão apresentados em linguagem discursiva. Os dados coletados em questionários, por sua vez, serão tratados quantitativamente, analisados com o auxílio do instrumento estatístico Microsoft Excel.

Os dados serão tratados com método de análise por conteúdo, comparando os dados e informações obtidas na etapa de coleta de dados e serão identificadas as particularidades dos dados alcançados à luz da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável.

15. Quais os resultados você já tem?

Ainda não possui resultados.

16. Quais as conclusões dos primeiros resultados e/ou novas perspectivas da pesquisa?

Ainda não possui resultados.

17. Qual o seu planejamento para as próximas etapas da pesquisa?

Levantamento bibliográfico: 08/2023 à 11/23

Contato inicial com o objeto de estudo: 12/23 à 01/2024

Qualificação: 03/24

Levantamento de dados: 03/2024 à 05/2024

Análise de dados: 06/24 à 07/2024

Material escrito: 08/2024 à 12/24

18. Liste suas principais referências teóricas (Formato ABNT)

Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. (2021). Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2021. Acessado em 03 de outubro de 2022. Disponível em: < file:///C:/Users/Presidencia/Downloads/Panorama-2021-ABRELPE.pdf >

BRASIL, Lei No 12.305, de 2 de ago. de 2010. Institui a Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS). Brasília, DF, ago 2010.

CEMPRE - Compromisso Empresarial para a Reciclagem. 2009. Relatório Geral. Disponível em

<http://www.cempre.org.br/serv_duvidas.php> Acesso: 02 e outubro de 2022.

GIL, Antônio C. Como elaborar projetos de pesquisa. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

8. Vinculação com projeto de pesquisa:

SEMAPA - Socioeconomia do Meio Ambiente e Política Ambiental

9. Sobre o que é sua pesquisa?

A Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos (GRSU) é um dos serviços públicos essenciais para o desenvolvimento da sociedade. É uma necessidade humana básica e pode ser considerada como um direito básico (UNEP, 2015). Assim sendo, observa-se que parte importante dos estudos internacionais e nacionais realça a necessidade de construir mecanismos de coordenação e parceria entre os níveis de governo e governos locais para resolver tais problemáticas a partir das políticas públicas (ABRUCIO et al. 2013).

Nesse sentido, os consórcios públicos tornam-se um dos instrumentos que podem viabilizar uma ação conjunta, entre os atores que buscam a superação de problemas locais, dentro de um contexto regional, levando em conta a autonomia constitucional dos municípios

participantes e permitindo que se tenham meios suficientes para operacionalizar a prestação dos serviços de sua competência (SILVEIRA; PHILIPPI, 2008).

Para Carvalho Filho (2009), os consórcios públicos funcionam como um meio para impulsionar o federalismo cooperativo e como instrumento para atender às demandas sociais,

visto que este é o objetivo principal do Estado. Sendo assim, os consórcios intermunicipais são consórcios públicos que pactuam a união de dois ou mais entes, e que buscam a eficiência e eficácia na aplicação de recursos públicos. Sendo assim, Abrucio (2001, p.42) menciona que “o modelo de federalismo cooperativo é o tipo ideal de relações intergovernamentais”, de forma que haja uma divisão justa de competências, através de acordos firmados.

10. Onde/Quando é sua pesquisa? (local e temporalidade):

A pesquisa será realizada na Região Metropolitana de Natal - RN. A Região Metropolitana de Natal (RMN), criada pela Lei Complementar Estadual (LCE) n° 152, de 16 de janeiro de 1997, comporta 15 municípios. Desses 15 municípios, apenas quatro se

destacam em atividades socioeconômicas e político-territorial, com influência direta e contínua: Natal (município polo), Parnamirim, São Gonçalo do Amarante e Extremoz (MELO, 2019).

Portanto, será considerado neste estudo os quatro municípios que mais se destacam. Quanto a temporalidade, esta será a atualidade, da coleta de dados primários e a depender dos documentos fornecidos.

11. Qual o problema de pesquisa?

O crescimento populacional em áreas urbanas, aliado a um modelo de vida que é baseado no consumo desenfreado, ocasionou o aumento da geração de resíduos sólidos urbanos, que precisam ser geridos adequadamente para diminuir os impactos negativos na natureza e na saúde humana. Assim, têm sido criados instrumentos para conduzirem as administrações públicas a um modelo de manejo adequado dos resíduos sólidos urbanos gerados. A gestão dos resíduos sólidos no Brasil tem como base a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela Lei Federal no 12.305/2010, que possui objetivos, instrumentos e diretrizes relativas à gestão integrada e compartilhada, bem como ao gerenciamento de resíduos sólidos. A cooperação intermunicipal, por sua vez, é disciplinada pela Lei Federal no 11.107/05, que dispõe sobre normas gerais para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios contratarem consórcios públicos para a realização de objetivos de interesse comum.

Apesar dos crescentes esforços do estado do Rio Grande do Norte, na região metropolitana de Natal, não foi identificada a existência de consórcios públicos para a gestão de resíduos. Diante dessa problemática, este trabalho dialoga com as discussões direcionadas à cooperação entre entes federados, sobretudo para a GRSU como estabelece a PNRS. A pesquisa põe em foco o debate acerca dos desafios da cooperação intermunicipal por meio dos consórcios públicos.

Fundamenta-se na ausência de gestão ambientalmente adequada de resíduos sólidos por municípios brasileiros, e, de outro, a potencialidade de soluções consorciadas, o presente trabalho enfoca os desafios para o consorciamento para a gestão de resíduos sólidos em um recorte específico.

Dessa forma, tem-se a seguinte pergunta de pesquisa é a seguinte: Quais são os entraves para a criação de consórcio público para a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos (GRSU) na Região Metropolitana de Natal - RN?

12. Onde você quer chegar com a pesquisa?

Objetivo geral: Compreender os fatores que influenciam na ausência de cooperação intermunicipal, para a gestão integrada de resíduos sólidos urbanos, na Região Metropolitana de Natal- RN.

Objetivos específicos: Identificar, na literatura, quais são os principais entraves que os municípios brasileiros enfrentam para a criação de consórcios públicos;

Identificar os consórcios públicos criados e em operação para a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (GIRSU) no Brasil;

Estudar o cenário do manejo de resíduos sólidos urbanos na região metropolitana de Natal identificando potencialidades e fragilidades para a gestão consorciada;

Investigar as discussões, possíveis avanços de diálogos interinstitucionais e desafios para a criação de um consórcio público para GIRSU, entre os municípios da região metropolitana de Natal-RN.

13. Como a literatura tem tratado esse problema/tema?

Ainda existe uma carência na literatura sobre a problemática, principalmente para modelos de cooperação intermunicipal na região norte do país, e, em específico, consórcios em cidades interioranas de pequeno porte, principalmente para a finalidade de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos (GIRSU).

Nesse sentido, a ciência que busca identificar dificuldades na gestão de políticas públicas embasa seus questionamentos na literatura que trabalha a formação do Estado brasileiro e suas peculiaridades. Pensando nisso, Abrucio (2001, p. 25) aponta que são dois os processos que justificam a crescente procura pela temática da organização político-territorial do poder: “as mudanças ocorridas na estrutura política do Estado nacional e o debate teórico, restaurado recentemente, que trata dos dilemas da governança democrática e sua relação com a dinâmica intergovernamental”.

14. Como realizará a pesquisa? (procedimentos/instrumentos metodológicos de coleta e de análise)

A presente pesquisa se constitui como um estudo de natureza qualitativa, definida como uma forma de tratar o problema quando se pretende entender a natureza de um fenômeno (RICHARDSON, 1985). Quanto à definição que busca alinhar-se aos procedimentos, o trabalho é caracterizado como um estudo de caso, que consiste em uma investigação empírica de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto de vida real (YIN, 2001).

Sendo assim, quanto aos procedimentos técnicos para a coleta de dados, serão utilizadas pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e a aplicação de entrevistas semiestruturadas com os atores relevantes para a pesquisa.

Por meio da pesquisa bibliográfica, buscou-se identificar, na literatura, quais são os principais entraves que os municípios brasileiros enfrentam para a criação de consórcios públicos, assim foi construído um banco de dados a partir do levantamento e análise de referências bibliográficas publicadas no catálogo de teses e dissertações da Capes, entre os anos de 2012 e 2021, dentro da grande área do conhecimento das Ciências Sociais Aplicadas.

Já na etapa seguinte deste estudo, buscando responder ao segundo objetivo específico desta pesquisa, realizou-se uma pesquisa documental, de modo que foram coletados os dados secundários, a fim de quantificar os consórcios públicos criados e em operação

para Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (GIRSU) no Brasil, através de documentos oficiais do governo

e nos institutos de pesquisa. Dessa forma, foi elaborado um levantamento da quantidade de consórcios públicos para a GIRSU no Brasil, entre 2005 e 2021.

Os dados sobre os consórcios públicos específicos, da área de atuação em resíduos sólidos foram coletados no site do Observatório Municipalista de Consórcios Públicos (OMCP, 2022).

O Observatório Municipalista de Consórcios Públicos é uma base que reúne, em tempo real, as informações sobre os consórcios públicos existentes no país, e acompanha o comportamento da constituição e da manutenção de consórcios públicos, bem como identifica

as áreas de atuação (OMCP, 2022). Quanto aos dados referentes aos consórcios públicos de uma maneira geral, estes foram levantados e sistematizados a partir do relatório técnico sobre

o mapeamento dos consórcios públicos brasileiros 2021 (CNM, 2022).

Para análise dos dados foram elaboradas planilhas eletrônicas, onde gerou-se gráficos e estatísticas para compreensão da distribuição dos consórcios públicos, por área de atuação e região onde está localizado. Aproveitou-se dos dados para embasamento da discussão, a partir da teoria, dos estudos de casos levantados, e a comparação das problemáticas regionais.

Na terceira etapa do estudo, após a qualificação, serão iniciados os procedimentos de pesquisa voltados à compressão do cenário atual de manejo de resíduos sólidos urbanos na região de Metropolitana de Natal, RN, identificando potencialidades para a gestão consorciada.

Inicialmente, será realizada pesquisa documental, a partir da consulta a diagnósticos, relatórios e documentos produzidos pela Secretaria de Meio Ambiente, TCE/RN, IPEA, Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS, Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos - SINIR, Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico - SINISA, Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC, ABRELPE, IBGE, entre outros órgãos públicos, sejam eles municipais, estaduais ou federais.

Neste sentido, estes dados serão analisados a partir da comparação com outros cenários, no mesmo estado, região e no país. Dessa forma, serão sistematizadas informações em planilhas para elaboração de representações visuais que serão confrontadas com a literatura sobre a temática, aborda-se nesse debate as principais questões e dilemas que fazem parte da pesquisa.

Por fim, visando investigar as discussões e os avanços de diálogos interinstitucionais acerca da criação de um consórcio público, entre os municípios que contemplam a região metropolitana de Natal- RN, serão realizadas entrevistas semiestruturadas para coleta de dados primários.

Para tanto, no processo de elaboração dos roteiros, as problemáticas que serão levantadas surgiram do aporte teórico estruturado

para responder ao principal questionamento

da pesquisa, de maneira que a relação entre os dados e a teoria possibilita realizar um debate crítico sobre a temática em questão.

Para elaboração dos roteiros de entrevista, utilizou-se como base o protocolo semiestruturado de acordo com Brumatti et al. (2019), que analisaram a formação e estruturação de consórcios no governo local a partir do entendimento sobre a resiliência financeira interorganizacional. No referido trabalho foram elaboradas perguntas de sondagens abertas, que possibilitaram extrair análises detalhadas de diferentes temas. De acordo com Qu e Dumay (2013), essa abordagem probing questions adotada, proporciona maior liberdade para respostas, uma vez que para realizar entrevistas é necessário reconhecê-las como um processo amplo, pois são fenômenos sociais e organizacionais complexos e não apenas como um método de investigação.

Dessa maneira, será possível capturar os principais fatores relacionados à criação de consórcios públicos, pois o roteiro foi desenvolvido para permitir o desenho de narrativas mais completas. A pesquisa de campo buscará conhecer as possíveis razões que podem estar

dificultando a criação dos consórcios no recorte em estudo; de onde deverá partir a iniciativa;

as possíveis dificuldades na sua operacionalização, pretendendo-se, assim, analisar os entraves na gestão de um consórcio público, como instrumento que viabiliza a GRSU.

A escolha dos entrevistados não foi feita por representatividade amostral, mas sim a partir da qualidade das informações que serão fornecidas e sua relação com o objeto investigado, de forma a depender do nível de envolvimento dos atores com o tema da pesquisa.

Dito isto, optou-se por entrevistar funcionários técnicos ligados ao manejo de resíduos sólidos dos municípios, estes irão compor um grupo 1, com 5 entrevistados, visto que cada um representa um município da Região Metropolitana de Natal-RN.

O roteiro 1 (Apêndice) busca entender a formação e a experiência dos atores na possível criação de um consórcio público voltado para a GRSU. Os coordenadores da área de gestão dos RSU no município irão compor o grupo 2, com previsão de 5 entrevistados. Por meio do roteiro 2 (Apêndice), será investigada a percepção sobre a situação dos resíduos sólidos urbanos e as motivações para o atendimento à PNRS com a GRSU através da criação de um provável consórcio intermunicipal. Além desses atores, identificou-se a necessidade de uma entrevista semiestruturada para coleta de dados com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, construindo-se, para tanto, o roteiro 3 (Apêndice). Nesta mesma ideia, serão entrevistados representantes do TCE/RN, através do roteiro 4 (Apêndice), o Ministério Público do Rio Grande do Norte – MPRN, por meio do roteiro 5 (Apêndice), e por fim, a Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Norte – FAMUP, a partir do roteiro 6 (Apêndice).

O roteiro 3 aborda questões sobre o grupo de atores responsáveis pela Secretaria de Meio Ambiente; O roteiro 4 busca estudar as atividades desenvolvidas pelos representantes do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte - TCE/RN em relação à

fiscalização da gestão dos resíduos sólidos no estado; o roteiro 5 está dedicado a compreender as ações que o Ministério Público do Rio Grande do Norte – MP/RN vem desenvolvendo para acompanhamento e fiscalização da gestão de resíduos; e por fim, o roteiro 6, busca possibilitar o estudo das atividades relacionadas à cooperação intermunicipal da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Norte – FAMUP.

Para a análise de conteúdo das entrevistas, pretende-se identificar a consistência e significados essenciais abordados pelos entrevistados (PATTON, 2014), sobre os motivos e desafios para a criação de um consórcio voltado para a GRSU. Essa análise buscará o entendimento do fenômeno e da realidade das organizações envolvidas (nesse caso, os municípios e os atores) a partir do que foi dito pelos respondentes, tecendo a relação entre o conteúdo analisado e a literatura (KRIPPENDORFF, 2004).

Sendo assim, a análise do conteúdo será feita por meio da associação em categorias que surgirão durante o processo de análise do caso e baseada na fundamentação teórica identificada na literatura. Assim, haverá uma lógica sequencial na construção das discussões propostas. Ainda sobre a análise das entrevistas, também será ancorada na proposição da análise de conteúdo de Bardin (2006), de modo que será realizada a codificação e categorização dos dados coletados, para facilitar a interpretação e compreensão dos resultados. A metodologia de análise desta pesquisa é de natureza qualitativa, avaliando as informações subjetivas dos entrevistados, analisando e estudando as particularidades, experiências e o comportamento percebido a partir dos instrumentos de coleta de dados.

Deste modo, os dados obtidos com a entrevista passarão por um processo de interpretação e reconstrução em diálogo crítico com a realidade. Não se pretende, portanto, testar hipóteses ou dar tratamento estatístico às informações, mas sim captar e descrever como o fenômeno é percebido pelos entrevistados (DEMO, 2001).

Assim sendo, Garcia et al. (2010) informam que existem vários softwares disponíveis de uso livre, que fazem parte de uma rede para o compartilhamento de conhecimento tecnológico, baseado em princípios como liberdade de uso, cópia, modificações e redistribuição. Um desses softwares livres é o Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaire (IRAMUTEQ).

O IRAMUTEQ é desenvolvido na linguagem Python e utiliza funcionalidades providas pelo software estatístico R. No Brasil, ele começou a ser utilizado em pesquisas de representações sociais, entretanto, outras áreas também passaram a realizar o seu uso, e contribuem para a divulgação das várias possibilidades de processamento de dados qualitativos, visto que permite diferentes formas de análises estatísticas de textos, produzidas a partir de entrevistas, documentos, entre outras (CAMARGO, 2013).

Dessa maneira, para tratamentos dos dados das entrevistas, que serão realizadas com os atores especificados no item anterior, optou-se por trabalhar com esta ferramenta, visto os

produtos que poderão ser elaborados e a compreensão que eles podem oferecer para elucidação da problemática norteadora da pesquisa em questão.

15. Quais os resultados você já tem?

Como resultados parciais, a pesquisa em andamento apresenta um referencial teórico com a discussão de conceitos sobre a gestão de resíduos sólidos à luz da PNRS, federalismo, cooperação e consórcios. Além da estrutura do projeto, estão sendo produzidos dois capítulos embrionários, que comporão a dissertação: o capítulo 2, com debate em torno do estado da arte sobre os entraves para a criação de consórcios públicos no Brasil e o capítulo 3, que aborda um panorama geral dos consórcios públicos no Brasil.

16. Quais as conclusões dos primeiros resultados e/ou novas perspectivas da pesquisa?

CAPÍTULO 2 - Consórcios públicos: estado da arte sobre os entraves para a criação no Brasil;

Principais Conclusões:

Diante do exposto, a RSL permitiu identificar, de forma geral, que os trabalhos acadêmicos, de nível de mestrado e doutorado, publicados nos últimos 10 anos, sobre a temática de consórcios públicos no Brasil se concentram nas regiões sul e sudeste. Este fato também coincide com os dados da OMCP (2021), onde consta que as mesmas regiões concentram cerca de 65% dos consórcios públicos do País. Através da interpretação da RSL percebe-se que ainda são poucas as universidades dedicadas e trabalhos produzidos sobre consórcios públicos nas regiões Norte e Nordeste.

Os consórcios com atuação em mais de uma área (multifinalitários) são as experiências de cooperação federativa mais estudadas pelos autores, contudo muitos trabalhos também buscam entender os consórcios para fins na área da saúde e gestão de resíduos sólidos. Quanto aos entraves identificados para a criação do instrumento de gestão, percebe-se que os problemas financeiros são os mais citados, em todas as áreas de consórcios públicos foi enfatizado o entrave financeiro, tanto sozinho como entrave principal ou relacionado com os demais entraves, político-relacional e técnico-administrativo.

CAPÍTULO 3 - Panorama sobre os Consórcios Públicos para a GRSU no Brasil;

Principais conclusões:

O estudo revelou uma distribuição desigual dos consórcios públicos voltados para a gestão de resíduos sólidos no Brasil. A região Nordeste se destaca no estabelecimento de consórcios finalitários exclusivamente dedicados à GRSU, o que indica um maior foco e esforço na resolução dos problemas relacionados à gestão de resíduos sólidos urbanos nessa região. Por outro lado, a região Sudeste se destaca nos consórcios públicos multifinalitários, ou seja, consórcios que abrangem a GRSU juntamente com outras áreas de atuação. Isso pode indicar uma abordagem mais abrangente e integrada da gestão de resíduos sólidos, onde outros setores e questões também são considerados.

No entanto, é importante ressaltar que a concentração de consórcios multifinalitários no Sudeste não significa necessariamente

uma maior eficácia na gestão de resíduos sólidos, uma vez que esses consórcios abrangem outras áreas além da GIRSU. Portanto, ainda existem desafios a serem enfrentados em termos de equalização regional e implementação de políticas públicas eficazes para a gestão de resíduos sólidos em todo o país.

Nessa perspectiva, com base nos estudos realizados sobre consórcios públicos no Brasil, especialmente na área de gestão de resíduos sólidos, observa-se que ainda persistem desafios significativos. Um aspecto destacado é a existência de uma desigualdade regional considerável em termos de quantidade e distribuição de consórcios no país. Essa disparidade regional ressalta a necessidade de políticas públicas mais eficazes para enfrentar essa questão.

17. Qual o seu planejamento para as próximas etapas da pesquisa?

Agosto/2023: Submissão ao Comitê de Ética

Novembro/Dezembro(2023): Entrevistas semi-estruturadas e análise de dados

Fevereiro/2024: Defesa da Dissertação

18. Liste suas principais referências teóricas (Formato ABNT)

ABRUCIO, Fernando Luiz; FRANZESE, Cibele. Federalismo e políticas públicas: o impacto das relações intergovernamentais no Brasil. Tópicos de economia paulista para gestores públicos, v. 1, p. 13-31, 2007. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/242213262_Federalismo_e_politicas_publicas_o_impacto_das_relacoes_intergovernamentais_no_Brasil Acesso em: Abr. 2023

BRASIL. Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005. Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências. Disponível em <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11107.htm > Acesso em: Set. 2022.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a

Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: Ago. 2022.

BRASIL. Lei nº14.026, 15 de Julho de 2020. Atualiza o marco legal do saneamento básico e

altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000; e dá outras providências. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14026.htm Acesso em: Mar. 2023.

BRASIL. Lei nº 11.445, de 2007. Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento

básico; cria o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; altera as Leis nos 6.766, de 19

de dezembro de 1979, 8.666, de 21 de junho de 1993, e 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; e revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111445.htm Acesso em: Jan. 2022

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Consórcios públicos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, p. 5, 2009.

CNM - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. Consórcios Públicos Intermunicipais: Uma Alternativa à Gestão Pública. Brasília:, 2016.

OMCP – Observatório Municipalista de consórcios públicos. O que é Observatório Municipalista de Consórcios Públicos? CNM, 2021. Disponível em: <http://www.consorcios.cnm.org.br/>. Acesso em: 10 jul. 2022.

QU, S. Q., & DUMAY, J. (2013). The qualitative research interview. *Qualitative Research in Accounting & Management*, 8(May 2011), 238–264.

<https://doi.org/10.1108/11766091111162070>

RICHARDSON, Robert Jarry. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1985.

SILVEIRA, Rosí Cristina Espindola; PHILIPPI, Luiz Sérgio. Consórcios Públicos: uma alternativa viável para a gestão regionalizada de resíduos sólidos urbanos. *Redes. Revista Do Desenvolvimento Regional*, v. 13, n. 1, p. 205-224, 2008.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Porto Alegre, RS: Bookman, 2001.

8. Vinculação com projeto de pesquisa:

Capacidade Institucional e Gestão Metropolitana: um estudo da Região Metropolitana de Natal

9. Sobre o que é sua pesquisa?

A presente pesquisa tem como objeto a temática das capacidades estatais.

O estudo terá como enfoque a análise das capacidades estatais do município de Natal para a implementação da Rede de Atendimento à mulher vítima de violência.

10. Onde/Quando é sua pesquisa? (local e temporalidade):

O recorte espacial da pesquisa será o estado/município de Natal/RN e abrangerá o período de 2021 a 2023, a fim de analisar as capacidades estatais do município para a implementação da Rede de Atendimento.

11. Qual o problema de pesquisa?

A temática das políticas públicas surge dos estudos baseados em teorias que explicam o papel do Estado e do governo, este último, especial produtor de políticas públicas. Através dos estudos das políticas públicas é possível compreender o papel, as ações e as formas com que o Estado age para transformar e amenizar as problemáticas encontradas na sociedade. Uma das problemáticas que ainda perdura na sociedade até os dias atuais refere-se à violência contra a mulher. Assunto este que evidencia um problema social e atinge diversas mulheres sob diferentes classes sociais, religiões, estados civis, escolaridades e etnias. O fenômeno da violência contra a mulher exige por parte do Estado, para sua prevenção e enfrentamento, políticas e ações articuladas que visem atender à mulher na sua integralidade.

As políticas públicas de gênero vêm ganhando destaque e espaço, cada vez mais, em relação à uma temática de investigação. Isso se deve não somente pelos avanços políticos observados nas últimas décadas, mas principalmente, pela urgência das questões que buscam resolver. Essa visibilização se deve ao amplo esforço do movimento de mulheres em levantar e levar essa pauta para agenda pública e à institucionalização das políticas públicas para mulheres, materializada através da criação, em 2003, da Secretaria de

Políticas para Mulheres (SPM) com status de ministério e na promulgação em 2011, da Lei Maria da Penha (NUNES, 2017).

As transformações advindas da Constituição Federal de 1988 proporcionou o reestabelecimento do Estado Democrático de Direito no país, ao instituir uma série de mecanismos para promover o envolvimento de diversos atores sociais, políticos e econômicos no processo de criação e gestão das políticas públicas, tais como a ampliação de instrumentos de controle, participação e transparência nas decisões públicas. Isto favoreceu a complexidade dentro do ambiente institucional para a formulação, coordenação e execução de políticas no Brasil (GOMIDE E PIRES, 2014).

O processo de redemocratização do país levou a ideia de descentralização das políticas públicas para criar condições para aproximar o Estado dos cidadãos e, com isso, ampliar a democracia. Com a Constituição Federal, um conjunto de atribuições e competências de implementação foram transferidas para níveis subnacionais de governo, em especial, os municípios (GOMIDE E PIRES, 2014). Contudo, esse processo não foi acompanhado de uma construção de capacidade financeira, técnica ou administrativa para que os municípios pudessem gerir as novas responsabilidades (GOMIDE E PIRES, 2014).

Conforme aponta Arretche (2012), a Constituição de 1988 transferiu diversas competências de execução de políticas para os municípios, porém, também garantiu ao Governo Federal a possibilidade de iniciar legislação em vários campos de políticas públicas a fim de manter uma autoridade regulatória para influir na agenda política dos governos subnacionais.

Com isso, segundo Gomid e Pires:

Diversos autores argumentam que a partir do final dos anos 1990 um novo movimento começou a acontecer, tendendo a modificar a relação entre o Governo Federal e os entes subnacionais. Embora a literatura dê nomes e explicações distintas a esse movimento (recentralização ou coordenação), a tendência é de fortalecimento do Governo Federal no papel de coordenador de políticas e diretrizes nacionais a serem implementadas pelos municípios e estados, numa lógica de padrões mínimos de atuação vinculados a repasse de recursos com incentivos e induções, como já previa a própria Constituição Federal de 1988 (GOMID E PIRES, 2014, p. 5).

Conforme destaca Gomid e Pires (2014), com base nos achados da literatura, esse processo levaria a novos arranjos federativos em que o Governo Federal atuaria num aspecto de incentivador através de repasse de recursos vinculados à adesão voluntária, porém, com colocação de condicionalidades mínimas, contrapartidas e monitoramento na medida em que a adesão fosse sendo concretizada. Em paralelo a isso, um novo movimento surgiu nos últimos anos devido a introdução de novos atores, além dos entes governamentais, nos processos de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. Movimento este considerado complexo devido a diversidade de atores com interesses e influência na gestão das políticas públicas (GOMID E PIRES, 2014). Esse movimento não se resume à participação da sociedade nos processos decisórios, mas também contempla a atuação de organizações não governamentais na execução das políticas públicas (GOMID E PIRES, 2014, p. 7).

Nesse sentido, Almeida (2005) argumenta que é possível visualizar graus de descentralização e cooperação, recentralização e coordenação, diferentes. E isso ocorre a depender do tipo de política pública e setores objeto de análise.

A violência de gênero, enraizada na sociedade brasileira e presente em todo o território, atinge a diversidade de mulheres de maneiras distintas de acordo com a sua realidade. Em vista disso, percebe-se o quão se faz necessário reconhecer os aspectos que envolvem as desigualdades regionais, sociais, raciais e étnicas, entre outras, para possibilitar a concretude das políticas públicas e o atendimento integral às mulheres vítimas de violência. Conforme aponta Nunes (2017), quando se observa o contexto de implementação das políticas voltadas ao enfrentamento à violência contra mulheres, esses são aspectos que impõem grandes desafios ao poder público.

O Brasil tem ganhado destaque dos demais países como uma das nações com as maiores taxas de mulheres assassinadas pela questão de gênero. Conforme mostra os dados levantados pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) em 2020, em comparação com outros 83 países, a taxa média brasileira de assassinatos a cada 100 mil mulheres foi de 4,8, sendo 2,4 vezes maior que taxa mundial, o que leva o país a ocupar a 5ª posição no ranking mundial de feminicídio (BENTO, 2022).

Não muito diferente do cenário nacional, o fenômeno também está presente no cotidiano do RN. Conforme dados divulgados pelo Rede e Instituto da Violência do RN (OBVIO), entre 2011 e 2020, a cada três dias, em média, uma mulher foi vítima de morte violenta no estado. Entre as causas constam: feminicídio, homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte, latrocínio e intervenção policial. Além disso, de acordo com o Instituto, nesse mesmo período 83,7% das mulheres vítimas tinham idade entre 15 a 49 anos. Dessas, 58 eram meninas com até 14 anos, 76,2% das vítimas eram mulheres negras e 74,8% não chegaram a acessar o ensino médio (BENTO, 2022).

Conforme dados divulgados pelo boletim “Elas vivem: dados que não se calam”, realizado pela Rede de Observatórios da Segurança, em 2022 foram registrados 2.423 casos de violência contra a mulher, sendo 495 deles feminicídios (FERREIRA, 2023). Os dados, conforme aponta Ferreira (2023), são produzidos a partir de monitoramento diário com base no que circula nos meios de comunicação e nas redes sociais sobre violência e segurança. Com isso, as informações coletadas alimentam um banco de dados que posteriormente passa por uma revisão e é, assim, consolidado pela rede.

Esses dados corroboram com o cenário sobre a violência contra as mulheres de outras pesquisas. Conforme aponta uma pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha, a pedido do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, todas as formas de violência contra a mulher no Brasil aumentaram durante o ano de 2022. Os dados foram coletados entre os dias 9 e 13 de janeiro do ano 2022 e teve como entrevistadas as pessoas com idades acima dos 16 anos em 126 cidades, em todas as regiões do país. A pesquisa contemplou todas as formas de violência contra as mulheres, incluindo desde xingamentos e ameaças até feminicídios e violências psicológicas (MACHADO, 2023).

O estudo, denominado “Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil”, concluiu que cerca de 50 mil mulheres sofreram algum tipo de violência a cada dia no ano de 2021. A maior parte das ocorrências foram advindas de mulheres pretas, cuja

prevalência de algum tipo de violência ao longo da vida ficou em 48% em diante de 33% da população em geral. Ainda, com relação ao grupo das mulheres com escolaridade até o ensino fundamental, a taxa ficou em 49%, das mulheres com filhos, a 44,4%, das divorciadas, a 65,3%, e por fim, a das que estão na faixa etária entre 25 e 34 anos, a 48,9% (MACHADO, 2023).

Ao olharmos para o cenário local, uma pesquisa realizada pela Prefeitura de Natal/RN, denominada “Percepção do natalense sobre a violência de gênero”, apontou que 47,25% dos entrevistados já presenciaram algum tipo de violência contra a mulher. Os dados levantados trazem destaque para: violência física (79,89%), violência psicológica (60,05%), violência moral (52,91%), violência patrimonial (18,25%) e violência sexual (13,49%). Ao entrevistar, exclusivamente, o público feminino, 28,12% das mulheres afirmaram ter sofrido algum tipo de violência. O público geral das entrevistas soma-se oitocentos, sendo de ambos os sexos e residentes nas quatro regiões administrativas da capital potiguar (SECOM, 2023).

Cruz (2021), em sua pesquisa sobre a articulação da rede de atendimento em Natal constatou que a rede é considerada “falha” visto que esta dimensão depende muito da iniciativa dos gestores para estreitar caminhos entre os órgãos, ou seja, saber quais as deficiências uns dos outros e melhorar o trabalho. Cabe ressaltar, ainda, que a pesquisa evidenciou que as ações promovidas pelos órgãos de atendimento/enfrentamento não ocorrem de forma periódica, e a comunicação entre alguns ocorre a partir da necessidade de informações.

Sendo assim, para garantir o acesso universal a direitos considerando as diferentes realidades, é primordial a colaboração entre governo central e governos subnacionais, em especial os municípios (NUNES, 2017). Quando observamos as disposições da SPM, as ações de competência do município são: a criação/reaparelhamento de serviços especializados, como centros de referência e casas-abrigo, e a realização de campanhas locais (BRASIL, 2011).

As políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres são fundamentais para que a legislação se cumpra. Além disso, conforme previsão normativa, sua implementação deve envolver todas as esferas de governo, e também, atores não-governamentais. Nesse sentido, para a efetiva concretude de direitos pelas mulheres, é necessário a colaboração e o trabalho articulado entre todos os entes federativos.

Essa atuação do Estado com diversos entes e atores no processo para o enfrentamento a violência contra a mulher ocorre a partir da Rede de Atendimento, esta que se refere ao conjunto de ações e serviços de diferentes setores (em especial, da assistência social, da justiça, da segurança pública e da saúde), e que tem como objetivo à ampliação e à melhoria da qualidade do atendimento, à identificação e ao encaminhamento das mulheres, garantindo a integralidade e a humanização do atendimento. Já a Rede de Enfrentamento contempla uma atuação de maior complexidade e tem por objetivo efetivar os quatro eixos previstos na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, além de dar abertura para a atuação articulada entre serviços governamentais, não-governamentais e a comunidade (BRASIL, 2011).

Nesse sentido, para entender a dinâmica de uma política setorial como a de gênero, faz-se necessário olharmos para como os atores,

instituições e processos são mobilizados e combinados na produção de ações públicas. É preciso, além disso, adentrar nas dinâmicas internas do Estado, ou seja, é preciso abordar as capacidades estatais (GOMID; PEREIRA; MACHADO (2018)).

As capacidades estatais possibilitam a resolução eficaz dos problemas ligados à implementação de políticas públicas. É uma estratégia que visa responder os problemas das agências governamentais, cujo objetivo é o sucesso de suas políticas. Contudo, para que isso seja possível, são necessários recursos financeiros e humanos, além de competências peculiares para a tomada de decisões (GLEESON et al., 2011).

Gomide et al (2014) afirmam que adquirir capacidades para elaborar e implementar políticas públicas é algo complexo, pois necessita de interação entre os departamentos organizacionais das instituições do estado, aplicação de recursos e competências específicas de modo adequado. Além disso, exige a participação dos atores externos, como a sociedade em geral e demais organizações para garantir a legitimidade dos processos. Afirmam ainda que, incluir atores diversificados nas decisões públicas possibilita um conjunto de informações e conhecimentos acerca do problema público, bem como inovações estratégicas para o mesmo.

Diante disso, a análise acerca das capacidades estatais assume uma relevância significativa. Desse modo, levando em consideração a relevância da temática e o interesse em estudá-la, os dados estatísticos, e em particular a realidade observada no RN e no município de Natal, bem como as disposições contidas nas políticas de enfrentamento a violência contra as mulheres, o presente estudo objetiva analisar as capacidades do município de Natal/RN para a implementação da Rede de Atendimento voltada à mulher vítima de violência.

Considerando o recorte e a problemática, o estudo partirá do seguinte questionamento: Como as capacidades estatais do município de Natal/RN influencia o funcionamento da Rede de Atendimento à mulher vítima de violência?

12. Onde você quer chegar com a pesquisa?

OBJETIVO GERAL

- Analisar as capacidades estatais do município de Natal/RN para implementação da Rede de Atendimento à mulher vítima de violência.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Verificar como se organiza institucionalmente a Rede de Atendimento em Natal/RN;
- Identificar os atores sociais e políticos envolvidos no processo de implementação da Rede de Atendimento em Natal/RN;
- Compreender a percepção dos gestores em relação ao funcionamento da Rede de Atendimento em Natal/RN;
- Compreender a percepção dos atores sociais e políticos funcionamento da Rede de Atendimento em Natal/RN.

13. Como a literatura tem tratado esse problema/tema?

A literatura sobre capacidades estatais iniciou-se por volta da década de 60, porém, ganhou mais força nas décadas de 70 e 80, surgindo da necessidade de compreender o papel do Estado no desenvolvimento, contido na agenda de sociologia política da segunda metade do século XX (GINGOLANI, 2013).

Gomid et al (2014) afirmam que adquirir capacidades para elaborar e implementar políticas públicas é algo complexo, pois necessita de interação entre os departamentos organizacionais das instituições do estado, aplicação de recursos e competências específicas de modo adequado. Além disso, exige a participação dos atores externos, como a sociedade em geral e demais organizações para garantir a legitimidade dos processos. Afirmam ainda que, incluir atores diversificados nas decisões públicas possibilita um conjunto de informações e conhecimentos acerca do problema público, bem como inovações estratégicas para o mesmo.

Por outro lado, conforme destacam Gomid e Pires (2014), a inclusão de novos atores nos processos decisórios tenderiam a provocar grandes demandas sobre o sistema político, diminuindo as possibilidades de consenso e, com isso, minando as capacidades de realização de objetivos de forma rápida. Isso nos leva a questionar até que ponto a inclusão e abertura de espaços para novos interesses é favorável nos processos decisórios de políticas públicas.

No cenário político-institucional brasileiro, são vários os atores e interesses a serem coordenados e processados na execução de uma política (GOMID E PIRES, 2014). Nesse sentido, Gomid e Pires (2014) conceituam arranjos institucionais como sendo: “o conjunto de regras, mecanismos e processos que definem a forma particular como se coordenam atores e interesses na implementação de uma política pública específica” (2014, p.21). São esses arranjos que dão concretude ao Estado para execução de seus objetivos, ou seja, são eles que determinam a capacidade do Estado para formular, implementar e avaliar políticas públicas, essa denominada pela literatura de capacidades estatais. São os arranjos institucionais que dotam o Estado das habilidades necessárias para implementar seus objetivos (GOMID E PIRES, 2014, p.23).

De acordo com Painter e Pierre (2005) o conceito pode ser explicado a partir de três abordagens, quais sejam: capacidade política, capacidade do Estado e capacidade administrativa. A primeira seria a utilização de recursos de modo inteligente e estratégias para alocar os recursos escassos nas atividades ofertadas pelo ente público. A segunda, por sua vez, tratar-se-ia da mobilização dos recursos sociais e econômicos, além de apoio e consentimento do coletivo para atingir as metas estabelecidas pelo aparelho do Estado. E a última, por fim, ao modo de gestão dos recursos financeiros e humanos necessários para entregar os serviços ofertados pelo Estado a sociedade.

Outro conceito interessante refere-se à divisão por dimensões de Cingolani (2013), quais sejam: coercitiva, fiscal, administrativa, relacional, legal e política. A primeira associa-se aos requisitos básicos que o Estado deve oferecer à sociedade., envolve à ordem

pública e a defesa do território. A capacidade fiscal refere-se à responsabilidade pela arrecadação de tributos da coletividade para a oferta de bens e serviços públicos, além de financiar os projetos deste. Já a capacidade administrativa ou burocrática seria o potencial do Estado para implementar suas políticas públicas. A relacional, por sua vez, refere-se às habilidades dos burocratas do Estado de se comunicar com os mais variados grupos da sociedade. A legal ou regulatória diz respeito aos instrumentos utilizados pelo Estado para definir e garantir que as normatizações sejam cumpridas. Por fim, a dimensão política, seria à faculdade dos governantes eleitos de cumprirem com as suas propostas e metas estabelecidas.

De um modo geral, podemos interpretar o conceito como a interferência do Estado por meio de decisões, regulamentos, procedimentos, legislações, distribuição de recursos e acesso à informação indispensáveis para se atingir determinado fim. As capacidades estatais possibilitam que as instituições públicas disponibilizem os serviços de forma inovadora e com qualidade. Por isso a necessidade de pessoal qualificado e com conhecimento técnico da respectiva área pública, disponibilidade de recursos e apoio dos atores estatais e não estatais.

Nesta pesquisa, será considerada as dimensões técnico-administrativo e político-relacional das capacidades estatais. A primeira dimensão, mais estudada pela literatura (EVANS & RAUCH, 1999) deveria da noção weberiana de burocracia e busca compreender quais são as competências técnicas do corpo do Estado para a produção de políticas públicas. A segunda, por sua vez, enfatiza a inclusão de múltiplos atores, tanto dentro como fora do Estado, e processos de negociação e interação entre eles (CINGOLANI, 2013; SOUZA, 2016; PIRES & GOMIDE, 2016).

Partindo da perspectiva de análise relacional, com base em Pires e Gomid (2021), que privilegia o foco nas configurações de relações entre os diversos atores envolvidos no processo de implementação, tanto formal como informal, a abordagem aqui utilizada será fundamentada na análise entre os diversos atores e os instrumentos que organizam as suas relações, o que, segundo os autores, são denominados arranjos (PIRES E GOMIDE, 2021).

Nesse sentido, iremos nos deter ao entendimento sobre arranjos de implementação segundo Pires e Gomide (2021, p.3), como “configurações relacionais que envolvem múltiplos atores que intervêm na implementação de uma política pública específica e os instrumentos que definem a sua forma particular de articulação”. Pires e Gomide (2021), atentam para o arranjo de implementação ressaltando o modo específico de governança implícito na sua condução. Com base nisso, essa análise irá revelar quem são os atores envolvidos, os papéis exercidos por cada um e a forma como interagem na produção de uma ação, plano ou programa governamental.

Conforme Pires e Gomide (2021), essas configurações de atores e instrumentos assumem diversos contornos a depender do tempo e da implementação em diferentes territórios. Com base nisso, cada mudança na composição dos atores e/ou na forma como se relacionam interfere nas configurações, mantendo ou não um status quo de implementação. Isso ocorre devido as relações e imposições pelo ambiente político-institucional no qual esses arranjos estão inseridos. Portanto, arranjos são conceituados como

um “conjunto de regras e procedimentos formais amplos, que fundamenta o funcionamento do sistema político, econômico e administrativo, fornecendo os parâmetros da atuação estatal” (PIRES E GOMIDE, p.3, 2021).

Por fim, com relação às capacidades técnico-administrativas, de um modo geral, nos baseando em Grin (2012), serão analisados os meios ou recursos que ampliam o poder de ação da gestão da Rede de Atendimento em Natal/RN.

14. Como realizará a pesquisa? (procedimentos/instrumentos metodológicos de coleta e de análise

O presente trabalho constitui-se enquanto um estudo de caso que engloba um método de pesquisa eminentemente quali-quanti, e objetiva analisar as capacidades estatais do município de Natal/RN para implementação da Rede de Atendimento à mulher vítima de violência.

Inicialmente, para desenvolver a pesquisa, será preciso “Verificar como se organiza institucionalmente a Rede de Atendimento em Natal/RN”. Para isso, será realizada uma busca acerca das especificidades do funcionamento da rede em Natal/RN, bem como uma pesquisa bibliográfica referente as diretrizes e competências das instituições que compõem a Rede de Atendimento.

No que diz respeito ao objetivo de “Identificar os atores sociais e políticos envolvidos no processo de implementação da Rede de Atendimento em Natal/RN”, será feita uma pesquisa em jornais e banco de dados das instituições a fim conhecer os atores/gestores responsáveis em cada órgão/instituição da Rede.

Visando o cumprimento do último objetivo específico do presente trabalho “Compreender a percepção dos gestores em relação ao funcionamento da Rede de Atendimento em Natal/RN”, busca-se a realização de entrevista semiestruturada com os atores estatais que atuam na gestão da rede de atendimento.

Por fim, organizaremos os achados com base na estrutura de análise de arranjos institucionais proposta por Lotta e Favareto (2016). Conforme os autores, existem quatro categorias de análise para compreender um arranjo institucional no caso brasileiro, quais sejam: a) intersectorialidade; b) participação social; c) relações federativas e d) territorial. Nesse trabalho, iremos abordar apenas as três primeiras categorias.

Com base em Cunill-Grau (2016), a intersectorialidade está relacionada à relação entre diferentes setores governamentais para a formulação e implementação de políticas públicas. Com essa dimensão, iremos analisar entre as diferentes secretarias municipais para implementação da Rede de Atendimento.

A segunda dimensão proposta por Lotta e Favareto (2016), participação social, leva em consideração a participação de diversos atores sociais nos processos decisórios. Essa dimensão busca compreender a inserção de diversos agentes da sociedade no process de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas (CRUZ, MERCHAN & FARAH, 2021).

Por fim, a última dimensão está relacionada às relações entre os governos federal, estaduais e municipais na produção de políticas

públicas. Com essa dimensão, buscaremos compreender quais são as responsabilidades de cada ente federativo e como os atores se relacionam no processo de implementação da Rede de Atendimento (LOTTA, GONÇALVES & BITELMAN, 2020).

Para análise das capacidades estatais do município de Natal/RN, os principais indicadores que serão utilizados para análise da primeira dimensão são: a) recursos humanos, financeiros e tecnológicos; b) estratégias de monitoramento e avaliação e c) instrumentos de coordenação intra e inter-governamentais (GOMIDE, PEREIRA & MACHADO, 2018). Para a segunda dimensão os indicadores serão: a) mecanismos de interação das burocracias do Executivo com atores do sistema político-representativo, b) canais institucionalizados de participação da sociedade nos processos decisórios e, c) articulação com os órgãos de controle interno e externo (GOMIDE et al. (2018). Neste trabalho, iremos considerar esses indicadores para análise das capacidades do município de Natal/RN para implementação da Rede de Atendimento voltada à mulher vítima de violência.

Nossa principal contribuição teórica e analítica será em compreender como essas capacidades influenciam o funcionamento da Rede de Atendimento voltada à mulher vítima de violência na cidade de Natal/RN.

15. Quais os resultados você já tem?

Ainda não possui resultados.

16. Quais as conclusões dos primeiros resultados e/ou novas perspectivas da pesquisa?

Ainda não possui resultados.

17. Qual o seu planejamento para as próximas etapas da pesquisa?

- Revisão Sistemática sobre a temática de Capacidades Estatais (agosto-setembro/2023);
- Elaboração de dois capítulos (teórico e metodológico) e dos instrumentos de coleta da pesquisa (outubro-fevereiro/2024);
- Qualificação da dissertação (abril-maio/2024);
- Submissão da pesquisa ao Comitê de Ética (junho/2024);
- Pesquisas nos bancos de dados das instituições e a identificação da articulação dos arranjos institucionais da Rede de Atendimento (junho-julho/2024);
- Entrevistas com os atores estatais que atuam na gestão da Rede de Atendimento (agosto-outubro/2024);
- Análise dos dados coletados e redação final da dissertação (novembro-janeiro/2024);
- Defesa da dissertação (fevereiro-março/2025).

18. Liste suas principais referências teóricas (Formato ABNT)

- AIRES, C. F.; P. H. C. D. Práticas ambientais em laboratórios químicos universitários: uma revisão sistemática de literatura. *Research, Society and Development*, v. 9, n.8. 2020.
- AGUIAR, R. B.; LIMA, L. L. Capacidade estatal: definições, dimensões e mensuração. *BIB*, São Paulo, n.89, pp.1-28, 2019.
- BRASIL. Lei 11.340 de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 08, ago. 2006. Seção 1, página 1.
- BRASIL. Secretaria Especial de Políticas Para Mulheres. Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Brasília, DF, 2011.
- BARUFALDI, L. A., Souto, R. M. C. V., Correia, R. S. B., Montenegro, M. M. S., Pinto, I. V., Silva, M. M. A. et al. (2017). Violência de gênero: Comparação da mortalidade por agressão em mulheres com e sem notificação prévia de violência. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(9), 2929-2938. <https://doi.org/10.1590/1413-81232017229.12712017>
- BENTO, F. G. A. Um estudo avaliativo da efetividade do atendimento realizado pelo programa patrulha maria da penha em Natal/RN. Monografia. 2022.
- COUTO, V. A.; ROCHA, R. L. S.; RIBEIRO, L. M. L.; SILVEIRA, A. M. Intersetorialidade e ações de combate à violência contra a mulher. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 26(2). 2018.
- CORTEZ, A. C. S.; LOTTA, G. S. Arranjos institucionais e capacidades estatais em nível subnacional: a política de educação em direitos humanos em São Paulo. *FGG EAESP. CGPC. Vol. 27. n° 86 | Jan-Abr. 2022.*
- CRUZ, L. D. C. N. Lei Maria da Penha: um estudo da articulação da rede de atendimento à mulher vítima de violência em Natal/RN. Monografia. 2021.
- CINGOLANI, L. The State of State Capacity: a review of concepts, evidence and measures. Working Paper, n. 31. Maastricht: Graduate School of Governance, 2013. 58 p.
- LIMA, M.G. Lei Maria da Penha em Natal/RN: limites e possibilidades no combate à violência de gênero contra a mulher. Dissertação de Mestrado em Serviço Social - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, NATAL, 2010. Natal, RN, 2010.
- SILVA. L. B. DA.; ALMEIDA, L. DE. A. Capacidades estatais e a implementação de políticas públicas: uma análise da agenda recente de pesquisa. 2020.
- MARENCO, A.; STROHSCHOEN, M. T. B.; JONER, W. Capacidade estatal, burocracia e tributação nos municípios brasileiros. *Revista de Sociologia e Política*, v. 25, n. 64, p. 3-21, 2017.
- MENEGHEL, S.N.; MUELLER, B.; COLLAZIOL, M.E.; QUADROS, M.M. Repercussões da Lei Maria da Penha no enfrentamento da violência de gênero. *Revista Temas Livres*. 2011.
- MONNERAT, G.; SOUZA, R. Da seguridade social à Intersetorialidade: reflexões sobre a integração das políticas sociais no Brasil. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 41-49, 2011.
- MOURA, M. A. V., NETTO, L. A., & SOUZA, M. H. N. (2012). Perfil sociodemográfico de mulheres em situação de violência assistidas nas delegacias especializadas. *Escola Anna Nery*, 16(3), 435-442. <https://doi.org/10.1590/S1414-81452012000300002>
- NUNES, A. C. A. S. Análise de arranjos de implementação de políticas públicas de enfrentamento à violência contra mulheres em municípios de pequeno porte. *Rev. Serv. Público Brasília* 68 (3) 503-532. Jul-Set. 2017.
- GLEESON, D.; LEGGE, D. O'N. D.; PFEFFER, M. Negotiating Tensions in Developing Organizational Policy Capacity: Comparative Lessons to be Drawn, *Journal of Comparative Policy Analysis: Research and Practice*, v. 13, n.3, p. 237-263, jun. 2011.
- GOMID, A., PEREIRA, A.K., MACHADO, R. O conceito de capacidade estatal e a pesquisa científica. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 20, n. 1, p. 3-12, jan. /jun. 2017.

PIRES, R.R.C.; GOMIDE, A.DE À. Governança e capacidades estatais: uma análise comparativa de programas federais. Revista de Sociologia e Política, v. 24, n. 14-, p. 1-14, 2014.

QUEIROZ, F. M. DE. Não se rima amor e dor: cenas cotidianas de violência contra a mulher. Mossoró – RN: Edições UERN, 2008.

ROMAGNOLI, R. C. (2015). A violência contra a mulher em Montes Claros. Barbarói, 43(1), 27-47.

SANTOS, J. R. DOS. Um estudo avaliativo do processo de implementação da patrulha maria da penha em Natal/RN no período de 2020 a 2021. 2022. Monografia.

TOJAL, A.L.S.; SILVA, Q.M.F.; ALMEIDA, A.C.M.S.; ROZA, T.F.S.M. Rede de enfrentamento à violência contra a mulher: situação dos serviços especializados no município de Maceió. Revista Brasileira de Tecnologias Sociais, v.3, n.2, 2016.

8. Vinculação com projeto de pesquisa:

“SUSTENTABILIDADE, ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA, ENERGIAS E SOCIODIVERSIDADE DOS TERRITÓRIOS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DE ESTUDOS DE CASOS DE GOVERNOS NO CONTEXTO DO NORDESTE BRASILEIRO” (PVC18326-2020).

9. Sobre o que é sua pesquisa?

A discussão presente em minha dissertação, refere-se aos potenciais impactos socioambientais das produções de energia eólica offshore (desenvolvidas em ambiente marinho) para a pesca artesanal do estado do RN.

10. Onde/Quando é sua pesquisa? (local e temporalidade):

A pesquisa, que ocorre contemporaneamente, terá foco em três municípios localizados no litoral setentrional do estado, são estes: Galinhos; Caiçara do Norte, e Pedra Grande.

11. Qual o problema de pesquisa?

A problemática dessa proposta de dissertação de mestrado parte da ideia de que o modo como os pescadores artesanais do litoral setentrional do RN percebem os possíveis e potenciais impactos da energia eólica offshore não está alinhado aos reais riscos e impactos que esse tipo de produção pode vir a causar nas dinâmicas da pesca artesanal.

12. Onde você quer chegar com a pesquisa?

O principal objetivo de minha dissertação é Investigar de que maneira os pescadores artesanais do RN percebem os potenciais riscos da produção eólica offshore no desenvolvimento de suas atividades.

Em relação aos objetivos específicos:

(i) Analisar se há diferenças e/ou similaridades nas percepções dos pescadores artesanais

sobre os potenciais impactos dos empreendimentos eólicos offshore por município estudado;

(ii) Observar quais tipos de atividades relacionadas à pesca artesanal são desenvolvidas pelos pescadores de Galinhos, Caiçara do

Norte e Pedra Grande, e caracterizar as áreas em que são realizadas (limites, apetrechos, frota pesqueira artesanal, embarcações, etc) que podem ser comprometidas com as atividades offshore;

(iii) Descrever a correlação entre a geração eólica offshore e os potenciais impactos

socioambientais decorrentes deste modelo de produção.

13. Como a literatura tem tratado esse problema/tema?

As discussões sobre as energias renováveis e pesca artesanal são amplamente contempladas teoricamente em estudos internacionais e nacionais. Contudo, no Brasil, o debate sobre potenciais impactos socioambientais da fonte eólica offshore em detrimento as atividades de pesca artesanal começaram a surgir a poucos anos, pois no Brasil, por ainda, não existem empreendimentos eólicos offshore em desenvolvimento. Porém, internacionalmente, essa discussão já vem sendo aprofundada.

14. Como realizará a pesquisa? (procedimentos/instrumentos metodológicos de coleta e de análise

Os procedimentos metodológicos que nortearão este estudo de caso exploratório, ocorrerão em três fases. A primeira (i) diz respeito ao método de revisão de literatura e revisão documental, a fim de apresentar os pressupostos teóricos que fundamentam este estudo. Vale salientar que, este método avançará para as demais fases, a fim de manter atualizada a discussão sobre os temas trabalhados. Para finalizar a primeira fase, serão realizadas entrevistas semiestruturadas com atores e agentes sociais ligados a área de energia e pesca artesanal.

A segunda fase (ii), define-se, sobretudo, pelo campo a ser realizado nos municípios de Galinhos, Caiçara do Norte e Pedra Grande (RN). O foco do campo se deve a realização de dinâmicas com participantes das colônias de pesca artesanal Z 01, Z 30 e Z 32, localizadas nos respectivos municípios, através do método de grupo focal, correspondendo a metodologia participativa. No que se refere a esta dissertação, pretende-se realizar, através dos grupos focais, rodas de conversas compreendendo as três colônias presentes nos três municípios, com a finalidade da obtenção de dados primários relacionados à percepção.

Por fim, a Fase 3 (iii) corresponde a sistematização e análise dos resultados e dados

obtidos ao longo da pesquisa. Para isso, será utilizada a técnica de análise de conteúdo.

15. Quais os resultados você já tem?

Ainda não possuo resultados.

16. Quais as conclusões dos primeiros resultados e/ou novas perspectivas da pesquisa?

Ainda não possuo resultados.

17. Qual o seu planejamento para as próximas etapas da pesquisa?

Realização de ajustes: Julho 2023

Qualificação: Agosto 2023

Campo da pesquisa: Setembro e outubro 2023

Análise dos dados primários: Novembro: 2023

Entrega da primeira versão: Dezembro 2023

Realização de ajustes: Janeiro e fevereiro 2024

Entrega para a banca: Fevereiro 2024

Defesa da dissertação: Março 2024

18. Liste suas principais referências teóricas (Formato ABNT)

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. *O que é Justiça Ambiental?* Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009.

ACSELRAD, Henri. *Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental*. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/hSdks4fkGYGb4fDVhmb6yxk/>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2023.

ALTOÉ, L. et al.. Políticas públicas de incentivo à eficiência energética. *Estudos Avançados*, v. 31, n. 89, p. 285–297, jan. 2017.

AZEVEDO, Natália Tavares de; PIERRI, Naína. A política pesqueira no Brasil (2003-2011): a escolha pelo crescimento produtivo e o lugar da pesca artesanal. 2014. Disponível em: DOI: 10.5380/dma.v32i0.35547. Acesso em: 13 de março de 2023.

BECK, U. *Risk Society. Towards a new modernity*. London: Sage Publications, 1992.

BEVAN, G. *Renewable energy and climate change. Significance*, v. 9, p. 8-12, 2012. <https://doi.org/10.1016/j.rser.2022.112111>

BOFF, Leonardo. *Sustentabilidade: O que é - O que não é*. 2004. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/311>. Acesso em: 15 de março de 2023.

CARDOSO, E. S. *TRABALHO E PESCA: APONTAMENTOS PARA A INVESTIGAÇÃO. PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho*, [S. l.], v. 10, n. 2, 2012. DOI: 10.33026/peg.v10i2.1698. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1698/1629>. Acesso em: 16 mar. 2023.

CONTE, Karin Cristina. *Perspectivas e desafios do desenvolvimento da energia eólica offshore no Brasil*. 2022. 29f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de graduação em Engenharia de Energia). Departamento de Energia e Sustentabilidade. Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, Araranguá. 2022.

GORAYEB, Adryane et al. *DESAFIOS SOCIAIS E AMBIENTAIS DA ENERGIA EÓLICA OFFSHORE NO BRASIL*. In: BRANNSTROM, Christian; SEGHEZZO, Lucas; GORAYEB, Adryane. (Orgs.). *Descarbonização na América do Sul: conexões entre o Brasil e a Argentina*. Mossoró: Edições UERN, 2022, p. 312-238.

GOLDEMBERG, José; LUCON, Oswaldo. *Energias renováveis: um futuro sustentável*. REVISTA USP, São Paulo, n.72, p. 6-15, dezembro/fevereiro 2006-2007.

HOFSTAETTER, Moema. *Energia Eólica: Entre Ventos, Impactos e Vulnerabilidades Socioambientais no Rio Grande do Norte*. 2016.

178 p. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Natal/RN. 2016.

KNOX, Winifred; TRIGUEIRO, Aline. A pesca artesanal, conflitos e novas configurações. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.32760/1984-1736/REDD/2014.v8i2.6956>. Acesso em: 29 de junho de 2023.

PESSOA, Zoraide et al. Energia eólica: perspectivas e desafios no Rio Grande do Norte. 1. ed. – São Paulo: Livraria da Física, 2022.

XAVIER, Thomaz Willian de Figueiredo. Análise participativa dos potenciais impactos socioambientais de parques eólicos marinhos (offshore) na pesca artesanal no estado do Ceará, Brasil. 2022. 266 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.

8. Vinculação com projeto de pesquisa:

Questão Agrária, Movimentos Socioterritoriais e Políticas Públicas.

9. Sobre o que é sua pesquisa?

AS RESISTÊNCIAS TERRITORIAIS EM UMA COMUNIDADE TRADICIONAL PESQUEIRA: As marés de conflitos e as disputas socioterritoriais em Enxu Queimado/RN

No sentido de ampliar a compreensão sobre os processos de luta e resistência em uma comunidade tradicional pesqueira, este estudo busca compreender o caso da comunidade tradicional pesqueira de Enxu Queimado/RN, que vivencia conflitos socioterritoriais com a chegada do capital financeiro internacional no território, seja ele com empresas do ramo imobiliário ou de energia eólica. No que compete os conflitos com as empresas do ramo imobiliário, registra-se a primeira maré de conflitos em meados de 2007, decorridos 13 anos, do primeiro contato da empresa imobiliária com a comunidade, os conflitos intensificam-se no território pesqueiro, em 2020, quando a empresa retorna para reivindicando a posse da terra e “trava” uma luta para desterritorializar as famílias que vivem na comunidade tradicional de pesca há mais de 100 anos (MEDEIROS, 2021; SAIBA MAIS, 2022). Neste contexto, esse conflito se acirrou e, aproveitando-se do cenário de pandemia da COVID-19 (SARS-CoV-2). Além disso, desde 2014, a comunidade vem sofrendo com as implantações de parques eólicos em terra (onshore), e em 2022, inicia-se o assédio para a implantação de parques eólicos dentro do mar (offshores), gerando-se processos conflituosos na comunidade.

10. Onde/Quando é sua pesquisa? (local e temporalidade):

O município hoje denominado de Pedra Grande, localizado no RN, é composto por 10 distritos em sua zona rural e, dentre eles, encontra-se a comunidade tradicional pesqueira de Enxu Queimado. Ela fica localizada na microrregião do Litoral Nordeste, saindo de Natal, capital do estado do RN, e indo pelas RN-120 e BR-406 fica a 142 km de distância da capital (IBGE, 2022). A pesquisa teve início em 2022 e possui previsão de finalização em dezembro de 2023.

11. Qual o problema de pesquisa?

Como a comunidade tradicional pesqueira de Enxu Queimado tem se organizado para resistir aos processos iminentes de desterritorialização?

12. Onde você quer chegar com a pesquisa?

O Objetivo geral é Analisar as ações dos movimentos socioterritoriais para organização e manutenção do território tradicional de pesca de Enxu Queimado, localizada no município de Pedra Grande/RN.

De maneira a alcançar o objetivo geral, têm-se três objetivos específicos:

Realizar o resgate histórico dos conflitos socioterritoriais, identificando as ações de mobilização relacionadas à apropriação do território e dos recursos da comunidade de Enxu Queimado, no município de Pedra Grande/RN;

Compreender o papel dos/as sujeitos/as integrantes dos movimentos socioterritoriais e dos atores parceiros nas ações de organização para a manutenção do território pesqueiro da comunidade de Enxu Queimado; e

Destacar os principais elementos que caracterizam os movimentos socioterritoriais locais da comunidade de Enxu Queimado, no município de Pedra Grande/RN.

13. Como a literatura tem tratado esse problema/tema?

O conceito de território é central para a compreensão dos movimentos socioterritoriais (FERNANDES, 2005; 2009, PEDON, 2009). Neste estudo utiliza-se de literaturas com ênfase nas conflitualidades entre classes (SOBREIRO FILHO, 2013; 2017), pois essa compreensão servirá de base para o caso estudado. Sendo assim, compreende-se o território como lugar seguro detentor de fonte de vida, tendo em vista que para os povos tradicionais o território é lugar sagrado, assim como também dele advêm os recursos necessários para sua sobrevivência. Já as corporações possuem formas distintas de apropriação e uso do território, ou seja, suas formas são antagônicas aos dos povos tradicionais, visto que suas práticas são determinadas pela lucratividade e por sua sobrevivência no mercado, sendo o território um recurso a ser explorado. Desta forma apresenta-se a discussão sobre os conflitos que ocorrem no território das comunidades tradicionais pesqueiras, por considerar que os conflitos no/pelo território, assim como suas lutas para permanência em seus territórios se configuram em objeto deste estudo. Aborda-se a importância dos pescadores artesanais, que têm seus territórios tradicionais, não apenas como algo material/físico, pois esse território está além de áreas de moradias, locais de embarque e trajetos com seus barcos, estão também nos espaços imateriais/materiais que são inseparáveis (FERNANDES, 2005), sagrados e necessárias à reprodução, do modo de vida e cultural dos pescadores e pescadores artesanais, sendo o território pesqueiro espaço fundamental para que a comunidade tradicional pesqueira possa continuar a existir e para que os conhecimentos tradicionais e o meio ambiente sejam preservados para as gerações futuras (DIEGUES, 2000; SILVA, 2012; DE

14. Como realizará a pesquisa? (procedimentos/instrumentos metodológicos de coleta e de análise

De modo a cumprir os objetivos propostos neste estudo, serão empregados procedimentos quantitativos e qualitativos, além da revisão bibliográfica.

No trabalho de campo será desenvolvidas metodologias qualitativas, como a realização de entrevistas semiestruturadas (ALVES-MAZZOTTI e GEWANDSNAJDER, 1994; MANZINI, 2004) e observação direta (JACCOUD e MAYER, 2008) durante as reuniões e ações coletivas desenvolvidas pela e na comunidade, constituindo-se num processo de obtenção de informações in loco, com os atores sociais, os parceiros e o poder público local.

Pretende-se realizar uma imersão na comunidade para observação participante e elaboração de um diário de campo, recursos fundamentais para concretização dos objetivos da pesquisa e identificando as ações de mobilização relacionadas à apropriação do território e dos recursos da comunidade de Enxu Queimado. Destaca-se que as entrevistas semiestruturadas, assim como as observações das reuniões ou ações coletivas estão sendo gravadas e transcritas. As observações diretas registradas em diário de campo, para posterior análise de dados. Desta forma, para a análise dos dados, serão utilizados tanto a análise de conteúdo, com base em Bardin (2011); como também a análise de discurso a partir das contribuições de Cortes (1998). Para concluir, é essencial informar que esta pesquisa fez uso de metodologias complementares como o uso de imagens fotográficas, mapas, gráficos ou tabelas como forma de permitir que aspectos identificados e constituídos sejam visualizados pelos leitores do trabalho, gerando novos olhares e interpretações (GURAN, 2002).

2.1. Pesquisa de informação e análise dos conteúdos coletados

Com o objetivo de realizar um banco de dados, com notícias publicadas sobre os conflitos socioterritoriais vivenciado em Enxu Queimado, foi realizada uma pesquisa de informação, sendo as fontes: notícias da mídia, consulta de sites, blogs e entrevistas dos/as sujeitos/as nestes meios de comunicação supracitados.

15. Quais os resultados você já tem?

Os resultados parciais já fornecem dados para a construção dos seguintes pontos: Relato sobre a história da comunidade, construção histórica dos conflitos socioterritoriais, além de apresentar uma introdução sobre os conflitos, conflitualidades e impactos territoriais com a implantação de projetos eólicos (offshore e offshore) em Enxu Queimado/RN, como também apontam para os Impactos socioambientais e socioeconômico oriundos das instalações dos parques de geração de energia eólica em Enxu Queimado/RN. Ademais, já pode-se elaborar a trajetória da gênese das resistências: Coletivo de Mulheres Conquistando Autonomia e o Comitê de Defesa do Território Pesqueiro da Praia Enxu Queimado, como também as principais ações e resistências coletivas, percebidas durante pesquisa de campo. Sendo as estratégias de enfrentamento e resistência, elencadas em: Medidas tomadas contra os

conflitos enfrentados pela comunidade, Ações e Medidas tomadas em relação às ameaças sofridas.

16. Quais as conclusões dos primeiros resultados e/ou novas perspectivas da pesquisa?

Em fase de elaboração

17. Qual o seu planejamento para as próximas etapas da pesquisa?

Tratamento dos dados primários / Agosto-setembro de 2023

Revisão bibliográfica / Agosto-Dezembro de 2023

Produção do texto para defesa / Agosto-Novembro de 2023

Envio para banca – Dezembro de 2023

Defesa da dissertação – 2023/2024

18. Liste suas principais referências teóricas (Formato ABNT)

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. Paradigmas qualitativos. BOGDAN, R.; BIKLEN, S. K. (Orgs.). Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto Editora, 1994.

ANEEL – Associação Nacional de Energia Elétrica. Sistema de Informações de Geração da ANEEL (SIGA). Brasília: ANEEL, 2023. Disponível em:

<<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiNjc4OGYyYjQtYWM2ZC00YjllLWJlYmEtYzdkNTQ1MTc1NjM2liwidCI6IjQwZDZmOWI4LWVjYTctNDZhMi05MmQ0LWVhNGU5YzAxNzBIMSIsImMiOjR9>>. Acesso em: 29 mar. 2023.

DE PAULA, Cristiano Quaresma. GEOGRAFIA(S) DA PESCA ARTESANAL BRASILEIRA. 2018. 451 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

DE PAULA, Cristiano Quaresma. Gestão Compartilhada dos Territórios da Pesca Artesanal: Fórum Delta do Jacuí (RS). Porto Alegre: IGEO/UFRGS, 2013.

DE PAULA, Cristiano Quaresma. Conflitos por território na pesca artesanal brasileira. Revista NERA, Número 51, Volume 23, p.180-204, 2020.

DIEGUES, Antonio Carlos. Comunidades Litorâneas e Unidades de Proteção Ambiental: Convivência e Conflitos – O caso de Guaqueçaba, Paraná. São Paulo: NUPAUB-USP, 2004.

DIEGUES, Antonio Carlos. Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: HICITEC/NUPAUB-USP, 2000.

DIOS, Rubén de. "Lineamientos para una política de reforma agraria en Santiago del Estero". In: Ponencia presentada en las Jornadas Bicentenario de la Revolución de Mayo. Santiago del Estero: Universidad Nacional de Santiago del Estero, 2010.

DOMINGUEZ, Diego Ignacio. Cartografía de la agroecología y las disputas territoriales en Argentina. Revista NERA, v. 22, n. 49, p. 297-313, 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do Território. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. (Orgs.). Campesinato e territórios em disputa. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 273-302.

- FERNANDES, Bernardo Mançano. In: Marcos Aurélio Saquet, Eliseu Savério Sposito (organizadores). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009. 368 p.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento social como categoria geográfica. Terra Livre, São Paulo, n.15, p.59-85, 2000.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Revista Nera, n. 6, p. 24-34, 2012.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária e capitalismo agrário: o debate paradigmático de modelos de desenvolvimento para o campo. Reforma Agrária, 35(2), 41-53, 2014.
- FIGUEIREDO, Marina Morena Alves De. Trabalho e participação político-social das pescadoras da reserva extrativista (RESEX) Canavieiras-BA. 2013. 115 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal Da Bahia, Salvador.
- GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; RICARTE, Ivan Luiz Marques. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. Logeion: Filosofia da informação, v. 6, n. 1, p. 57-73, 2019.
- GURAN, M. Linguagem fotográfica e informação. Rio de Janeiro: Gama filho, 2002.
- HAESBAERT, Rogério. Territórios em disputa: desafios da lógica espacial zonal na luta política. Campo-Território: revista de geografia agrária. Porto Alegre, v. 9, n. 18, p. 1-17, 2014.
- HALVORSEN, Sam; FERNANDES, Bernardo Mançano. TORRES, Fernanda Valeria. Movimentos Socioterritoriais em Perspectiva Comparada. Revista NERA, v. 24, n. 57, p. 24-53, Dossiê I ELAMSS, 2021.
- HARVEY, David. O novo imperialismo. 7. ed. São Paulo: Edições Loyola, 201.
- HERRERA, A. G. G. et al. Contracarcar, producir y resistir: La defensa de los bienes comunes en dos comunidades campesinas (Argentina). Eutopía. Revista de Desarrollo Económico Territorial, (13), 137-155, 2018.
- HOFSTAETTER, M. Energia eólica: entre ventos, impactos e vulnerabilidades socioambientais no Rio Grande do Norte. 2016, 176 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Urbanos e Regionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- LEFEBVRE, Henri. The Production of Space. Cambridge: Blackwell Publishers, 1991.
- LITTLE, Paul E. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Anuário Antropológico 2002/2003, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.p. 251-290.
- MANESCHY, M. C.; SIQUEIRA, D.; ÁLVARES, M. L. M. Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento. Estudos Feministas, Florianópolis, Vol. 20, n. 3, p. 713-737, 2012
- MARTIN, Jean-Yves; FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento socioterritorial e “globalização”: algumas reflexões a partir do caso do MST. Lutas Sociais, n. 11/12, p. 173-185, 2004.
- MEDEIROS, Patrícia Jeanny de Araújo Cavalcanti. “Quando o povo se junta, o poder se espalha”: o protagonismo feminino na luta em defesa do território tradicional de pesca de Enxu Queimado/RN. 2021. 168 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUSA, E. R. Avaliação por triangulação de métodos: Abordagem de Programas Sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.
- MPP. Movimentos dos Pescadores e Pescadoras Artesanais. Campanha Nacional pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras. Folder de Divulgação. [S. l.]: MPP, 2012.
- MPP. Movimentos dos Pescadores e Pescadoras Artesanais. Cartilha para Trabalho de Base da Campanha pelo Território Pesqueiro: território pesqueiro: biodiversidade, cultura e soberania alimentar do povo brasileiro. 2015. Disponível em: <<https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/cartilhaterritoriopesqueiro.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2023.
- MPP. Movimentos dos Pescadores e Pescadoras Artesanais. Cartilha: Projeto de Lei de Iniciativa Popular sobre o Território

Pesqueiro. MPP: 2014.

OLIVEIRA, A U de. A agricultura camponesa no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991.

PACHECO, Maria. J. H. Conflitos no Campo – Brasil 2013. CPT Nacional – Brasil, 2013.

PEDON, N. R. Movimentos Socioterritoriais: Uma Contribuição Conceitual à Pesquisa Geográfica. 2009. 235 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

PEREIRA, Lorena Izá. Do litoral ao semiárido: o Nordeste brasileiro como região de expansão do acaparamento do território: o caso da apropriação privada dos ventos. São Paulo/Santiago del Estero: Rede DATALUTA/The Land Matrix, 2021.

RAFFESTIN, Claude. Por Uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993.

RELATÓRIO. RELATÓRIO DO PROJETO DE EXTENSÃO - EDITAL Nº 004/2020-PROEX/UFRN. RELATÓRIO DA OFICINA 3: “Conflitos Fundiários no Território da Pesca: A Fala dos Moradores de Enxu Queimado/RN”. Natal, 2021.

REDE DATALUTA. Relatório DATALUTA Brasil. In: SOBREIRO FILHO, J.; GIRARTDI, E. P. Presidente Prudente: NERA, 2020.

RIOS, K. A. N. A questão da luta na/pela terra e água dos pescadores artesanais: desafios e perspectivas do processo de regularização dos territórios pesqueiros de Ilha de Maré - BA. 2017. 466 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal da Bahia, Salvador.

RIOS, Kássia Aguiar Norberto. Conflitos e Resistência: Comunidades tradicionais pesqueiras da Bahia. Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades, n. 237, p. 347-364, 2016.

ROCHA, Letícia Aparecida. O poder da territorialidade: “O lugar da gente”. 2017. 177 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) - Universidade Estadual de Montes Claros.

ROMANI, Carlo. O discurso cultural e ambientalista das comunidades de pescadores caiçaras na luta pela terra: uma análise histórica do conflito ambiental no canal de Bertioga, na Baixada Santista. História oral, v. 14, n. 2, 2011.

SACK, Robert David. La territorialidad humana: Su teoría y la historia. Cambridge University Press, 1986.

SAIBA MAIS. Grupo monitora violações e recebe denúncia de avanço de empresas eólicas na comunidade de Enxu Queimado. Saiba Mais: 09 jun. 2022. Disponível em: <<https://saibamais.jor.br/grupo-monitora-violacoes-e-recebe-denuncia-de-avanco-de-empresas-eolicas-na-comunidade-de-enxu-queimado/>>. Acesso em: 20 mar. 2023.

SÁNCHEZ, Joan-Eugeni. Espacio, economía y sociedad. Siglo XXI de España Editores, S.A. 1991.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço. São Paulo: Hucitec, 1996.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008, 73-94 p.

SAR. Serviço de Assistência Rural e Urbano. Campanha: Enxu Queimado existe porque persiste. 2022. Disponível em: <<https://sarrn.org.br/index.php/22-últimas-noticias/11-campanha-enxu-queimado-existe-porque-persiste>>. Acesso em: 22 fev. 2022.

SILVA, A. A.; SOBREIRO FILHO, J.; FERNANDES, B. M. Movimentos socioespaciais, socioterritoriais, conflitualidades e contentious politics. In: SOBREIRO FILHO, J. et al. (Orgs.). Ofensivas & resistências: ação coletiva, movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais. Belém: UFPA, 2021.

SILVA, Christian Nunes da. Geotecnologias Aplicadas no Ordenamento Pesqueiro. 2012. 190 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Pará, Belém.

SILVA, L. B. Comunidades tradicionais no Brasil: o processo de reconhecimento étnico e territorial. Revista de Geografia, Recife, v. 33, n. 1, 2016.

SILVA, Luênia Kaline Tavares da; MILLER, Francisca de Souza. Pesca artesanal no litoral sul potiguar: Perfil socioeconômico,

dificuldades e perspectivas. *Vivência: Revista de Antropologia*, v. 1, n. 53, 2019.

SILVA, Marina Osmarina. Saindo da invisibilidade—a política nacional de povos e comunidades tradicionais. *Inclusão social*, v. 2, n. 2, 2007.

SILVA, Sandro Pereira. Considerações analíticas e operacionais sobre a abordagem territorial em políticas públicas. In: BOUERI, Rogério; COSTA, Marco Aurélio (Orgs.). *Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas*. Brasília: Ipea, 2013, p. 89-116.

SOBREIRO FILHO, José. Instrumentos teóricos para analisar os movimentos socioespaciais e a perspectiva geográfica: conflitualidade, contentious politics; terrains of resistance, socio-spatial positionality e convergence spaces. *Revista NERA*. Nº. 39. Dossiê 2017. p. 13-38, 2017.

SOBREIRO FILHO, José. O movimento em pedaços e os pedaços em movimentos: da ocupação do Pontal do Paranapanema à dissensão nos movimentos socioterritoriais camponeses. 2013. 546 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente.

SOBREIRO FILHO, José; et al. *Ofensivas & resistências: ação coletiva, movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais*. Belém: UFPA, 2021, 248 p.

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. CASTRO, I. E.; GOMES, P. C; CORREA, R. L. (Org). *Geografia: Conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116.

8. Vinculação com projeto de pesquisa:

Análise do fluxo da justiça criminal para o crime de tráfico de drogas em perspectiva nacional

9. Sobre o que é sua pesquisa?

A pesquisa “Provas e narrativas probatórias em processos por tráfico de drogas: política criminal e processo decisório” é um estudo acerca dos usos das provas e narrativas probatórias nos processos decisórios sobre crimes de tráfico de drogas, tendo como eixo a política criminal antidrogas do Brasil. As provas e narrativas probatórias são representadas, na maioria das vezes, por laudos, exames, termos, certidões, relatórios, assim como também depoimentos e interrogatórios produzidos tanto em fase policial como em fase judicial. Os processos decisórios enfocados neste trabalho serão: a) audiências de custódia; b) relatório final do delegado de polícia civil; c) denúncia e d) a sentença.

10. Onde/Quando é sua pesquisa? (local e temporalidade):

A pesquisa será realizada com autos processuais da justiça criminal no estado do Rio Grande do Norte. Tais processos têm sentenças proferidas no ano de 2019, o que demarca o recorte temporal.

11. Qual o problema de pesquisa?

O crime de tráfico de drogas é o tipo penal central na política criminal brasileira, a repressão e a punitividade são altas, tendo em vista que este crime é pautado como extremamente nocivo à sociedade na agenda política de segurança pública. O encarceramento é, nessa perspectiva, a principal forma de punição para os crimes patrimoniais e de drogas, produzindo o fenômeno do encarceramento em massa, ao qual possui uma focalização de grupos específicos em sua composição (SINHORETTO; SILVESTRE; MELO, 2013). Ainda, pode-se perceber como o Estado apresenta dificuldades na gestão do fenômeno dentro e fora das prisões, ao qual é ampliado por uma política criminal baseada no recrudescimento penal em torno dos crimes relacionados à drogas, a qual comumente chamamos de guerra às drogas. Esse “combate” se representa numa população de 169,001 mil presos por tráfico de drogas autuados nos Art. 12 da Lei 6.368/76 e Art. 33 da Lei 11.343/06, (BRASIL, 2022). Dessa maneira, a centralidade da política

criminal em torno desse tipo penal pode ser observada a partir dos vários processos decisórios imbuídos numa sentença, assim como a forma que os atores do processo penal usam as provas e narrativas como instrumentos que fundamentam as decisões, as quais conduzem tantos indivíduos ao cárcere no Brasil. Diante disso, nos deteremos a responder o seguinte questionamento de pesquisa: Como cada um dos atores da política criminal, [quais, por exemplo?] utiliza cada tipo de prova no processamento de casos de tráfico de drogas?

12. Onde você quer chegar com a pesquisa?

Ao analisar os usos das provas e narrativas probatórias no processamento de crimes de tráfico de drogas em perspectiva da política criminal brasileira antidrogas, pretende-se adquirir maior consciência sobre uma engrenagem dos mecanismos da política de guerra às drogas e de encarceramento em massa no Brasil. Além disso, a partir de tal análise, pode-se avançar a uma qualificação dos processos decisórios do sistema de justiça criminal.

13. Como a literatura tem tratado esse problema/tema?

Sobre a política criminal, os crimes relacionados à drogas e o processamento do sistema de justiça criminal para esses crimes é possível observar que pesquisadores das ciências sociais têm realizado um grande esforço de pesquisa para responder questionamentos complexos. Tais empreendimentos de pesquisa apresentam conclusões importantes para o conhecimento científico, tal como para o nosso sistema de justiça.

Dentro disso, é importante notar como Ribeiro, Rocha e Couto (2017) trazem importantes considerações sobre as tendências e padrões na administração dos delitos previstos na Lei de Drogas nº 11.343. A pesquisa consegue de maneira ampla, dimensionar alguns marcos históricos e políticos importantes para a análise da política de guerra às drogas no Brasil, tal como quando percebe a construção das categorias traficante e drogado no decorrer da década de 1980. Os resultados do estudo caminham para a compreensão de que os delitos envolvendo tráfico de drogas, com um perfil delimitado - homens e que de alguma forma possuam elementos que indiquem o pertencimento ao mundo do crime -, principalmente as realizadas em flagrante, são processados pelo sistema de justiça criminal de forma mais rápida do que outros crimes, expondo a categoria de “justiça em linha de montagem” (Sapori, 1995).

Além disso, outro estudo que toma espaço na discussão do tema é a tese de Maria Gorete Marques de Jesus (2016), em que trata sobre a recepção das narrativas policiais como verdade pelos operadores do direito. A pesquisa, tendo como ponto central de análise o fluxo do sistema de justiça criminal, identifica questões importantes para as “entradas” de sujeitos ao sistema de justiça criminal através das formas de construção da verdade policial. A verdade policial, por sua vez, é a categoria de concatenação dos elementos do trabalho. Como principais resultados, cabe destacar o papel do repertório de crenças, em que variáveis - como a crença no saber policial, na legalidade policial, que o acusado mente, em um perfil socioeconômico relacionado ao crime de tráfico de drogas -

condicionam como aos atores da justiça criminal recepcionam as narrativas policiais e, desse modo, deixando de questionar as formas que tais narrativas e informações são produzidas e adquiridas.

Seguindo, percebe-se como as lógicas de produção da verdade jurídica são analisadas no tribunal do júri - o que é um modo de produção da verdade diferente do inquérito judicial comum -, na tese de Figueira (2007). A pesquisa ocorre em formato de um estudo de caso - "Ônibus 174", ocorrido no Rio de Janeiro, em junho de 2000 -, em que o autor estuda o processo criminal e como se produziu o olhar do campo jurídico sobre o tema. A tese possui discussões valiosas para o campo de estudos, dentre elas a da prova e como esse instrumento discursivo tem efeitos jurídicos importantes no processo de produção da verdade. Ainda, é possível observar como os aspectos da linguagem jurídica e os processos de decodificação, formam o que Figueira (2007) chama de "olhar jurídico", ao qual seleciona as ações humanas de interesse ao campo jurídico. Os fatos dentro do processo penal, conclui o autor, são narrativas.

As pesquisas, brevemente abordadas aqui, possuem um eixo central, em que nele desencadeiam-se outras possibilidades de análise e problematização, a política criminal. As provas e as narrativas probatórias podem sofrer influência das diversas formas pelas quais a política criminal é construída e modificada no contexto social e político. Os procedimentos e ações dentro e fora do Sistema de Justiça Criminal marcam os instrumentos probatórios e a condução da política. Isso, decerto, tem fatores que recaem numa lógica de processamento de determinados crimes, como o caso do tráfico de drogas que vimos em Ribeiro, Rocha e Couto (2017). Desse modo, faz sentido alavancarmos questões sobre os usos das provas e narrativas probatórias pelos atores da política criminal antidrogas.

14. Como realizará a pesquisa? (procedimentos/instrumentos metodológicos de coleta e de análise)

A pesquisa será realizada via pesquisa documental aliada à entrevistas semiestruturadas.

A pesquisa documental será realizada com autos processuais de tráfico de drogas da justiça estadual do Rio Grande do Norte, em que será analisado o material probatório desses autos. Os materiais de análise são provenientes da base de dados do projeto de pesquisa "Análise do fluxo da justiça criminal para o crime de tráfico de drogas em perspectiva nacional - UFRN" no qual o discente é colaborador. A análise qualitativa dos autos enfocará nos usos das provas como instrumentos do processo decisório em crimes por tráfico de drogas. Estimamos a análise em profundidade de 15 processos criminais por tráfico de drogas, completos, aos quais serão provenientes da base de dados do projeto de pesquisa mencionado anteriormente. Vale ressaltar que cada processo criminal forma unidades mais ou menos coerentes, o que possibilita a exequibilidade da amostra probabilística via sorteio. Procuraremos a) identificar os tipos de provas e narrativas processuais presentes nos processos; b) identificar os órgãos responsáveis por sua produção; c) categorizar as provas e narrativas processuais no fluxo decisório do processo, registrando as menções às provas em cada situação decisória; d) analisar os efeitos da menção ao material probatório na situação decisória, percebendo se é utilizada para justificar a decisão do ator, ou é simplesmente mencionada, ou não é utilizada. Isso terá implicações na discussão com os

aspectos teóricos apresentados, em que procuraremos cruzar as concepções da teoria em política criminal antidrogas com nossos resultados da dinâmica probatória encontrada nos processos criminais.

As entrevistas terão como principal foco a compreensão da produção e utilização das provas e narrativas por atores da política criminal. Procuraremos entrevistar atores que trabalham cotidianamente com a) os contextos de produção de prova - escrivães Polícia Civil -; e com b) os usos de provas nos processos decisórios da justiça criminal - delegados e/ou promotores e/ou advogados criminalistas e/ou juízes. Isso será importante para dialogar com nossa análise dos autos, com o levantamento teórico sobre política criminal, percebendo as limitações dos documentos e a prudência do pesquisador em não exigir dele “precisões suplementares” (CELLARD, 2008, p. 296). Desse modo, as entrevistas aos escrivães de polícia terão seu roteiro elaborado em dois eixos principais, no primeiro trataremos questões referentes à produção do inquérito policial e, em um segundo, sobre o fluxo da justiça criminal e os desdobramentos das provas nele. Para o segundo grupo de atores da política criminal, item “b”, produziremos um roteiro pautado na utilização dos instrumentos probatórios em relação aos processos decisórios do sistema de justiça criminal baseado na experiência cotidiana desses atores. Assim, tentaremos compreender as dinâmicas de produção e utilização das provas a partir da vivência dos atores da política criminal.

15. Quais os resultados você já tem?

Nossa pesquisa está em fase inicial. Desse modo, não temos como apontar resultados prévios.

16. Quais as conclusões dos primeiros resultados e/ou novas perspectivas da pesquisa?

Ainda não podemos avançar conclusões, dado o fato de que nossa pesquisa está em fase inicial.

17. Qual o seu planejamento para as próximas etapas da pesquisa?

Setembro de 2023: Desenho do referencial teórico;

Outubro de 2023: Estudo exploratório do campo;

Novembro de 2023: Finalizar o desenho metodológico;

Dezembro de 2023: Alinhamento do desenho final da pesquisa;

18. Liste suas principais referências teóricas (Formato ABNT)

CASTILHOLI, Carolina Assis. O PROCESSO DECISÓRIO DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA E O HIPERENCARCERAMENTO. Revista Interdisciplinar Pensamento Científico, v. 5, n. 3, 2019.

CELLARD, A. A Análise Documental. In: POUPART, J. et al. (Orgs.). A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

COSTA, Arthur Trindade M. É possível uma Política Criminal? A discricionariedade no Sistema de Justiça Criminal do DF. Sociedade

e Estado, v. 26, p. 97-114, 2011.

FIGUEIRA, Luiz Eduardo de Vasconcellos et al. O ritual judiciário do tribunal do júri. 2007.

FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: Nau, 2002.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GARLAND, David. A cultura do controle. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

JESUS, Maria Gorete Marques de. O que está no mundo não está nos autos: a construção da verdade jurídica nos processos criminais de tráfico de drogas. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2016.

MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria "bandido". Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 79, p. 15-38, 2010.

MISSE, Michel et al. Sobre a construção social do crime no Brasil. Acusados e acusadores: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

NASCIMENTO, André. "Apresentação". In: David Garland, A cultura do controle: Crime e ordem social na sociedade contemporânea. Rio de Janeiro, Revan, 2008.

PAIVA, Luiz Guilherme Mendes de. Populismo Penal no Brasil: do modernismo ao antimodernismo penal, de 1984 a 1990. 2014. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

RIBEIRO, L. M. L.; ROCHA, R. L. S.; COUTO, V. A. Nas malhas da justiça: uma análise dos dados oficiais de indiciados por drogas em Belo Horizonte (2008-2015). Opinião Pública, v. 23, p. 397-428, 2017.

SAPORI, Luís Flávio. A administração da Justiça Criminal numa área metropolitana. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n 29, out., p. 143-156, 1995.

VARGAS, Joana Domingues. Fluxo do sistema de justiça criminal. In: LIMA, Renato Sérgio; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli.de. Crime, polícia e justiça no Brasil. São Paulo: Contexto, 2014. p. 411-426.

WEBER, Max. Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.